

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL NO RIO DE
JANEIRO: algumas mediações possíveis**

RENATA MARTINS DE FREITAS

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

População em Situação de Rua e Questão Social no Rio de Janeiro: algumas mediações possíveis.

Renata Martins de Freitas

Sob a Orientação do Professor
Marco Antonio Perruso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Ciências Sociais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Seropédica, RJ
Outubro/2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RENATA MARTINS DE FREITAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

MARCO ANTONIO PERRUSO
PPGCS-UFRRJ
(Orientador)

EDSON MIAGUSKO
PPGCS-UFRRJ

FELIPE BRITO
PURO-UFF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F862p Freitas, Renata Martins de, 1988-
População em situação de rua e questão social no Rio
de Janeiro: algumas mediações possíveis / Renata
Martins de Freitas. - 2018.
174 f.

Orientador: Marco Antonio Perruso.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais (PPGCS), 2018.

1. População em Situação de Rua. 2. Questão Social.
3. Rio de Janeiro. I. Perruso, Marco Antonio, 1969-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
(PPGCS) III. Título.

Ao meu pai, Jorge de Freitas Filho

(em memória)

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies
cansados Conellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montanas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu pátio”
(Violeta Parra)

O tempo de mestrado foi de muitas perdas: perdas de entes queridos, de direitos, perdas materiais. As contingências da vida atravessam todo o tempo da pesquisa. O que não poderia ser diferente. A pesquisa é feita por gente. Contudo, ainda que árduo, o processo trouxe belezas, construções e reconstruções importantes. Por isso é importante agradecer.

Agradeço a todas aquelas e todos aqueles que lutaram e lutam na direção da “plena expansão dos indivíduos sociais” e da emancipação humana. Que recusam e lutam contra as bandeiras do arbítrio e do autoritarismo e que acreditam em um novo projeto de sociedade sem dominação de classe, etnia e gênero. Todas estas lutas estão em pleno acordo com os princípios éticos do serviço social, profissão da qual me orgulho muito! Deixo o desejo que nosso projeto ético político não se perca, mas se fortaleça!

Seguindo isto, realizo uma homenagem a Maria Lúcia Pereira, mulher negra com trajetória de rua e que foi incansável nos processos de luta da população em situação de rua que se foi este ano. Que sua dedicação não tenha sido em vão!

Agradeço ao meu pai, que infelizmente deixou este mundo não tem tanto tempo, durante o processo do mestrado. Tua ausência anda “fazendo silêncio em todo lugar”. Obrigada por me ensinar o valor do cuidado!

À minha mãe, por ensinar que a luta é o caminho sempre, por sem nem saber o que era feminismo me ensinar que lugar de mulher é onde ela quiser! E a minha irmã por todo incentivo e afeto. Como a gente sempre diz “carrego seu coração comigo, carrego no meu coração”.

Todo o amor e gratidão ao Felipe - companheiro de todas as horas - pelo seu amor, cuidado, incentivo constante e incondicional, por segurar junto todas as barras! Sem você seria tudo mais difícil! “Clavo tu remo em el agua. Llevo tu remo em mío”. Estamos juntos neste barco e nesta estrada!

Agradeço à equipe do Centro POP de Itaguaí, com quem aprendi muito e tem sido um exemplo de luta e resistência em tempos tão sombrios. Agradeço pelas risadas mesmo nos dias mais difíceis, a parceria, a solidariedade. Às e aos que por ali passaram, mas em especial (e por ordem alfabética): Débora, Flavinho, Fran, Guilherme, Karin, Rosangela, Rose Brazil, Rosinéa, Simone, Suelen, Vanessa e Veronica. Ter vocês como companheiras de trabalho, aprendizados e luta me faz ter esperanças!

Neste caso, um agradecimento especial à Fran, que desde o início vem contribuindo com informações para a pesquisa e tem sido companheira de muitas lutas!

Às pessoas em situação de rua, pelos desafiadores momentos, questionamentos, provocações, por terem me ensinado muito a cada dia de trabalho!

Agradeço à Hilda, Reimont e Reinaldo pela generosidade.

Agradeço a cada amiga e cada amigo que vem caminhando junto e fortalecendo laços de solidariedade e cumplicidade, que vem partilhando esta vida e tornando-a mais solar. E às companheiras e companheiros de lutas.

Agradeço às professoras e professores que foram generosos conosco, demonstrando o que há de mais belo no que tange à produção do conhecimento. Infelizmente não foi o caso da totalidade, mas foi o da maioria. Isto é algo que os tecnicistas não conseguem mensurar! O mestrado em si (as contingências foram de outra ordem) foi uma experiência densa, rica, instigante, preche de aprendizados e trocas.

Às colegas e aos colegas mais próximas/os da turma, pelas tão instigantes trocas, pela solidariedade, pelos risos também.

À professora Flávia e ao professor Edson (que compuseram a banca de qualificação) pelas contribuições fundamentais.

Aos professores Edson e Felipe, pelas preciosas contribuições e questões da banca de defesa, e por aceitarem estar lá, ainda que de fato tenha sido um dia de muito pesar.

E por fim agradeço ao meu orientador, Marco Antonio Perruso, não para dar conta da etiqueta acadêmica, mas com toda a sinceridade. Obrigada pela pessoa que é, por todo o incentivo, pelas instigantes perguntas que trouxeram luz nas mais diversas etapas do processo de pesquisa e escrita e também por não deixar que eu desistisse. Gratidão!

E, no mais, tentemos exercitar o pessimismo da razão e o otimismo da vontade...

RESUMO

FREITAS, R.M. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO: algumas mediações possíveis. 2018. 173p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Esta dissertação traz como objetivo a investigação da relação entre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro, a partir do desvelamento de aspectos referentes a permanências e rupturas que permeiam tal relação. Utilizamos uma triangulação de técnicas: observação, entrevista, análise documental e de fontes históricas. Realizamos um posicionamento teórico sobre a questão social no Brasil, uma mediação com a questão urbana no Rio de Janeiro, tendo como fio condutor a chamada “operação mata mendigos” episódio trágico que marcou o Estado na década de 1960, assim como o governo de Carlos Lacerda. Episódio este que ganhou notoriedade nacional e aponta para a relação entre cidade, Estado, mercado e população em situação de rua. Após isto, tratamos das formas de organização e resistência das pessoas em situação de rua, com enfoque no Movimento Nacional da População em Situação de Rua, lançado no contexto do lulismo. E por fim, analisamos a organização da e pela população em situação de rua no Rio de Janeiro, compreendendo as especificidades regionais. As lutas empreendidas nos últimos anos tem sido importantes vetores de rupturas com o que estava posto e a principal permanência na relação estudada é o repressão, que não deixa de existir e ter força ainda que haja uma tendência à perspectiva dos direitos. A população em situação de rua, no contexto do modo de produção capitalista, constitui um fenômeno de serve de vitrine para as perversas possibilidades trazidas pelo trabalho livre, porém desprotegido e que é produzido e reproduzido devido a fatores estruturais e biográficos.

Palavras-chave: População em situação de rua; questão social; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

FREITAS, R.M. POPULATION IN STREET SITUATION AND SOCIAL QUESTION IN RIO DE JANEIRO: some possible mediations. 2018. 173 p. Dissertation (Master Science in Social Science). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

This dissertation aims to investigate the relationship between the population living in the street and social issues in Rio de Janeiro, based on the unveiling of aspects related to permanence and ruptures that permeate this relationship. We used a triangulation of techniques: observation, interview, documentary analysis and historical sources. We conducted a theoretical position on the social issue in Brazil, a mediation with the urban question in Rio de Janeiro, having as a guiding line the so-called "operation kills beggars" tragic episode that marked the state in the 1960s, as well as the government of Carlos Lacerda. This episode has gained national notoriety and points to the relationship between city, state, market and street population. After this, we deal with the forms of organization and resistance of street people, focusing on the National Movement of Population in Street Situation, launched in the context of "lulismo". Finally, we analyze the organization of and by the street population in Rio de Janeiro, understanding the regional specificities. The struggles undertaken in recent years have been important vectors of ruptures with what was set and the main permanence in the relationship studied is repression, which does not cease to exist and have strength even if there is a tendency towards the perspective of rights. The street population, in the context of the capitalist mode of production, is a phenomenon that serves as a showcase for the perverse possibilities brought about by free, but unprotected, labor that is produced and reproduced due to structural and biographical factors.

Keywords: Street population, social question, Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: O PERCURSO METODOLÓGICO E SUAS CONTINGÊNCIAS	17
1.1. O uso da tecnologia como eixo transversal da pesquisa	21
1.2. O trabalho de observação	23
1.3. A entrevista	25
1.4. A pesquisa com fontes históricas	27
1.5. Análise de documentos	30
CAPÍTULO II: “A SELVA CAPITALISTA JOGA SEUS CHACAIS SOBRE NÓS...”	32
2.1. Algumas ponderações sobre a questão social	38
2.2. Considerações sobre a questão social no Brasil	51
2.3. População em situação de rua e questão social	66
CAPÍTULO III: A HORA DA ESTRELA ? - O MASSACRE DO RIO DA GUARDA, A CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS	75
3.1. Operação mata-mendigos: o massacre dos rios Guandu e da Guarda	76
3.2. Outras histórias	86
3.3. Cidade do encontro, cidade para o mercado: uma mediação possível	96
CAPÍTULO IV: CHEGA! BASTA! ESTAMOS FARTOS DE TANTA BARBÁRIE!	106
4.1. O MNPR e outras estrelas	111
4.2. Sujeitos da organização política no Rio de Janeiro	124
4.3. Notas sobre o MNPR/RJ	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
FONTES	167

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui uma dissertação desenvolvida durante o mestrado acadêmico em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFRRJ.

O que aqui é apresentado foi tecido ao longo de todo um processo de vivências, de pesquisa, do mestrado e antes dele.

A temática que nos propomos tratar é a relação entre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro.

Partimos da premissa que considera a população em situação de rua como uma grave expressão da questão social, caracterizada por estar constituída de sujeitos que vivenciam relações e tem ações usualmente consideradas privadas em meio aos espaços públicos.

Muitas das vezes a temática vêm à tona em nosso cotidiano e de muitas pessoas por observações empíricas durante caminhadas pelas cidades brasileiras, devido a notícias acerca do aumento deste grupo populacional, de algum ato praticado por ele ou de violências sofridas por pessoas que se encontram em tal situação. Entendemos que se trata de tópico bastante relevante no contexto das cidades quando, no ano de 2016, em mais de um debate televisionado entre candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, notamos a presença deste tema, como um daqueles elencados como relevantes e sobre os quais alguns candidatos deveriam discursar, apresentar propostas ou mesmo elaborar perguntas aos seus adversários.

Quando passamos nos Centros Urbanos, podemos observar homens e mulheres aparentemente vivendo à própria sorte, para muitos aparentando “abandono”, para outros parecendo não querer sair dali, para tantos outros, sendo aqueles de quem se tem medo, de quem não se quer aproximar. Ao longo dos anos foi uma das questões trazidas por pessoas em situação de rua com quem conversamos, dialogamos ou a quem atendemos em espaços de trabalho: o fato da maioria das pessoas não enxergá-los como pessoas, das pessoas olharem “torto”, olharem com expressão de reprovação para eles e elas.

A escuta atenta de quem trabalhou por quase cinco anos com esta população, faz-nos também afirmar que muitas das vezes as pessoas passavam por elas, ou telefonavam para a prefeitura, ou ainda postavam em redes sociais palavras pejorativas sobre a população em situação de rua, como fossem todos aqueles homens e mulheres que dormiam nas praças, avenidas e vielas, vagabundos, gatunos ou perigosos para a ordem e a segurança pública.

Postagens e discursos outros cobravam do poder público atitudes, desejando que fossem recolhidos ou recuperados ou que desaparecessem das cidades de alguma maneira. Eram desordeiros, segundo esta ordem de discurso.

Havia ainda aqueles e aquelas que cobravam atitudes por se tratar de pessoas que deveriam ser mais cuidadas pela caridade, que deveriam ser atendidas e “resgatadas”, como se pudessem ter uma chance de “integração social” caso fossem “limpos” daquelas características que os acometiam. Muitas pessoas cobravam que fosse ofertado um emprego para aqueles sujeitos, como se um emprego apenas fosse tirá-los daquela condição.

Assim como canta Gonzaguinha “e sem o seu trabalho, um homem não tem honra, e sem a sua honra se morre, se mata”. Para mostrar esta “honra”, muitas pessoas em situação de rua chegavam diante de nós e a primeira coisa que faziam era mostrar uma carteira de trabalho já assinada em algum momento de sua vida. Não foram poucos os casos em que isto ocorreu.

Na bibliografia sobre população em situação de rua muito se menciona a sua “invisibilidade”. Mas porventura a invisibilidade provocaria tais reações? Apenas uma provocação para manter a tônica do trabalho que segue.

Estas pessoas que vivem suas relações e ações privadas no espaço público e sobre as quais o senso comum realiza diversas conjecturas, na maioria das vezes individualizando a questão, são parte de um grupo de sujeitos sobre cuja condição há incidência de múltiplas determinações. É preciso compreender a população em situação de rua como um fenômeno que adquire características e contornos de acordo com a conjuntura. Para que compreendamos melhor este fenômeno, optamos por tomá-lo neste trabalho como uma grave expressão da questão social, seguindo a pesquisa realizada por Silva (2009).

Tomar esta premissa faz com que compreendamos o fenômeno população em situação de rua conforme características que adquiriu no âmbito da sociedade capitalista e da divisão da sociedade entre classes detentoras dos meios de produção e aquelas que necessitam vender sua força de trabalho como uma mercadoria. Defendemos aqui o conceito de questão social como um processo que tem origem na acumulação primitiva do capital e é continuamente gerado e atualizado expressando desigualdades dada a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Isto sem deixar de considerar que a renovação de determinado conjunto de relações ocorre tendo em vista as peculiaridades de cada tempo e de cada espaço.

Sobre as desigualdades, estas também geram conformismos e consensos, mas também inconformismos, resistências e lutas. E partindo desta leitura da realidade.

A temática começou a ser fonte de problematizações porque trabalhei com população em situação de rua em um Centro de Referência Para População em Situação de Rua (Centro POP) no município de Itaguaí. O trabalho trouxe desafios, a realização de um curso fornecido pela UFRJ e pelo Fórum sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro e a consequente participação em tal Fórum. Participamos como equipe do Centro POP de reuniões com sujeitos que tentavam articular um Fórum sobre População em Situação de Rua da Baixada Fluminense. As pessoas em situação de rua atendidas por nós também frequentaram tais espaços.

A partir deste trabalho, tive contato com sujeitos que articulavam há anos lutas pelos direitos de pessoas em situação de rua e aqueles que faziam parte da coordenação Estadual do MNPR-RJ (Movimento Nacional de População em Situação de Rua do Rio de Janeiro). Começou a me intrigar o modo de organização desta e por esta população e as possíveis lutas empreendidas por eles. Ouvi discursos, ouvi sobre as dificuldades múltiplas, ouvi muito sobre o Decreto 7053 de dezembro de 2009 (Ou Política Nacional Para População em Situação de Rua), assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula.

A história que sempre era contada por uma pessoa do Fórum era a de que o presidente Lula reuniu pessoas em situação de rua, convocou sujeitos dos mais diversos ministérios para construção de um decreto intersetorial, dada a demanda do movimento. Ele – o Decreto - era e tem sido ainda um instrumento para que as pessoas em situação de rua e sujeitos que lutam com e por ela utilizam para tentar convencer, negociar e pleitear ampliação de direitos e a construção de políticas públicas.

Conheci também neste contexto, um pouco da história do MNPR, a partir da narrativa de diversos sujeitos: pessoas do próprio movimento e os chamados “parceiros”. Segundo eles e conforme vemos em textos, documentos governamentais e não governamentais e documentos informais virtuais (como vídeos), o MNPR foi fundado após o assassinato de pessoas em situação de rua na Praça da Sé em São Paulo em agosto de 2004. Este fator serviu como uma espécie de “gatilho” para que no ano seguinte, no Festival Lixo e Cidadania dos Catadores de Materiais Recicláveis fosse lançado o MNPR. Trata-se de uma narrativa incorporada em seus discursos.

O MNPR pareceu ter sido um marco na construção da luta e início da efetivação de direitos das pessoas em situação de rua.

Diante de todo este contato e de como percebia a atuação do MNPR no Rio de Janeiro, decidi estudar e pesquisar a relação entre população em situação de rua, Estado e lutas sociais no Rio de Janeiro. Ao longo das orientações, amadurecemos que este tema teria um complemento no título, que era um recorte: “O caso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro”. E com esta proposta realizamos a qualificação. A relação entre o movimento social e o Estado, sobretudo na chamada “Era Lula” seria transversal ao debate.

Para estudar o “caso”, propúnhamos o uso de instrumentos como as entrevistas e a análise de documentos. A observação já estava sendo realizada. E foi ela que trouxe elementos para iniciar o redirecionamento da pesquisa.

A dificuldade objetiva de encontrar os sujeitos para entrevistas foi real e se apresentou. O principal instrumento ou técnica seria a análise de documentos. E a isto tivemos acesso. Todavia, desafios surgiram e emergiram do campo: múltiplos sujeitos que se movimentavam no sentido da defesa e da luta com e pela população em situação de rua para além do MNPR-RJ, que sem dúvida é um sujeito político de suma importância neste cenário. A emergência de uma relação turbulenta em relação às ações do Estado no âmbito local, qual seja, os territórios carioca e fluminense. Ao longo do processo, surgiu um desafio de entender especificidades destas relações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o que se apresentou como elemento crucial. Há particularidades que tornaram a mediação com o urbano necessária.

Entender a atuação do MNPR RJ e sua relação com o Estado é de grande importância, mas limita o olhar. Além do que, entendemos que os caminhos da pesquisa e as condições objetivas que atravessaram este tempo, levaram-me a repensar alguns passos. Um dos lemas constantemente repetidos pela população em situação de rua organizada por meio do MNPRRJ é “Não fale de nós sem nós”. Entendo que estive junto a sujeitos do movimento em momentos pontuais, não acompanhando de modo tão próximo. Esta não era nossa proposta, e por isso optei por dar enfoque a alguns processos, algo ainda pouco explorado nos estudos sobre população em situação de rua. Não desejo “falar deles/as sem eles/as”. Além do mais, os dados coletados ao longo da pesquisa direcionaram-na para rumos outros, não divergentes, mas distintos.

Não abandonando a questão social como fio condutor do trabalho (o caso do MNPR serviria para iluminar as reflexões sobre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro), optei por manter então o foco em processos. O que isto quer dizer? Estudar um caso iluminaria nosso olhar acerca dele. Mas o campo também trouxe outras questões: Há pouca bibliografia acerca do processo de constituição no Rio de Janeiro da população em situação de rua enquanto uma questão social, de que maneira esta questão surge na cena pública, a partir de que sujeitos e como. Ter a questão social como fio condutor nos desafia a entender que a realidade não é linear e tampouco estática. Que é preciso historicizar a questão e entender os processos envolvidos para um olhar menos restrito.

Buscamos questões na bibliografia acerca de episódios que contribuíram na construção da relação entre população em situação de rua, Estado e lutas sociais, como foi o caso da “Operação Mata Mendigos”. Não encontramos muito. Isto nos impeliu a pesquisar mais sobre o assunto, utilizando de maneira predominante a pesquisa com fontes históricas, sem a pretensão de realizar pesquisa em história.

As perguntas que fizemos às fontes, aos documentos e também o que apreendemos nas observações e entrevista direcionaram a nossa pesquisa para este rumo. Além, é claro, das condições objetivas.

É importante compreender os processos para tentarmos observar em que consistem as permanências e rupturas em torno da relação da questão social “população em situação de rua” em um determinado local, espaço, que é o Rio de Janeiro.

Não esgotaremos tema tão amplo. Buscamos trazer elementos para que mais tarde, outras pesquisas possam dar continuidade.

Para entender estas permanências e rupturas, ou algumas delas, optamos por uma pesquisa com múltiplos instrumentos e técnicas: análise documental, análise de documentos físicos e virtuais, entrevista, observação, pesquisa com documentos vertidos em fontes históricas.

A pergunta feita foi: que permanências e rupturas podemos observar na relação entre população em situação de rua, Estado e lutas sociais no Rio de Janeiro a partir do século XX?

Advertimos desde já que a intencionalidade não é a de mapear sequências de acontecimentos, mas a de compreender relações.

A pergunta surgiu após o trabalho de observações.

O MNPR-RJ será considerado, sem dúvidas! Mas não será um trabalho sobre ele, uma vez que não temos elementos e percebemos que este estudo não coaduna necessariamente com a proposta de entender a questão social.

Esta contribuição poderá dialogar com outras para construção da historicidade de um objeto de pesquisa, qual seja: a população em situação de rua como expressão da questão social no Rio de Janeiro. Conforme dito, não será uma dissertação de mestrado a encerrar ou esgotar a temática.

A dissertação está dividida em quatro momentos: no primeiro, trataremos brevemente sobre o percurso metodológico. Parte do percurso da aproximação com a temática foi exposto aqui, mas explicaremos o método, procedimentos e técnicas utilizadas para alcance dos objetivos. No segundo momento, trataremos de dados obtidos de maneira ainda irrefletida, traremos a concretude da temática a fim de realizar abstração tendo como fio condutor a questão social e algumas características importantes do caso brasileiro, para depois disto trazer dados refletidos. Em um terceiro momento, usaremos a “cidade” como mediação para entendimento da relação entre população em situação de rua e questão social. Como fio condutor o resgate sistemático do fato que ficou conhecido como “operação mata mendigos” no Rio de Janeiro na década de 1960. No quarto momento buscou-se um resgate sobre o processo que desembocou na organização da população em situação de rua no MNPR (Movimento Nacional da População em Situação de Rua) e o processo de sujeitos que têm se organizado pela e junto à população em situação de rua no Rio de Janeiro. E por meio destas mediações buscaremos apreender por fim aspectos relativos ao movimento da realidade face à temática em tela.

Conforme já sinalizamos, compreender qualquer expressão da questão social a partir da perspectiva que nos propomos é entender algumas permanências e rupturas. Algumas perguntas surgem neste sentido: como este fenômeno emerge na cena pública? Por meio do movimento ou atuação de que sujeitos? E como governos, nas mais diversas instâncias, incluem isto em suas agendas?

Por meio de perguntas vamos traçando um caminho de pesquisa.

CAPÍTULO I: O PERCURSO METODOLÓGICO E SUAS CONTINGÊNCIAS

Conforme já sinalizamos, compreender qualquer expressão da questão social a partir da perspectiva que nos propomos é entender algumas permanências e rupturas.

Neste capítulo propomo-nos refletir brevemente a este respeito, assim como apresentar as técnicas utilizadas para a coleta de dados ao longo da pesquisa.

O percurso que seguimos ao longo da pesquisa tem relação com as questões apresentadas acima. Desde a qualificação deixamos claro que nossa temática compreendia a relação entre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro. Contudo, estávamos ainda com a pretensão de fazê-lo por meio do estudo do caso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, compreendendo sua relação com o Estado e suas estratégias de lutas.

Ao longo do processo de pesquisa, alguns desafios se apresentaram: o primeiro deles foi o trabalho de observação que trouxe à tona diversos sujeitos que atuam junto à população em situação de rua no Rio de Janeiro e pareciam ter importantes contribuições para que esta questão chegasse à cena pública e se tornasse de alguma maneira preocupação governamental por outro viés que não somente a repressão. Explorando o caso do MNPR-RJ, outros aspectos relativos aos sujeitos mencionados poderiam ficar apagados.

Ao longo do processo de pesquisa, contingências fizeram com que as entrevistas com um membro e um ex membro do MNPR-RJ não pudessem ser realizadas. Primeiro devido a suas agendas e à fluidez de suas trajetórias e movimentações pela cidade. E posteriormente devido a dificuldades de conciliação de agendas. Conforme já explicitamos, uma das frases bastante repetidas por integrantes do MNPR em todo o Brasil é “Não falem de nós sem Nós”. Compreendendo a importância disto, avaliei retirar o enfoque no movimento e manter a pesquisa sobre as relações. Relações entre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro.

Para nós, falar em questão social é tratar das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista mediante produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Desigualdades estas que geram processos de conformismos, mas também de rebeldias, que elevam a questão à cena pública.

Entendemos a população em situação de rua como um fenômeno que é uma expressão grave da questão social. E entendemos que analisar uma expressão da questão social requer compreender suas especificidades enquanto expressão, suas relações com o que necessariamente caracteriza o fenômeno como uma destas expressões, ou os seus traços constitutivos. Compreendemos ser imprescindível avaliar a relação com o Estado e com as lutas e consensos construídos para que esta expressão se torne uma preocupação pública ou, nos termos de Pastorini (2010), adquira “emergência política”.

O que se modifica não necessariamente está “eliminado” dentre as relações e características que envolvem o fenômeno. E o que existe ou é predominante não nasce de “uma hora para outra”. Há um conjunto de projetos em disputa, de narrativas e práticas em disputa e em construção que podem desembocar no fluir das relações na hegemonia de uma delas sobre as outras. Isto é parte do processo com múltiplas determinações.

Segundo Pastorini (2010), “Trata-se de um processo dialético de conservação e superação, de continuidade e renovação”. Neste sentido, trata-se de compreender algumas das múltiplas determinações em relação ao fenômeno estudado e que o processo requer o conhecimento do passado. Não para voltar a ele ou pensar que ele vem se repetindo sem novidades, mas para analisar como e o quanto este passado se faz presente.

A importância de trazermos à tona processos por meio de mediações é a de entendermos o que se conserva nas relações que nos propomos estudar. E ter em mente que estas relações não são “naturais” e, portanto, podem ser desconstruídas também. Se há rupturas, é porque há possibilidades de rupturas.

Para tentar apreender a realidade que se movimenta, para não deixar que o passado se emudeça e assim trazer à tona algumas permanências e rupturas, foi preciso um exercício também de descoberta de novas possibilidades de técnicas de pesquisa. Falar abstratamente sobre o método não garante a informação sobre as técnicas.

A pesquisa também é um processo, e assim como um famoso texto, pode ser interpretada como um “artesanato intelectual”. Segundo Martins (2013), o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem de acordo com o tema e o objeto. E envolve trabalho. Compreendemos que há técnicas existentes que serão aplicadas de acordo com a questão da pesquisa, no intuito de promover a investigação necessária. Técnicas podem ser criadas. Formas de abordagem também. Segundo o autor, “na

carpintaria, na marcenaria ou na ferramentaria, o artesão–operário com facilidade cria a ferramenta de que carece em face da obra que se lhe pede.” (p.24).

No caso das ciências sociais, contudo, lidamos com relações humanas e interações mais complexas com os sujeitos/objetos da pesquisa. Por isso, Martins analisa que o artesanato intelectual em sociologia é “mais que uma técnica, é uma troca”. E analisa que “[...] o artesanato intelectual envolve o pesquisador muito mais que profundamente na sua temática e lhe permite lidar com a inteireza dos processos sociais enquanto processos históricos e cotidianos ao mesmo tempo”. Debruçamo-nos sobre questões que são cotidianas, são a concretude palpável da vida de diversas pessoas, mas que também não podem ser descoladas dos processos as quais compõem. É um desafio lidar com tais questões e construir técnicas para apreender esta complexidade.

Marx e Engels (2007) destacam como capacidade humana aquela que nos permite projetar um objeto ou ação, e destaca que o trabalho diferencia o homem dos demais animais. Temos a capacidade de modificar a natureza a partir de instrumentos construídos por nós com finalidades anteriormente projetadas. Temos a capacidade de projetar anteriormente o que iremos construir. Importante destaque. Podemos projetar, planejar técnicas de pesquisa para atingir objetivos. Mas aqui estamos lidando com relações humanas, que são fluidas. Lidamos com determinações não controladas por nós. Tecemos no cotidiano alternativas para lidar com o que nos parecia uma boa ferramenta e talvez não tenha sido. Precisamos muitas vezes mudar estratégias. Porque temos potencial para a construção de coisas, mas há determinações que não estão sob o controle de indivíduos.

Cano (2012) também traz à tona a importância da reflexão sobre métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais. Para elegermos técnicas, é preciso então expormos do que estamos falando quando mencionamos “técnicas”. Para o autor, as técnicas são “formas padronizadas de coleta e análise de dados” que visem produção do conhecimento, no caso da pesquisa. São ferramentas fundamentais e a escolha de tais ferramentas é um momento de suma importância em qualquer pesquisa. A adequação desta ou destas técnicas ao tema e ao objeto é fundamental, repetimos.

Não se trata de uma escolha fácil. É inegável que as técnicas devem ser adequadas ao que se deseja investigar. Quanto a isto não se pode abrir mão. Cano (2012) nos alerta que “a escolha das técnicas a serem empregadas deve depender, em princípio, do tema da pesquisa e do contexto em que ela acontecerá, e não da biografia ou das inclinações do pesquisador. Nem

todas as técnicas são adequadas para todos os projetos de pesquisa” (p.110). Todavia, há um “cardápio” de técnicas a serem conhecidas e possíveis para cada pesquisa. Para alguns temas, há caminhos e não apenas um caminho possível. Há ferramentas e não apenas uma ferramenta possível. E há o fator “criatividade”. É preciso fazer uma reflexão sobre isto.

Não discordamos de Cano. Mas não podemos deixar de fixar uma reflexão acerca do “contexto em que ela [a pesquisa] acontecerá”. Assim como em ciências sociais lidamos com relações humanas e não previsíveis ou reproduzíveis em laboratório, é importante compreender que o próprio contexto da pesquisa não é reproduzível em laboratório. Envolve humanos pesquisadores. Envolve relações humanas e envolve a maneira com que o país está inserido na divisão internacional do trabalho e as implicações da valorização ou não da produção do conhecimento em seu âmbito. Não fazemos pesquisa ou produzimos conhecimentos em contextos “ideais”.

Para driblar as dificuldades, é preciso criar alternativas viáveis que não façam da pesquisa apenas uma produção sem sentido para “constar” em estatísticas. Temos tido, nas ciências sociais, uma boa capacidade de contextualizar as ações, a vida, o comportamento humano, as situações que pesquisamos. Por isso é importante que tenhamos a preocupação em contextualizar as condições de produção do conhecimento em nosso país, em nossa universidade, em nossos programas de pós-graduação.

Quando mencionamos criatividade, não estamos coadunando, por exemplo, com a esposa de determinado governador de determinado Estado, que, durante uma Conferência Estadual de Assistência Social em que estive como delegada, realizou uma análise superficial e pertinente aos seus intentos de apassivamento dos trabalhadores ali presentes e disse que a crise era questão de ponto de vista. Disse que não “aguentava mais” falar em crise. Neste caso, ela tiraria uma letra da palavra “crise” e diria “crie”. “Não fale em crise, crie!” Era este o seu recado. E não é disto que estamos falando aqui.

A criatividade é parte das estratégias de resistência para que o conhecimento continue sendo produzido. Mas isto não nos exime de realizar uma crítica às condições muitas das vezes adversas para a produção deste conhecimento, adversas na mesma proporção de cobranças por produção. É criar sim, mas sem deixar de falar em crise, realizando um percurso distinto daquele exposto pela esposa deste determinado governador.

Não é possível mencionar o percurso da pesquisa sem reflexões.

Voltando à questão das técnicas e aliando isto à reflexão sobre a criatividade, em nosso caso, utilizamos como ferramenta importante aquilo que nos tem propiciado o desenvolvimento das forças produtivas: a tecnologia. Neste caso, a internet. Ela foi, em nosso caso, uma importante aliada. Tentaremos explicar mais adiante.

No plano de qualificação, inicialmente, deixamos claro que a técnica privilegiada no trabalho seria a coleta de dados e análise de fontes documentais. E estas fontes seriam obtidas no contato com sujeitos por meio do processo de entrevistas.

Com a ênfase do enfoque na questão social, no processo de permanências e rupturas, mantivemos a coleta de dados por meio da análise documental, mas compreendemos que seria insuficiente a utilização de apenas uma ou duas técnicas. Para tanto, para nosso propósito tentamos fazer o que Cano (2012) chamou de triangulação que, segundo ele, consiste na incorporação de várias técnicas no mesmo projeto de pesquisa.

Sobre a técnica da entrevista, conseguimos aplicá-la a apenas um sujeito. Mas outras técnicas foram utilizadas: a coleta de documentos para análise documental, a análise de fontes históricas, a observação.

A pesquisa bibliográfica ocorreu ao longo de todo o processo de pesquisa. E pudemos dialogar com algo do que já fora produzido sobre as questões que trazemos. Por meio da leitura e consulta a outras pesquisas realizadas, pudemos coletar dados que caberiam para análise neste trabalho: dados quantitativos, dados qualitativos também. E por meio de dados coletados em outras pesquisas e da pesquisa bibliográfica, foi possível apreender aspectos relativos a permanências e rupturas sobre a relação entre população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro.

A exposição e reflexão sobre caminhos traçados não se esgota neste capítulo, mas tentaremos realizar ponderações sobre técnicas utilizadas como importante meio de compreensão do processo da própria pesquisa.

1.1. O uso da tecnologia como eixo transversal da pesquisa

Conforme mencionamos, o uso da tecnologia foi de suma importância para a realização da pesquisa. Dizemos isto entendendo que esta tecnologia tem relação com o desenvolvimento das forças produtivas, com potencial para reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção. E dependendo do modo de produção, este desenvolvimento poderia ser potente para promover a liberação do humano para concretizar para o tempo livre.

Não é o que ocorre no modo de produção capitalista. Neste caso, muitas das vezes a tecnologia substitui força de trabalho humana e lança milhares de pessoas para o desemprego. Com isto entendemos que o desenvolvimento destas forças não é algo mau em si, mas dependente de um conjunto de relações que o permeia e dos usos que são feitos dela.

A tecnologia pode fazer com que a pessoa que pesquisa tenha acesso a dados importantes que antes somente eram consultados mediante grande esforço e trabalho. O tempo de trabalho da pesquisa pode ser reduzido e utilizado em outros momentos de coleta de dados com o uso da tecnologia. Em nosso caso, isto ocorre com o uso da internet.

Não perdendo de vista as reflexões de Padilha (2017), cabe ressaltar que os conteúdos das redes virtuais fora ali inserido por pessoas “de carne e osso”. São operados por estas pessoas. Um esforço que observamos é o de socialização de informações em meios virtuais, o que tem de certa maneira facilitado o percurso de diversas pesquisas.

Conforme já dito, ao longo de todo o processo foi realizada uma incursão bibliográfica bastante auxiliada pelo uso da internet. Obtivemos acesso a diversos artigos e algumas dissertações e teses que podem ser obtidos pela via virtual. E não somente neste início, como ao longo de todo o trabalho. É importante deixar claro o cuidado em consultar bases de dados legitimadas no âmbito científico. Livros e outras fontes também foram consultados fora do ambiente virtual.

Outro momento da pesquisa em que fizemos uso da tecnologia fora no trabalho de observação. Realizamos observação por um período transversal da pesquisa em relação ao emprego de outras técnicas: comparecemos a eventos e rodas de conversa organizados por grupos que defendiam os direitos da população em situação de rua. Nestes casos a observação foi presencial. Todavia, também realizamos observação online, nos termos de Ferraz e Alves (2017). A data limite deste processo mais sistemático foi julho de 2018. Contudo, alguns dados foram observados posteriormente.

A observação online ocorreu em páginas de redes sociais relacionadas ao tema, para coletar informações acerca de notícias e possíveis posicionamentos públicos do MNPR e outros grupos que atuam na defesa de direitos da população em situação de rua.

Outro momento crucial em que foi feito um importante uso da internet fora durante a pesquisa de documentos a serem vertidos em fontes históricas. Após a leitura de artigos sobre este tipo de pesquisa, descobrimos que a consulta às fontes poderia ser realizada pelo computador, uma vez que nossas principais fontes foram periódicos. Consultamos

documentos no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹. Neste sítio, é possível acessar publicações de jornais importantes e alguns dos quais já extintos, assim como também periódicos de instituições científicas. O acesso é virtual e gratuito.

Neste caso fazemos menção ao trabalho de digitalização e tratamento dos documentos por pessoas que atuam e contribuem para manutenção da memória e construção da história de nosso país. Por meio deste acesso facilitado se torna possível que outras pesquisas sejam realizadas.

Outro local virtual de onde extraímos documentos foi o site da Fundação Getúlio Vargas (FGV)², sobretudo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)³.

O uso da tecnologia reduziu possibilitou este uso da história para compor as análises do presente trabalho.

Outro momento em que foi relevante o uso da tecnologia foi no contato com alguns sujeitos importantes, tanto para combinação da entrevista realizada quanto para recepção de documentos de tais sujeitos. Neste caso, foi fundamental o uso do e-mail.

Este uso das mídias sociais e do ambiente virtual tende, provavelmente, a ser mais difundido. E sobre isto é importante que as ciências reflitam. Já há trabalhos publicados neste sentido, e a cada desafio no que tange a este uso, novos conhecimentos e experiências poderão ser partilhados.

1.2. O trabalho de observação

O trabalho de observação ocorreu ao longo do processo de pesquisa. Tanto presencial como virtual.

A pesquisa inicial foi na página de uma rede social do MNPR-RJ, de onde obtivemos alguns dados importantes, que serão apresentados no momento pertinente do texto.

O trabalho de observação foi iniciado como objetivando uma aproximação do campo e com debates candentes em seu seio. Era sabido pela pesquisadora que sobre a presença de grupos/pessoas que atuavam junto a/pela e como população em situação de rua, incluindo aí membros do MNPR-RJ.

¹ O acervo da Hemeroteca Digital pode ser consultado em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> - Último acesso em 01/10/2018.

² O endereço é <https://sistema.bibliotecas.fgv.br/> - Último acesso em 01/10/2018.

³ Vide endereço <https://cpdoc.fgv.br/> - Último acesso em 01/10/2018.

Também estariam provavelmente diversos representantes do Estado em tal evento, apresentando suas falas públicas sobre a População em Situação de Rua. Uma fala pública em um evento específico, organizado por um grupo com posicionamento específico, qual seja, defesa dos direitos humanos de pessoas em situação de rua. As falas, portanto, devem ser compreendidas neste contexto. E isto não deixa de ser parte dos tensionamentos relativos às expressões da questão social, do seu processo contraditório de lutas e conformismos, do processo como as especificidades de cada expressão se manifestam na cena pública.

Nos dias 06 e 07 de junho de 2017 estivemos no I Seminário dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro. O evento ocorrera no auditório da Defensoria Pública da União⁴.

No seminário, assistindo-o, observamos a presença de pessoas do MNPR-RJ, pessoas que pertenciam à DP, outros órgãos públicos, pessoas que atuavam com PSR via Estado nas mais diversas políticas públicas, assessores de dois vereadores do município do Rio de Janeiro e em algum momento contou com a presença dos próprios vereadores.

I Seminário Estadual de Direitos Humanos
da População em Situação de Rua e Catadores
de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro

Contexto e propostas de enfrentamento às violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro

O Seminário pretende ser um espaço de mobilização e articulação de parceiros, formação de lideranças para incidência política e participação nos espaços de controle social. Diante da realidade de preconceito, discriminação e violação de direitos a qual estão expostos a PSR e CMR, ressalta-se que a educação em Direitos Humanos é elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, considera-se estruturante o estímulo a um amplo processo de discussão intersetorial, capacitação de lideranças e articulação da rede de apoiadores, tendo em vista a perspectiva de contribuir com a construção de políticas públicas e de mudança cultural que faz parte da educação em Direitos Humanos.

É o controle social desenvolvido pela sociedade civil com incidência na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas e no processo continuado de educação em Direitos Humanos que possibilita o sucesso da promoção e defesa dos direitos, bem como a consequente mudança na realidade da população em situação de rua e dos catadores.

Dias 6 e 7
de junho de 2017
De 8h30 às 17h

Local: Auditório da Defensoria Pública da União, na Av. Pres. Vargas, 62 - Centro, Rio de Janeiro.

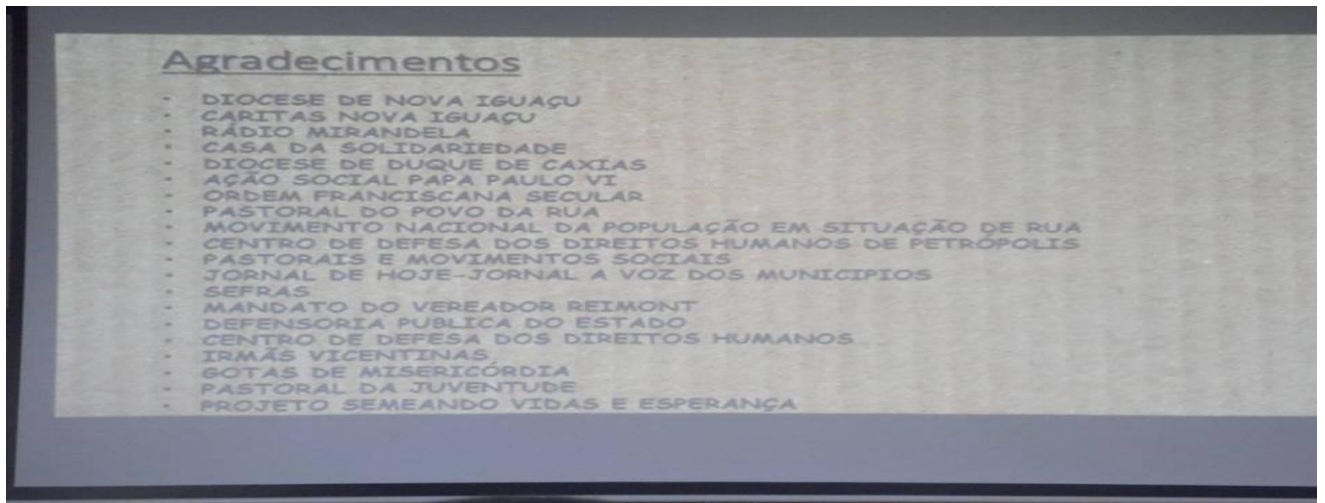
A entrada é gratuita, mas as vagas são limitadas.
Solicite por email o formulário de inscrição: cdhpr.rj@gmail.com

Realização:  Apoio:  DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO   

No dia 19/08/2017 estivemos no Centro de Formação de Líderes de Nova Iguaçu para o evento/ato⁵ de lançamento do Fórum do Povo da Rua da Baixada Fluminense⁶. O evento fora organizado pela Arquidiocese de Nova Iguaçu.

⁴ Segue o link para a página do evento na rede social facebook <https://www.facebook.com/events/1691385884500230/> - Último acesso em 14/10/2018.

A imagem abaixo foi obtida a partir de uma projeção realizada no dia do evento.



No dia 16/11/2017 o trabalho de observação ocorreu em um evento convocado pela Coordenação Nacional do MNPR.

E em 02/12/2017 a pesquisa de observação ocorreu com participação no Seminário de Organização e Planejamento do Fórum Popular do Povo da Rua da Baixada Fluminense, ocorrido na Catedral de Santo Antonio, em Nova Iguaçu.



A sistematização das observações será apresentada ao longo do trabalho, como uma síntese das sistematizações das técnicas empregadas na pesquisa.

1.3. A entrevista

⁵ Para visitar a página do evento no facebook acessar <https://www.facebook.com/events/1442460762487282/> - Último acesso em 14/10/2018

⁶ Para visitar a página do Fórum no facebook acessar <https://www.facebook.com/fppr.baixada/> - Último acesso em 14/10/2018.

A entrevista como técnica de nossa pesquisa teve como objetivo uma aproximação maior com os sujeitos, assim como apreensão de informações privilegiadas que provavelmente não constam em documentos oficiais. Além disto, neste contato, também poderia ser possível coletar informações acerca de possíveis documentos e caminhos a serem analisados.

Segundo Gil (2008), a entrevista tem sido uma forma privilegiada de coleta de dados em ciências sociais, devendo observar algumas de suas limitações, entre as quais a falta de motivação de entrevistador ou entrevistado, dificuldade de compreensão das indagações, assim como fornecimento de respostas falsas e influência de opiniões pessoais do entrevistador, que deve ter “treinamento” adequado para realização de entrevistas.

Para construção do roteiro e realização da única entrevista que fora possível foram previamente consultadas bibliografias especializadas sobre o assunto.

Conforme a bibliografia consultada sobre a entrevista como técnica de pesquisa, faz-se necessário que o roteiro tenha relação com os objetivos da pesquisa, compreendendo que em muitos casos tais objetivos não serão alcançados com a utilização de apenas uma técnica. Embora a entrevista seja na atualidade uma das técnicas mais frequentemente utilizadas pelas áreas de ciências sociais e psicologia, ela possui limites e potencialidades que devem ser observadas. Muitas das vezes, conforme aponta Manzini (2004) em sua pesquisa, os objetivos estipulados não podem ser atingidos pelas entrevistas. E isto pode ocorrer por certa “confusão” feita entre relato do fato e o próprio fato. A entrevista oferta relatos acerca de fatos e históricos, sendo meio privilegiado de obtenção de informações densas. Todavia, não é toda pesquisa que poderá recorrer a esta técnica. (TOLOI e MANZINI, 2013).

Em Toloi e Manzini (2013) apreendo que a elaboração do roteiro constitui momento de extrema relevância para que a entrevista alcance seus objetivos. Segundo eles

Vários cuidados com a linguagem devem ser tomados na elaboração do roteiro, alguns exemplos são: ter cuidados com o jargão técnico do entrevistador e vocabulário; as formas de perguntas; o nível de intenção das perguntas; evitar as perguntas com múltiplas finalidades e ter certeza de que a primeira pergunta do roteiro o entrevistado saberá responder. Tendo conhecimento de todos esses pontos evidenciados junto ao roteiro, a entrevista se tornara um meio muito mais eficiente para ir ao encontro do objetivo da pesquisa. (p.3299)

O roteiro, para os autores, é uma forma da pesquisadora se organizar em torno de perguntas básicas, mas não limitantes ante o contexto e à relação estabelecida no momento da entrevista. Indicam que há maiores chances de organização e elaboração os roteiros elaborados sob a forma de perguntas, diferindo daqueles elaborados sob o formato de itens apenas. As perguntas facilitam a formulação similar perante os entrevistados. Manzini (2004) sugere que o roteiro a partir de itens pode ser melhor utilizado por pesquisadores mais experientes.

A entrevista com o vereador Reimont ocorreu em seu gabinete, no dia 06/2/2017, com a presença de um assessor, em dia e horário previamente agendados. O contato com este assessor se deu através de uma interlocutora que o conhecia e frequentava eventos e fóruns sobre população em situação de rua, sendo pessoa próxima à pesquisadora.

Sobre a entrevista, ela teve uma duração de 35 minutos, e ocorreu como uma conversa mais fluida, sem que o roteiro fosse uma camisa de força, muito embora tenha havido tentativa de contemplar as questões ali existentes. O entrevistado pareceu à vontade.

A transcrição da entrevista durou cerca de seis horas. O seu roteiro segue como anexo.

1.4. A pesquisa com fontes históricas

Com o decorrer do processo de pesquisa e o delineamento da questão quer a perpassaria, a preocupação com permanências e rupturas e o diálogo com outros dados já coletados no campo e na bibliografia, nos trouxeram o desafio de conhecer melhor a chamada “Operação Mata Mendigos” como um fio condutor para compreender este movimento da realidade.

Esta Operação foi mencionada na entrevista com o vereador Reimont e também aparecia na bibliografia sem grandes detalhes. Foi-nos indicado o documentário “Topografia de um Desnudo”, baseado na peça de Jorge Diaz, escrita após uma reportagem no jornal chileno sobre o episódio.

Entendemos que resgatar a história do massacre seria um caminho para resgatar elementos sobre a relação entre a população em situação de rua, o Estado e a emergência à cena pública do referido fenômeno naquele determinado contexto, iluminando reflexões sobre as relações que perpassam tal emergência.

Não encontramos na bibliografia e tampouco na base de dados pesquisada, registros de pesquisas que tenham realizado qualquer estudo mais sistemático sobre o ocorrido. Por isso avaliamos a pertinência de trazer como contribuição o uso de ferramentas históricas para resgate da situação por meio das fontes.

Deixamos claro o uso da técnica relativa à pesquisa em história, mas que o uso que será feito disto é para uma pesquisa em ciências sociais.

Para tal empreitada, foi preciso antes consultar bibliografia sobre a temática. Privilegiamos documentos acessíveis de maneira virtual, sobretudo reportagens de jornais da “Hemeroteca Digital” para análise.

Lara (2008) adverte-nos que a pesquisa com fontes tem alguns caminhos e descaminhos. É necessário que o pesquisador transforme documentos em fontes históricas. Ela analisa que os documentos, quando produzidos, não necessariamente o são com o intuito de registrar a história. Eles são parte da dinâmica da vida das pessoas.

Para uma melhor análise das fontes, a autora explica que é necessário tentar entender o jogo de relações envolvidas com ela: o contexto, quem produziu e se possível com que intenção. Entender as disputas em torno de determinada questão é fundamental.

Luca (2008) alerta para a necessidade de avaliação das relações políticas com que os que produziram determinados documentos estavam envolvidos. Para quem trabalha com jornais e revistas, o que deve ser levado em consideração são as motivações que levaram tal feito a se tornar notícia, atentar para o destaque dado ao acontecimento.

Já Chalhoub (1989) na introdução da sua tese de doutorado, conta-nos sobre o quanto a disciplina, mas também a atenção aos pormenores que constam nas fontes podem ser relevantes para a pesquisa. A construção de descrições verossímeis sobre o que passou requer a busca de pistas, de pegadas e rastros deixados por aqueles que vivenciaram determinado tempo. E alerta-nos sobre o percurso pelo “caldo” já produzido, sobre o acúmulo que se tem sobre o que se deseja pesquisar. Isto não pode ser desconsiderado.

Mediante tais advertências, e entendendo também ser necessário não se deixar levar pelas fontes como se o que estivesse escrito fosse “a verdade”, conduzimos os trabalhos para o uso proposto da história.

Realizamos uma pesquisa na Hemeroteca Digital, com os indicativos “Mata Mendigos”; “Mendigos” e “Serviço de Repressão à Mendicância”, considerando os anos entre 1950 e 1969. Catalogamos os periódicos em que os temas eram mais recorrentes e pesquisamos sobre eles no site do CPDOC. No referido site é possível saber as questões políticas e político-partidárias com as quais os periódicos estavam envolvidos.

Sistematizamos as ocorrências pertinentes a fim de contar um pouco dessa história. Os jornais consultados foram: O semanário; Correio da manhã; Jornal do Brasil; O jornal; Novos Rumos; Última Hora; A Noite; O Mundo Ilustrado; Diário da Noite; Tribuna da Imprensa; O Diário Carioca; A Luta Democrática; Diário de Notícias.

Resumos de discursos de Carlos Lacerda foram obtidos no site do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em um acervo sobre o ex governador do Estado da Guanabara e também continham dados importantes para o intuito proposto⁷.

Utilizamos como fonte também uma decisão do STF sobre um imbróglio entre os candidatos Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira durante debate para o governo do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1982⁸.

Outros documentos vertidos em fontes de pesquisa histórica foram duas dissertações defendidas na década de 1970 pela PUC RJ: dissertações de Benzecry (1976)⁹ e de Braga (1976)¹⁰. Neste caso, estivemos na biblioteca da PUC para buscar as fontes. Tentamos inicialmente acesso ao CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais), realizando contato prévio via e-mail. Naquele centro há um importante acervo de periódicos e outros documentos que podem ser fontes de pesquisas. Contudo, o CBCISS estava de mudança para outro prédio e o acervo não poderia ser acessado. Recebemos gentilmente da funcionária do local uma lista de itens que havia naquela biblioteca sobre a

⁷ Para acessar este acervo visite <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/acervo-carlos-lacerda> - Último acesso em 13/10/2018.

⁸ O documento pode ser acessado no endereço: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/43743/42453> - Último acesso em 13/10/2018.

⁹ A dissertação foi utilizada como fonte histórica e suas referências são: BENZECRY, Y.N.R. **A aplicação insuficiente dos critérios de liberação dos clientes do C.R.S. vista como causa de reincidência 1974/1975**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰ A dissertação foi utilizada como fonte histórica e suas referências são: BRAGA, M.C. **Caracterização de um grupo de alcoólicos na área da mendicância**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. (Dissertação de Mestrado).

temática que nos propusemos trabalhar. E a partir desta lista, chegamos até o acervo da PUC RJ.

A pessoa que pesquisa constrói suas fontes. Conforme nos ensina Lara (2008). Ela “inventa” suas fontes. Porque nenhum destes documentos fora construído para um uso histórico. Foram “transformados” em fontes por nós. E a pesquisa com estas fontes foi mais uma das técnicas empregadas para o desvelamento de nosso objeto de pesquisa.

1.5. Análise de documentos

A análise de fontes documentais surge como uma importante técnica utilizada no processo de pesquisa. Gil (2008) avalia que se trata de uma técnica que pode ser utilizada para coleta de dados sobre as pessoas, mas obtidos “de maneira indireta”. Segundo Kripka (2015, et.al.),

O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. O documento a ser utilizado na pesquisa dependerá do objeto de estudo, do problema a que se busca uma resposta. Neste sentido, ao pesquisador cabe a tarefa de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos. (p.57)

Assim como no caso de documentos “transformados” em fontes de pesquisa histórica, os documentos em análise não foram elaborados com a finalidade de nos fornecer dados para pesquisa. Nos dois casos é preciso ter cuidado no trato ao longo da pesquisa. Em ambos os casos é preciso indagar as fontes. A partir do que as fontes trazem sobre as indagações, é possível construir categorias que constarão na realização de inferências e análises, em conjunto com dados obtidos por meio de outras técnicas.

As principais perguntas que dirigimos às fontes documentais foram: como o fenômeno população em situação de rua emerge na cena pública? A partir de que sujeitos? De que maneira os governos incluem isto em sua agenda? E neste enfoque seguimos os nossos caminhos.

Importante dizer que documentos são suportes que contém informações registradas, não necessariamente sendo escritas. Pode ocorrer a análise de documentos audiovisuais.

A diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica é que no caso da primeira, a fonte ainda não sofreu tratamento sistemático e no caso da segunda sim.

Neste trabalho, utilizamos como documentos os registros fornecidos pelo entrevistado e por pessoas com quem tivemos diálogos informais. Figuras importantes no cenário de lutas por direitos da população em situação de rua no Rio de Janeiro. Alguns outros documentos tivemos acesso antes de iniciar o mestrado. São documentos que tínhamos armazenados no e-mail ou outros meios digitais. Utilizamos também alguns vídeos como fontes. Aqueles escolhidos após pesquisa em uma rede social de vídeos, com a palavra de busca “MNPR”.

Os vídeos foram catalogados inspirados em uma metodologia sugerida por Menegon (2013): anotamos em um arquivo o nome do vídeo na rede, endereço, data do último acesso, data da postagem, “ Postado por”, tempo e número de visualizações.

Compreendido um pouco do processo de pesquisa, seguiremos à escrita da dissertação.

CAPÍTULO II: “A SELVA CAPITALISTA JOGA SEUS CHACAIS SOBRE NÓS...”

NÃO SOMOS LIXO

Não somos lixo
Não somos Lixo nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Não somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.
Não somos lixo.
Será que temos alegria? Às vezes sim...
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
A lucidez e os sonhos da filosofia
Não somos profanos, somos humanos.
Somos Filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos urbanos
A selva capitalista joga seus chacaís sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasma.
Existem aqueles que se assustam,
Não estamos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos.
Dependendo de nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

Carlos Eduardo Ramos, o Cadú, Morador das Ruas de Salvador¹¹

A população em situação de rua é uma grave expressão da questão social. Mas o que estamos dizendo com isto?

Assim como Cadu em seu poema, entendemos este fenômeno em sua relação com o modo de produção capitalista e sua relação umbilical com as contradições e desigualdades geradas pela produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Com a produção cada vez maior de tecnologias e produção na mesma proporção de pobreza e pauperismo.

Para a incursão proposta neste capítulo, qual seja, a reflexão sobre a questão social, propomo-nos inicialmente apresentar dados coletados nas fontes nas pesquisas bibliográficas

¹¹ O poema pode ser encontrado em http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Lucia_Poema.pdf Último acesso em 28/09/2018.

como pontapé inicial de uma reflexão/abstração, para que subsidiemos nossas análises posteriores.

O que circula de informações e práticas não refletidas ou sem a utilização de mediações cabíveis é a ponta de um iceberg. Entendemos, no entanto, que, por mais que não seja suficiente analisar a ponta para entender todo o “iceberg”, esta compõe a estrutura daquele. A realidade que se apresenta aos olhos em um primeiro momento, ainda que com olhar descuidado e com a necessidade de mais mediações para um entendimento mais profundo, não é uma realidade “paralela”. Ela compõe a totalidade que se busca apreender.

Quando se pensa no fenômeno população em situação de rua, o que se noticia? O que vêm à tona?

Noticiários anunciam o aumento do número de pessoas em situação de rua¹². Noticiários anunciam que não há abrigos e albergues suficientes para acolhimento da demanda existente.

Em pesquisa recente, Natalino (2016) estima que existam no Brasil (existiam em 2016) mais de cem mil pessoas em situação de rua. Elas estão concentradas em municípios maiores e na região sudeste do país.

A pesquisa realizada pela FIPE (2015) e encomendada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo, demonstra que naquela região houve um aumento das pessoas em situação de rua entre 2000 e 2015: aumento de 5,14% entre 2000 e 2009 e de 2,56% entre os anos de 2009 e 2015. Esta população é majoritariamente masculina (81,8%) e adulta. Entre eles, 36,6% têm idades entre 31 e 49 anos; 19,7% entre 50 e 64 anos e 15,3% entre 18 e 30 anos.

Em 2013, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, também responsável pela execução da Política de Assistência Social realizou um censo sobre as pessoas que viviam ou permaneciam nas ruas daquele município. Segundo SMDS (2013) esta população era majoritariamente masculina (81,8%), formada por adultos (69,6%), tendo como escolaridade o ensino fundamental (75,11%). Apresentou também dados relacionados à saúde

¹² Observemos os seguintes links: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-aumenta-nas-praias-do-rio-de-janeiro.ghtml> .
<https://oglobo.globo.com/rio/populacao-de-rua-aumenta-no-largo-de-sao-francisco-no-centro-do-rio-22919428>
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-3-anos-no-rio>

Último acesso em 28/09/2018.

deste público: a doença crônica com maior incidência detectada foi a tuberculose (6,47%) e a doença grave a dengue (4,67%), seguida dos transtornos mentais (3,85%).

Destaca-se dos dados acerca da saúde da população em situação de rua no município do Rio de Janeiro a incidência detectada na pesquisa acerca da tuberculose. Em Brasil(2016), consta que a chance de uma pessoa em situação de rua ter tuberculose é 70 vezes maior do que a chance de uma pessoa que não esteja na mesma condição.

A tuberculose é uma doença conhecida por sua associação com a situação social dos sujeitos. Nascimento e Silva (2017) destacam a incidência e o alto índice de abandono de tratamento em relação à população que vive na ruas. Segundo as autoras, as condições sociais, sobretudo de moradia e higiene aumentam consideravelmente as chances do contágio pela doença. O que dizer então da população que vive sem ao menos ter uma moradia?

Voltando à pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro sobre população em situação de rua, outro dado levantado fora o tempo em que as pessoas se encontravam nas ruas. 64,8% delas estavam nas ruas há mais de um ano. Também se investigou sobre o local de moradia antes da situação de rua: 64,42% residiam na própria cidade do Rio de Janeiro, com destaque para residência em bairros da Zona Oeste como Bangu e Campo Grande. No próprio Estado do Rio de Janeiro (em municípios que não sejam a capital) moravam antes da situação de rua 22,51% deles. Isto demonstra que não houve um grande deslocamento destas pessoas. Provavelmente o deslocamento ocorrera entre bairros na própria cidade do Rio de Janeiro, com migração para regiões centrais da cidade.

Algumas características detectadas na pesquisa foram: baixa escolaridade, uso de álcool e drogas, alta exposição ao que chamam de “conduta de risco”, capacidade produtiva comprometida, transtornos mentais/psiquiátricos, relações familiares rompidas, histórico de violações e supremacia masculina e adulta.

Os números e as características específicas demonstram uma espécie de concretude da questão relativa à população em situação de rua. A estes números são aliadas características que aparecem no cotidiano das ruas e das cidades, aquilo que vemos caminhando nas vielas, lendo noticiários e ouvindo as pessoas. Muitas pessoas vêem a população em situação de rua. Algumas pelo viés da caridade e da filantropia, algumas vêem uma cidade repleta de pessoas que parecem estar abandonadas e dão à própria cidade um aspecto de abandono, de mau cuidado. Outras sentem medo. Como brilhantemente escreve o Cadu, “existem aqueles que se assustam”. Um dos documentos utilizados ao longo de nossa pesquisa, fora o Relatório Final

da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro que discutia a questão da população em situação de rua. Neste relatório há um trecho sobre o assassinato de uma mulher em situação de rua em Copacabana. Destaca-se, em meio a este trecho, os recorrentes episódios de violência pelos quais passaram pessoas em situação de rua na Zona Sul do Rio - região “nobre” da cidade - onde é sabido, há uma concentração de renda e de serviços. Exemplifica que no bairro de Copacabana foram instalados chuveirinhos para que as calçadas ficassem molhadas e as pessoas não permanecessem dormindo ali. Além disto, destaca um movimento conhecido como “gritão”, que estava ocorrendo na época, por meio de uma rede social bastante frequentada. Neste caso, houve uma espécie de convocação para hostilizar sujeitos que fizessem doações a pessoas em situação de rua.

Este cenário traz à tona diversas violências sofridas por pessoas em situação de rua no Brasil, mas com foco (que é o foco deste trabalho) no estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2014, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, emitiu relatório¹³ a partir da averiguação de denúncias de violações à população em situação de rua no país devido à proximidade com a Copa do Mundo, um mega evento esportivo a ser sediado no Brasil naquele ano. Remoções forçadas, retiradas de pertences de pessoas e situação de rua pela limpeza urbana, lançamentos de jatos d’água, relatos de violências físicas perpetradas, sobretudo por parte da Polícia Militar. O relatório abarca as cidades de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Todavia, uma parte considerável do texto destina-se às denúncias e averiguações no Rio de Janeiro.

Relata-se que no Rio de Janeiro houve a “manutenção de práticas higienistas”. No município em questão, a segurança pública atuou aliada à assistência social para retirada de pessoas das ruas e também retirada de seus pertences, em episódios de violência patrimonial. As pessoas eram encaminhadas para delegacias ou abrigos sem o seu consentimento, muitas das vezes com uso da força. Alguns destes abrigos foram denunciados pelas condições precárias de atendimento e de estrutura para atender a este público.

¹³ Veja o Relatório “Violações de direitos das pessoas em situação de rua nos meses que antecedem a realização da Copa do Mundo”. Ele foi elaborado em 2014 pelo CNDDH (Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis) e pode ser acessado em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf> . Último acesso em 28/09/2018.

Ao longo do trabalho de observação e da coleta de dados documentais, também verificamos outros relatos de violências e daquilo que hoje mencionamos como violações de direitos de pessoas em situação de rua.

Durante o I Seminário Estadual de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis¹⁴, em que estivemos presentes para um trabalho de observação, algumas denúncias foram realizadas. Em uma das falas, uma pessoa que atua com população em situação de rua em um município da Região Serrana do Rio de Janeiro, expõe que naquele município os empresários estavam financiando a segurança pública, montaram um comitê e tinham um grupo em um aplicativo em que trocavam mensagens em cujo conteúdo havia a expressa necessidade de “acabar com a população em situação de rua”.

Ouvimos também um relato de uma mulher. Ela exhibe a foto de um guarda com seu cão, alegando que o animal acompanha o guarda municipal durante abordagens junto à população em situação de rua. Fala que foi violentada, quando um guarda passou a mão em seu seio na Uruguaiana. Relata ter ido a delegacia fazer um boletim de ocorrência e que o policial perguntou se ela estava em situação de rua. Perguntou o porquê de ela não ir trabalhar. Diz que os milicianos “têm vindo e expulsado” (SIC).

Dandara, uma mulher em situação de rua que vive no Centro da capital Rio de Janeiro denuncia abordagens e ameaças por parte de pessoas ligadas à segurança de estabelecimentos privados.

Uma profissional da Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro traz à tona a prática de alguns municípios de retirar as pessoas em situação de rua de seus territórios, fornecendo-lhes passagens para municípios vizinhos.

Ainda sobre o trabalho de observação, durante o Seminário De Organização e Planejamento do Fórum Popular do Povo da Rua da Baixada Fluminense, ocorrido no município de Nova Iguaçu¹⁵ em 02/12/2017, a tônica das falas de pessoas em situação de rua presentes era a da precarização dos serviços e dificuldade de acesso, inclusive àqueles serviços voltados a este “público”. Componentes de pastorais e pessoas dos mais diversos municípios da Baixada Fluminense também mencionaram tais questões como algo em comum e algo recorrente. Estavam presentes ali pessoas que viviam e/ou atuavam de alguma maneira

¹⁴ O Seminário fora realizado entre os dias 06 e 07/06/2017, organizado pelo Centro Nacional de Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, o CNDDH. Conforme consta no cartaz do próprio Seminário, ele tinha a proposta de “Ser um espaço de mobilização e articulação de parceiros, formação de lideranças para incidência política e participação nos espaços de controle social.”

¹⁵ O Seminário foi organizado pela Pastoral do Povo da Rua e ocorreu sediado na Arquidiocese de Nova Iguaçu.

(via Estado ou via assistência religiosa) junto a pessoas em situação de rua de municípios como: Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo, Itaguaí, Duque de Caxias e São João de Meriti.

Durante o trabalho de observação e realização de entrevistas também ouvimos relatos de assassinatos de pessoas em situação de rua em diversos pontos do Estado do Rio de Janeiro e em outros lugares no país.

Estes relatos também apreendemos dada a pesquisa com documentos vertidos em fontes históricas. Analisando reportagens do Jornal “Última Hora” na década de 1950, observamos diversas menções aos mendigos e à mendicância¹⁶. Mas aquelas em que a menção é nomeada (ou seja, que traz à tona o nome da pessoa), geralmente são as que tratam de violências sofridas por estas pessoas. Mencionamos algumas delas: No ano de 1951, há relatos sobre a atuação de policiais junto à “mendicância”, segundo os quais os profissionais subjogavam as pessoas que ocupavam os espaços públicos e jogavam-nos em tintureiros. Faziam isto, inclusive com um homem com deficiência. Segundo o jornal com um “aleijado”.

Em 1952, temos a notícia do atropelamento do mendigo Manoel Firmino por um deputado, o senhor Uriel Rezende. Manoel sofreu fratura exposta e Uriel não foi preso devido à imunidade parlamentar. Em 1952 também temos uma notícia sobre um episódio de latrocínio praticado contra o mendigo José de Oliveira no KM 32, Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro.

Em 1958, chama-nos a atenção as diversas reportagens sobre episódios de tentativa de homicídio em que sujeitos ateavam fogo em mendigos. Nestes casos, algumas das notícias reforçavam o suposto fato de que as ações eram praticadas por “menores”, dando margem para debates sobre a redução da idade para responsabilidade penal. Os mendigos David Oberland de Araújo fora “incendiado” por um grupo de meninos em Copacabana. Também em Copacabana atearam fogo no mendigo José Viana de Castro, de 28 anos. Os mendigos Nelson Sebastião de Faria (dito “mendigo profissional” e “ébrio costumaz”) e Nilton Guimarães também foram encontrados queimados. Em 1958 também fora noticiado o assassinato de um mendigo a mando de um vereador em Vila de Cava, Nova Iguaçu.

¹⁶ Cabe destacar que os termos “mendigos” e “mendicância”, assim como “vadios” e “vagabundos” eram utilizados recorrentemente para se referir às pessoas que faziam das ruas local de moradia e sustento. A expressão “população em situação de rua” é “talhada” ao longo dos anos constituindo não somente uma mudança de nomenclatura, mas uma escolha política.

Também observamos notícias sobre mendigos que faleceram das ditas “causas naturais” e também de maneira acidental. Na maioria dos casos eles eram nomeados também.

Com relação às violências sofridas por pessoas em situação de rua, pessoas que ocupam os espaços públicos vivendo nele suas relações, podendo ser chamados “mendigos” ou “população em situação de rua”, elas são recorrentes, são parte da realidade concreta e cotidiana.

Esta concretude, estes dados da realidade, contudo, podem fazer parte de um processo de reflexão e abstração por meio de mediações. O que nos aparece é somente a “ponta do iceberg”. Este fenômeno e a maneira com que o Estado e a sociedade vêm tratando-o pode ser pensado por meio de suas características e por meio de mediações, para que tentemos apreender um pouco do que está mais a fundo, o que não aparece em um primeiro momento, em um primeiro olhar.

Quando Cadu em seu poema anuncia “A selva capitalista lança seus chacais sobre nós”, ele relaciona um modo de produção com a violência sobre a população em situação de rua. A violência que pode ser física, ou violência das condições degradantes de vida. Compreender essas relações e nexos é fundamental para que entendamos a população em situação de rua como uma grave expressão da questão social que “dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano[...] submetendo-o a níveis extremos de degradação da vida.” (SILVA, 2009, p.116).

Discorreremos melhor acerca das relações mencionadas por Silva a seguir.

2.1. Algumas ponderações sobre a questão social

As situações relatadas anteriormente são parte da realidade da população em situação de rua no Brasil. A violência que faz parte de seu cotidiano, vindo à tona muitas das vezes pela denúncia de mulheres e homens que tem nos espaços públicos das cidades brasileiras locais de moradia e sustento.

Nosso trabalho se debruça sobre dados coletados em relação a esta realidade, mas da concretude que nos é apresentada é preciso realizar abstrações para uma compreensão melhor de processos e do movimento desta realidade.

Silva (2009) realiza um apanhado de fatores que mais aparecem nas pesquisas como características gerais da população em situação de rua. Estas características posteriormente

coadunarão com aquelas elencadas na Política Nacional Para População em Situação de Rua ou Decreto 7053/09, definindo este público. Segundo Silva, esta população é heterogênea, tendo em comum o aspecto relacionado à pobreza extrema. Também constam na definição:

[...] os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. (SILVA, 2009, p.136)

Segundo Pizzato (2012), este grupo que compõe o fenômeno sobre o qual estamos tratando é cada vez mais complexo, composto por múltiplas expressões sociais como: “o desemprego o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero e de etnia”, o não acesso às políticas públicas entre outros (p.76).

As pessoas em situação de rua (cujas características são elencadas acima) chegam a esta condição por diversos motivos. São plurais e são múltiplas as determinações para a existência da população em situação de rua como um fenômeno. E muitas vezes pode parecer que as histórias de vida são influenciadas por fatores individuais, relacionados apenas à biografia destes homens e mulheres. Todavia, podemos perceber em Santos (2009), que estão envolvidos no fenômeno aspectos estruturais, bem como também não podem deixar de ser levados em consideração os aspectos biográficos. Estes fatores formam uma unidade para que pensemos a população em situação de rua. Difícil pensar um conjunto de fatores sem os outros. Aspectos biográficos levam as pessoas à situação de rua porque existem fatores estruturais que tornam esta uma possibilidade de vida para grandes contingentes populacionais vivendo em situação de pauperismo. E os aspectos estruturais não necessariamente levarão um sujeito para a situação de rua, sem que aliados a algumas contingências relacionadas à trajetória de cada pessoa.

A população em situação de rua é um fenômeno antigo na história da humanidade, mas adquire os contornos que hoje possui com o advento do modo de produção capitalista como modo de produção hegemônico. Além de ter múltiplas determinações, Silva (2009), com base em estudos, pesquisas e revisões bibliográficas elenca outras características típicas deste fenômeno: Trata-se de uma grave expressão da questão social. Sobre este traço nos deteremos com maior afinco por se tratar de fio condutor deste trabalho.

Outros fatores característicos do fenômeno elencados pela autora são: A tendência à sua naturalização, o preconceito da sociedade em relação às pessoas atingidas por ele, sua localização em grandes centros urbanos e particularidades vinculadas ao território. Nós consideramos que todos os outros fatores dialogam com a questão social. Defendemos, portanto, se tratar de uma expressão da questão social que tem como particularidades ou especificidades a localização em centros urbanos, a tendência à naturalização, as peculiaridades territoriais. E por estar calcada no movimento da realidade, possui múltiplas determinações.

A naturalização está relacionada às análises desprovidas do conteúdo classista, que não consideram fatores estruturais. A individualização ou culpabilização individual pela condição em que se encontram os sujeitos é uma das consequências. Compreendendo as relações com a questão social, poderemos compreender melhor esta naturalização. A localização urbana será parte de uma mediação utilizada na tentativa de melhor compreender a relação entre questão social e população em situação de rua no Rio de Janeiro. E neste movimento, buscaremos entender algumas particularidades do Rio de Janeiro nesta relação.

Neste momento, interessa-nos delimitar teoricamente o que consideramos questão social e sua relação com a população em situação de rua enquanto fenômeno a partir do modo de produção capitalista, tendo surgido com as características que adquire neste sistema a partir do fenômeno do pauperismo. Este olhar norteará o trabalho realizado.

Resumindo o que adiantamos na introdução, defendemos que a questão social surge a partir das condições de vida e trabalho gerados pela produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Com o advento do capitalista como modo de produção hegemônico, as forças produtivas se desenvolvem como nunca antes, adquirindo potencialidade de satisfazer muitas das necessidades humanas. Nunca antes esta potencialidade havia existido. Todavia, como potencialidade, esta satisfação não se realiza, porque o objetivo é a subsunção do trabalho humano ao capital para produção do lucro capitalista. A tecnologia avança não no sentido de diminuir o tempo de trabalho necessário para que as pessoas possam vivenciar experiências humanas plenas, mas para que sejam necessárias menos pessoas para concretizar a produção da mercadoria e o valor pago ao trabalho humano seja menor. Toda esta situação gera grandes desigualdades, gera a necessidade cada vez maior de trabalhadores livres, portanto, subsumidos a esta lógica. Pela primeira vez na história há desenvolvimento grande das forças produtivas e proporcionalidade em carência no suprimento das necessidades

básicas dos seres humanos, como comer, consumir água potável, ter acesso aos bens relacionados à sua saúde, etc. Estas desigualdades chamam a atenção e em algum momento geram rebeldia e inconformismos, sem que se deixe de haver consensos e conformismos, algo fundamental para a manutenção da ordem. Gera ascensão à cena pública de determinadas questões, provoca o Estado a dar respostas para manutenção da ordem vigente.

O que tínhamos antes era uma pobreza aliada ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. O que diferencia a ordem capitalista burguesa das demais, portanto, são forças produtivas muito mais numerosas que nas gerações anteriores, mas que, dado o caráter das relações desenvolvidas não reduziu na mesma proporção a dependência de fatores naturais e não emancipou o humano, diminuindo a quantidade de trabalho necessário para sua sobrevivência. A miséria sob o capitalismo é produzida na mesma proporção da produção da riqueza. Diferente disto, as relações surgidas neste contexto criaram o trabalhador livre para vender sua força de trabalho no mercado em contraposição àqueles que detinham a riqueza e os modos de produção desta riqueza. A exploração do trabalho livre é uma das características do modo de produção capitalista, que se realiza pela extração da mais valia. Portanto, a produção continua sendo algo coletivo, mas a apropriação da riqueza é privada. Isto provoca uma divisão social do trabalho, com elementos sobre os quais tratamos: uns detém os meios de produção e outros não.

Com a industrialização no século XIX, vivenciamos o que Marx (2013) chama de acumulação primitiva do capital, fenômeno que, segundo Silva (2006) também contribuiu na origem da população em situação de rua, com as características que ela adquire no seio da sociedade capitalista contemporânea. De acordo com Marx:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia [...] mas é a história do pecado original econômico [...] Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX,2013, p.785).

Portanto, vemos em Silva (2006) que o pauperismo, o fenômeno população em situação de rua e as relações sociais no âmbito do capitalismo estão interligados. Com este “pecado original econômico”, numerosos trabalhadores que antes atuavam como artesãos ou na manufatura viram-se obrigados a sucumbir às relações capitalistas de produção. Naquele

contexto, diversas pessoas migraram do campo para as cidades na tentativa de vender sua força de trabalho livre no mercado. As cidades não tinham infraestrutura para receber tal contingente e tampouco as indústrias absorviam toda a força de trabalho que se apresentava. A precariedade das condições de vida, moradia e trabalho são marcas deste período, o que também influencia a sociabilidade dos sujeitos. A degradação da vida associa-se e é provocada pela degradação das relações sociais vivenciadas. E tudo isto está na gênese do que denominamos questão social. As contradições estão apresentadas.

Um contingente de trabalhadores aptos para o trabalho não conseguiam “inserção” no mercado, sendo forçados à ociosidade. A ordem capitalista produziu esta “massa sobrando” de trabalhadores que pressionavam aqueles que atuavam nas indústrias a aceitar quaisquer acordos e relações de trabalho e exploração, uma vez que, caso deixassem de trabalhar, outros estariam à disposição para a tarefa. Isto acirrava a concorrência entre aqueles que precisavam vender sua força de trabalho no mercado.

O exército industrial de reserva corresponde, para Marx, a esta superpopulação relativa produzida pelo processo de acumulação capitalista, esta “massa sobrando” cuja existência colabora para a diminuição dos custos da força de trabalho e para o aumento do lucro de capitalistas via extração de mais valia. Este “exército” não é homogêneo. Segundo Marx (2013) ele possui três formas: Flutuante (os trabalhadores que estão mais prontamente “à disposição”, que “ora atraídos, ora repelidos”), latente (o trabalhador rural em vias de ir para as cidades, por exemplo) e estagnada (Trata-se de trabalhadores ativos, mas que não estão inseridos de maneira regular no mercado, possuindo condições de vida abaixo da média da classe trabalhadora em geral). Autores como Goulart (2012) e Singer (2000), interpretam que a superpopulação relativa estagnada corresponde ao que recentemente chamamos de trabalhadores informais.

Sobre as funções da superpopulação relativa para o processo de acumulação do capital, percebemos certo consenso entre os autores consultados, coadunando com o que é trazido por Marx n’ O Capital. A produção desta massa de desempregados é uma condição intrínseca ao modo de produção capitalista. Por isto Santos (2012) afirma que o desemprego é uma das mais recorrentes expressões da questão social.

Silva (2009) resume-nos a grande contradição que funda a ordem burguesa e funda o fenômeno população em situação de rua com as características que ele adquire no modo de produção capitalista. Segundo ela, parte da população é forçada à ociosidade em virtude do trabalho excessivo de alguns. E

Quanto maior é a acumulação (a riqueza social), maior é também o contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. Quanto maior é o exército industrial de reserva em relação ao exército industrial em atividade, maior é a superpopulação relativa. Esta é mais miserável quanto menos é absorvida pelo mercado de trabalho. Quanto maior a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo. Destarte, o crescimento da miséria é proporcional ao crescimento da riqueza. (SILVA, 2009, p. 67)

Segundo ela, estas relações e o fenômeno do pauperismo dão origem ao fenômeno população em situação de rua com suas conformações principais no modo de produção capitalista. As condições de absoluta pobreza e degradação humana, não tendo meios de manutenção de sua subsistência e de moradia levaram homens e mulheres à vida nas ruas, sendo esta a única opção que lhes restava em muitos dos casos.

Para Castel (2008), a passagem à condição e às relações de assalariamento, o trabalho “livre” e regulado pelo mercado é marcado por uma espécie de “vulnerabilidade em massa. Segundo Santos (2012), a subsunção do trabalho ao capital e que provocava a expropriação de trabalhadores, não foi algo automático. Segundo ela, muitas das vezes notava-se uma grande diferença de ritmo entre o trabalho agrícola e aquele desempenhado nas indústrias e muitos trabalhadores tinham que “escolher” entre o assalariamento, a mendicância, a “vadiagem” ou mesmo o que ela chama de “ladronagem”. Ela reflete que estas também eram formas de “resistir” a este modo de expropriação.

Castel (2008) traz à tona o nexo entre estas relações. Para ele, a maneira com que são tidos os sujeitos “aptos” para o trabalho mas que viviam em situação de ociosidade, na dita “vagabundagem”, dá pistas a este respeito. Para o referido autor, o rótulo de vagabundo é atribuído àqueles que vivem na instabilidade de empregos. A condição assalariada traz à tona que “a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a necessidade” (p.44).

Em modos de produção anteriormente dominantes, a tutela e as relações de proximidade provocavam de certa maneira uma rede de proteção aos sujeitos. O crescimento

da vida urbana e as relações sociais sob o jugo do capital foram desconstruindo essa teia de relações e vínculos. Sujeitos aptos para o trabalho, segundo esta lógica, deveriam estar trabalhando. Os “vagabundos”, segundo ele, estão em homologia aos “inempregáveis” de hoje. A proteção assistencial em geral era destinada àqueles incapazes de trabalhar. Estas pessoas lançadas às ruas ou a condições demasiado indignas de trabalho, mas aptas à venda de sua força de trabalho no mercado, não poderiam usufruir da mesma espécie de proteção.

Castel (2008) anuncia que estas desigualdades geram tensões sociais “que são consequências de uma industrialização selvagem” (p.30). A resposta, segundo ele, advém como tentativas de manutenção da ordem e de integração social. Ele defende que a questão social é caracterizada por ser “[...] uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade”. (p.41). Castel, no entanto, trabalha com uma noção que é a de “integração social”, traz à tona a noção de “inclusão/exclusão” e realiza a defesa de haver hoje o que ele e outros autores chamam “nova questão social”. Segundo Pastorini (2010), esta noção de nova questão social estaria vinculada a uma sociedade com novos problemas e atores. Ela reconhece haver rupturas quando o assunto são relações e sociabilidade burguesas, mas isto não foi suficiente para desconstrução de algumas permanências. O que lhe é contingente e relacionado ao tempo, se modifica. O que lhe é necessário se mantém.

Importante retomar que desigualdades no plano material foram geradas devido à propriedade privada dos meios de produção por pequena parte da humanidade. As demais pessoas precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver, estando à mercê do mercado. Marx (2013) disserta sobre a forma mercadoria que caracteriza a ordem capitalista.

No caso da moderna sociedade burguesa, o desenvolvimento das forças produtivas inaugura relações de troca entre mercadorias que afetam diretamente as relações entre as pessoas. Temos o desenvolvimento da forma mercadoria, que contribui para a construção de relações de classe distintas do período feudal. A forma-mercadoria traz à tona atribuições de valores de uso e de valor de troca às coisas. A atribuição de valor se dá tendo como base o tempo de trabalho socialmente necessário para produção destas mercadorias. O próprio trabalho também se torna uma mercadoria (MARX e ENGELS, 2007; MARX, 2013).

Com a industrialização (que ocorreu com mais vigor inicialmente na Inglaterra devido a condições materiais vivenciadas naquele país), houve mudanças/desenvolvimento das forças produtivas e no próprio tempo necessário para produção de mercadorias. As relações entre os

homens se alteraram também. As manufaturas e as relações ali desenvolvidas deram lugar ao trabalhador livre que individualmente venderia sua força de trabalho no mercado. A subsunção ao capital requer a constituição do trabalho como uma mercadoria, devendo por isso ser “trabalho livre”.

Aquilo que era produzido pelas mãos do humano deixa de ser percebido como produto de seu trabalho. Está distante do trabalhador. Afinal, ele está nas fábricas, desenvolve um trabalho que muitas das vezes está “parcelado” ou “dividido”, não participa de todo o processo de produção de determinados artigos como outrora. Ele produz “partes” ou opera maquinaria. O trabalho deixa de ser apenas algo considerado como parte da ontologia do ser social e pode também ser um trabalho que aliena o homem e o aparta de sua própria produção e faz com que ele produza para que outrem obtenha lucro. Marx problematiza que o fetiche da mercadoria é fazer com que relações entre homens pareçam relações entre coisas. Porque a mercadoria é produzida pelo trabalhador, mas levada ao mercado como uma coisa separada dele, como posse daqueles que possuíam os meios de produção. São relações aparentemente de troca que não permitem que sejam percebidas as relações de produção.

Em suas obras, Marx destaca as relações de dominação existentes ao longo da história, enfatizando a história de luta de classes. Para ele, na sociedade burguesa a própria burguesia aparece como classe dominante e a classe trabalhadora ou proletariado com a classe dominada. A burguesia é classe dominante porque domina os meios de produção e por isso suas ideias aparecem como ideias dominantes. (MARX e ENGELS,2007).

Frigotto (2014) ilumina nossas reflexões fazendo-nos atentar para a atual mundialização do capitalismo e difusão de seus interesses, da sociabilidade construída em seu seio, das desigualdades que são sua consequência. Segundo ele, este capital “[...] concentra nas mãos um número cada vez menor de grupos econômicos o conhecimento, a tecnologia, a riqueza e o poder sobre a vida humana, ampliando de forma escandalosa o apartheid social entre nações e dentro delas” (p50). Estas desigualdades têm a ver com desigualdades entre as classes e os impactos da ordem capitalista para cada uma delas. A mundialização do capital tem efeitos sobre a divisão social do trabalho e também sobre subjetividades, sociabilidades, e isto não pode ser desconsiderado, como bem aponta Lowy (1982).

As desigualdades e as reações a elas geram a questão social. E o Estado conforme a teoria a partir da qual realizamos nossas aproximações, surge como um elemento de mediação

entre as classes em conflito. Trata-se de uma expressão que existe para reprodução da dominação de classes. Portanto, de acordo com Tonet (S.D.c), não se pode inferir que o Estado vá em qualquer tempo ser o elemento-chave para o fim desta dominação, que é sua razão de existir, de acordo com a teoria marxiana.

De acordo com Tonet (S.D.d.) e Mascaro (2015), Marx constrói um olhar sobre a questão do Estado inicialmente contrapondo-se à teoria de Hegel. Segundo eles, Hegel considerava o Estado como uma espécie de razão universal, uma espécie de elemento que faria do interesse geral uma bandeira. O Estado, na teoria hegeliana, seria um princípio superior. Para ele, segundo os autores consultados, não é a sociedade civil que funda o Estado, mas o Estado que funda a sociedade civil, agora como sociedade política.

Para Marx, no entanto, o Estado advém das contradições e conflitos intra e entre as classes sociais no sistema capitalista, fundando sua atuação para gerir tais conflitos, existindo, desta maneira, a partir da sociedade civil. Mascaro (2015) defende que o Estado é uma espécie de espelho da forma mercadoria. O Estado não é algo que deva ser analisado externamente ao capital, mas como uma produção das relações em seu seio. Ele administra os conflitos, não de maneira neutra e pelos interesses universais, mas como uma espécie de “gerente” dos capitais, que embora não sejam homogêneos e concorram entre si, guardam objetivos comuns, que em sua maioria são baseados na exploração da classe trabalhadora, assim como apreendemos das palavras de Granemann (2016 a).

Tonet (S.D.e) esclarece que o Estado na teoria marxiana é instrumento de opressão de classes. Segundo ele, por mais que este Estado assuma formas distintas ao longo da história e dependendo dos contextos, não deixará de remeter à dominação.

Baseada na teoria marxista, Pinassi (2011), declara que “[...] O intuito do sistema é exercer o mais estrito controle sobre ela (a pobreza), seja através de políticas públicas, seja através de sofisticado aparato repressivo, seja através da fusão desses instrumentos, o que parece ser o caso da atualidade” (p.107).

Tonet (s.d. a; s.d. b; s.d. c), Granemann (2011) e Boschetti (2016) admitem que como resultado da luta de classes, o Estado vez por outra, incorpora demandas das classes trabalhadoras, através de direitos, políticas sociais, entre outras ações.

Observamos, portanto, as características do Estado no enfrentamento às expressões da Questão Social. Os direitos em geral e as políticas sociais, embora sejam ações relacionadas ao Estado, também podem ser tidos como conquistas civilizatórias importantes da classe trabalhadora. Conforme já dito, vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital. Mas estas conquistas estão no âmbito do que se convencionou chamar de cidadania. (COUTINHO,2000; TONET, s.d. a ; BOSCHETTI, 2016).

Conforme se apreende da leitura de Tonet (S.D.d.), a cidadania encontra-se no campo do que Marx chama emancipação política, um desenvolvimento mais pleno da esfera política e dos direitos do cidadão. Já no artigo “A Propósito das Glosas Críticas” Tonet avalia que no âmbito da emancipação política, os homens continuam desiguais na esfera da produção, mas alcançam igualdade jurídico-política, por isso ela é tida como limitada, ainda que seja considerada um avanço. Já Marx (2010), reflete sobre entendimento político, que seria um entendimento dentro dos limites da política, centrado neste plano político, e que, segundo ele, “quanto mais aguçado ele for, tanto menos capaz será de compreender mazelas sociais” (p.41). Isto não quer dizer que não compreenderá, mas que o entendimento será limitado, havendo uma grande aposta no que tange ao papel do Estado, como se este tivesse interesse em realizar análises mais profundas sobre a natureza das “mazelas” e em resolvê-las em suas raízes. Mas o próprio Marx questiona “O Estado pode agir de outro modo? O Estado jamais verá no próprio Estado e na organização da sociedade razão das mazelas sociais” (p.38). O Estado é construído tendo como base a propriedade privada, e portanto não ultrapassará tais limites, assim como ocorre com o direito. Marx (2010) analisa que o Estado não reconhece a si como produtor de mazelas e, em última instância, proceder-se-á na naturalização dos fenômenos e culpabilização dos trabalhadores por sua situação de degradação e miséria. Em seu texto segue a reflexão sobre a importância das lutas sociais para a liberdade do humano. Lembremos que Silva (2009) elenca a naturalização e culpabilização dos sujeitos acometidos por ele como uma das características do fenômeno população em situação de rua.

Tonet (S.D.b.) avalia que nos dias de hoje, um das grandes questões a serem enfrentadas pelas classes trabalhadoras é o deslocamento de suas lutas da centralidade do trabalho para a centralidade da política. A centralidade da política como a demasiada aposta no Estado como fator de transformação do mundo e da propriedade privada, a partir da qual o mesmo Estado mantém sua existência. Para o autor, na atualidade, as lutas sociais encontram-se demasiadamente centradas no parlamento. Reconhece que a raiz da burguesia não está no

parlamento, mas que lá se encontram seus “empregados”, nos termos de Granemann (2016 a). Tonet (S.D. e.) enfatiza que as lutas no âmbito parlamentar devem estar subordinadas e orientadas pelas lutas sociais. E isto seguindo o que Marx (2010) já ponderava em 1844, acerca da natureza das lutas. Marx criticava o que ele dizia serem lutas sociais com alma política, com prognóstico de que as lutas para a verdadeira transformação deveriam ser políticas, mas com alma social.

Pelos motivos elencados, autores consideram que a cidadania, essa participação na dimensão pública, torna-se importante na conquista de uma liberdade formal, aquela possível nos limites do modo de produção capitalista. Não se trata, entretanto, de uma liberdade efetiva, por mais direitos que se tenha. Tonet (S.D.b.) exemplifica que nos momentos de crise do sistema capitalista (como na atual crise econômica brasileira) que tem sido cada vez mais frequentes, os trabalhadores vêm seus direitos sendo veementemente atacados. Sobre como consequências da crise de 1970, o autor identifica que direitos importantes como o direito ao trabalho foram suprimidos, entre outros duramente conquistados por meio da luta dos trabalhadores, o que repercute de maneira intensa em sua qualidade de vida. E sobre as conquistas sob a ótica da cidadania com centralidade na política, na atuação do Estado, Mascaro (2015) analisa o exemplo da Europa e dos Estados Unidos. Segundo ele,

[...] Um exemplo disso é o que se vê na Europa que, desde o pós segunda guerra, adotou o caminho que Menger dizia. Aumentou o salário mínimo do trabalhador europeu, deu-lhe condições um pouco melhores, forneceu moradia, esgoto, água, etc. Por cerca de cinquenta anos a Europa viveu nesse mundo encantado do bem-estar social dentro do capitalismo. Mas o capitalismo continuou explorando, contrabalanceando apenas com a concessão de algumas benesses aos explorados. Resultado: a Europa do bem-estar ruiu. E os Estados Unidos, com o pouco que tinham de bem-estar social, com trinta anos já de neoliberalismo, também estão em franca ruína dos direitos sociais. (MASCARO,2015,p.23).

Granemann (2011) concorda com esta avaliação, analisando, ainda, que na atualidade, o capital, para solucionar suas crises, tem cada vez mais destruído direitos conquistados duramente através de lutas sociais no intuito de controlar parcelas cada vez maiores do fundo público.

Tais argumentos trabalham uma concepção sobre a cidadania, olhando-a como emancipação política, o máximo de liberdade que se pode conquistar no capitalismo. Os

autores, no entanto, não deixam de conferir a importância às conquistas no âmbito dos direitos.

Outras noções de cidadania também podem ser consideradas, como aquela considerada por Dagnino (2004), segundo a qual, na atualidade, a conquista de direitos não se dá a partir da incorporações de demandas por parte do Estado, mas da participação ativa do que ela denomina de “excluídos”, entre outros grupos, no interior do Estado, em diversos espaços de controle social, em diversos espaços de cunho democrático.

Importante, trazer à tona a noção de Dagnino, ainda que possamos avaliar discordância em relação a ela. Conforme nos ensinou Mascaro, as estratégias das feições mais “sociais” e “democráticas” adotadas pelo Estado tem uma limitação, que é dada pela superexploração do trabalho e de recursos, que não deixa de ser realizada. Para estes intentos, o avanço sobre direitos e gastos sociais é uma alternativa. Os direitos, portanto, não são conquistas estanques e eternas. Estão atrelados a relações sociais. Não são lineares ou ascendentes. Podem regredir. E o Estado não deixa de ter a função de mediador de conflitos sociais, tendendo aos interesses dos capitais.

Na perspectiva marxista aqui apresentada, a luta por direitos, pela democracia e no interior do parlamento não é algo a ser descartado, tampouco o é a luta pela democracia. São todas elas lutas concretas, e dentro de um horizonte possível e vislumbrado a curto prazo, conforme avaliamos, também o devem ser para os movimentos sociais. No entanto, tal teoria considera que um horizonte de real transformação e liberdade plena para a humanidade, está ancorada no plano do que Marx chamou emancipação humana.

Iasi (2013) colabora para a compreensão daquilo que Marx chama de emancipação humana. O autor diferencia, assim como em Marx, emancipação política e emancipação humana. A primeira ocorre no terreno dos direitos e nos limites da sociabilidade burguesa. Sobre a segunda:

[...] Só podemos falar de emancipação humana na medida em que os produtores livremente associados possam de fato escolher o ponto em que irão se inserir em uma divisão do trabalho, o que pressupõe uma certa homogeneização das formas particulares que compõe o trabalho social total. Tal homogeneização supõe, portanto, certo grau de desenvolvimento tecnológico, capaz não apenas de fazer com que esforços iguais produzam resultados de intensidade e impactos distintos, como de fato, eliminar certas

atividades que nenhum ser humano deveria ser obrigado a fazer. (IASI, 2013, pp 57-58)

Percebemos aí a importância atribuída pela teoria marxista à emancipação humana. Emancipação esta que requer também o término do antagonismo entre trabalho intelectual e trabalho manual e a reunificação entre a intencionalidade e a ação por meio da socialização do conhecimento socialmente produzido e da educação.

Para Iasi (2011), a emancipação está na liberdade criativa, naquela em que o trabalho não mais será tido como mercadoria, não mais aliene o humano. O trabalho ocorre para seus objetivos relacionados ao valor de uso e com tempo reduzido. Também acrescentamos que neste novo contexto o humano vivencie diferente relação com a natureza. Para Tonet (s.d. a) a emancipação humana constitui uma possibilidade calcada no movimento do real, mas que somente será concretizada diante do acirramento da luta de classes, da luta das classes trabalhadoras, que enfrentam inúmeros desafios no contexto atual.

A forma mercadoria continua permeando as relações. A questão social ainda pode ser avaliada a partir das relações no âmbito da sociedade capitalista burguesa e da lei geral de acumulação capitalista. Vivenciamos uma sociedade que produz desigualdades e antagonismos a partir de suas contradições entre a produção social da riqueza e a produção proporcional da miséria, da alienação e da busca do lucro pelas mais diversas fatias da burguesia. Algumas respostas a estas relações e tensionamentos gerados por elas podem se dar por diferentes técnicas sociais e mesmo com a combinação de algumas existentes, como o assistencialismo, a repressão, a própria previdência, conforme demonstra-nos Ianni (1989). Segundo este autor “[...] Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos.” (p.147). Concordamos também com ele quando explica que ainda assim, a mesma fábrica de progresso ainda é a fábrica da questão social. Segundo Pastorini (2010), a questão social possui três pilares: a relação de exploração capital-trabalho; problemas e grupos sociais que possam colocar em xeque a ordem estabelecida (preocupação com a coesão social) e as “manifestações de desigualdades e antagonismos ancoradas nas contradições próprias das sociedades capitalistas” (p.114).

Ao longo do tempo e em diferentes contextos, a classe trabalhadora tem enfrentado desafios importantes. Cabe ressaltar, no entanto, aquilo que Santos (2012) detectou com

propriedade. Segundo a autora, a questão social e a luta de classes possuem elementos que as caracterizam em todos os contextos, mas é necessário, para sua análise mais criteriosa, compreender contextos específicos, como no caso no Brasil. E sobre isto nos debruçaremos brevemente no próximo tópico, aproximando-nos mais do problema trazido pela proposta de pesquisa em tela.

2.2.Considerações sobre a questão social no Brasil

O Brasil foi um país colonizado onde o capitalismo fora “implantado” como modo de produção dominante de maneira tardia. Segundo Chico de Oliveira (2013a), o subdesenvolvimento é uma particularidade histórica do desenvolvimento capitalista nos países colonizados e periféricos.

Da mesma maneira com que mencionamos a divisão social do trabalho e todo o seu rebatimento na construção de relações sociais de exploração e alienação, também nos cabe dizer que o sistema capitalista existe e a forma mercadoria se expande concedendo funções distintas aos países, dado seu lugar na divisão internacional do trabalho. O Brasil e a América Latina foram forjados a partir de um capitalismo dependente e periférico, que fornecia elementos para a acumulação do capital no Centro.

Outra questão que é atrelada ao nossa condição de país subdesenvolvido e periférico é o estatuto rebaixado de nossa força de trabalho.

Sofremos uma ocupação do nosso território visando a exploração econômica a partir de um tipo de “colonização predatória”, sem investimentos na construção de tecnologia. Importávamos esta tecnologia e exportávamos o que era-nos retirado a partir desta exploração territorial e dos recursos naturais. Para a dita “independência” do país em relação à metrópole, observamos o início de nossa vasta e interminável dívida externa, pegando empréstimo com a Inglaterra para indenizar Portugal pela perda da colônia.

O que vivenciamos no país foi uma “exploração comercial extensiva das potencialidades do território” (SANTOS, 2012, p.56). E desde aí, desde a “independência” também observamos um movimento que denota uma certa “passivização” das lutas sociais como característica importante de nossa formação sócio política. Autores demonstram que o Estado esteve presente em processos que em outros países, ocorreram sob resistência popular. José Murilo de Carvalho (2017) demonstra a parca participação popular na independência do país, e uma participação popular ainda menor na proclamação da nossa República.

Para Carvalho, a república fora proclamada desde o alto. Santos (2012) concorda que a República não foi proclamada mediante movimentos com raízes populares.

A abolição da escravidão no final do século XIX, segundo ela, tampouco resolveu o problema das pessoas negras, porque se tornaram em tese homens livres, mas sem proteção social ou acesso a bens e serviços. Optou-se por trazer trabalho de imigrantes em detrimento da força de trabalho de sujeitos recém “libertos”. A escassez de oportunidades e profundas desigualdades vivenciadas por pessoas foram uma marca do início do período republicano, das quais temos rebatimentos até os dias de hoje. O preconceito racial fora reforçado ainda mais, principalmente em regiões de imigração branca mais intensa. E o negro foi considerado “um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime, mas útil quando subserviente” (SANTOS, 2012, p.66). As desigualdades no Brasil têm raça. Este é um dado importante para pensarmos nas expressões da questão social, em como a questão social se manifesta em nosso país. Segundo Carvalho (2017), a escravidão deixou sequelas grandes na cultura política de nosso país, a partir das relações de subserviência e manutenção de grandes privilégios.

Na fase da Primeira República temos a consolidação do capitalismo no Brasil e nossa integração ao capitalismo internacional, afirmando o caráter agroexportador da produção. A extrema exploração da força de trabalho provocava o rebaixamento de salários. O Estado era autoritário e policialesco, inclusive na regulação das relações entre patrões e empregados.

Com o início do processo de urbanização e avinda de imigrantes, movimentos por melhores condições de vida e trabalho começaram a ser travados, mas também reprimidos. Conforme aponta-nos Gohn (2013), o “anarco-sindicalismo viverá seu auge e seu declínio” (p.61).

Oliveira (2013a) reflete que este lugar na divisão internacional do trabalho traz a marca do subdesenvolvimento, a produção da dependência e a construção de cidades litorâneas, uma vez que era necessário concretizar a esfera da circulação das mercadorias. A reflexão que ele traz também dá conta da questão do “subdesenvolvimento”, que, a partir de uma visão etapista pode parecer o caminho para o desenvolvimento. No entanto, por se tratar de uma relação dialética e não linear. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são unidades de contrários, pertencem a um mesmo movimento. Para que o desenvolvimento exista, é preciso existir subdesenvolvimento. Assim como para que o capital e sua existência predatória existam, é preciso que exista a produção de riqueza em larga escala, produzindo-se

miséria na mesma proporção. E o papel do exército de reserva nas cidades brasileiras é o de promover um rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho.

Santos (2012b) analisa que são características da questão social no caso brasileiro, a superexploração do trabalho combinada ao apassivamento das lutas sociais. Diferente da hipótese de muitos autores que indicam que a flexibilização das relações trabalhistas ocorreu a partir da década de 1970, defende que esta constitui uma característica imperante desde a formação do mercado de trabalho brasileiro. Muito embora houvesse direitos trabalhistas durante o varguismo, por exemplo, havia poucos trabalhadores passíveis de proteção. Muitos trabalhavam na informalidade ou nas áreas rurais, não protegidas por leis trabalhistas.

A baixa regulação do trabalho, segundo Santos (2012), garantia os baixos salários. Além disto, observa a alta rotatividade nos postos de trabalho assim como a repressão político-institucional ao movimento sindical.

Carvalho (2017) avalia que a cidadania no Brasil tem sido garantida a partir do Estado, o que ele chama de “estadania”.

Santos (2012) concorda com José Paulo Netto a quem cita em seu texto, segundo qual é uma das características da formação social brasileira a “exclusão das forças populares dos processos de decisão política” (p.112). A autora complementa com a reflexão de que frações das classes dominantes brasileiras agem pela via do Estado, controlando correlações de força para manutenção da ordem estabelecida. Isto, contudo, e é fundamental que se diga, não significa afirmar a fragilidade da sociedade civil ou sua “apatia”, como se nada brotasse dali. Há movimentos importantes. Todavia, a antecipação de demandas, a cooptação e a manipulação destes interesses podem indicar, para Santos, o reconhecimento da força da sociedade civil. Reflete, para ela, uma atitude “preventiva”.

Santos (2012) complementa, dizendo ser um consenso entre os estudiosos da formação social brasileira “o papel político do Estado em meio à luta de classes”, tanto que “[...] a luta entre as diferentes facções das classes dominantes ocorreu historicamente pela disputa da sua direção efetiva” (p.120). As lutas das classes trabalhadoras brasileiras por muitas das vezes têm sido absorvidas por mecanismos institucionais.

A este movimento, Mota (2013) denomina “transformismo”, termo cunhado por Gramsci, que faz menção à incorporação pelas classes dominantes de aspectos das lutas das classes subalternas, mas com objetivos distintos destas classes.

Além disto, sobre a burguesia nacional não possuía um projeto emancipador, preferindo alianças com o capital estrangeiro, segundo analisa Oliveira (2011). Santos (2012) observa que

[...] os interesses de classe que estão na origem da burguesia brasileira com os ideais revolucionários ou mesmo reformistas da burguesia pensada classicamente. [...] Possui [a burguesia brasileira] um horizonte cultural e econômico ditado pela sua inserção subalterna na dinâmica comercial do capitalismo industrial, já então plenamente consolidado em nível mundial. (p.105)

Menciona ainda os

[...] componentes oligárquicos, autárquicos e mesmo senhoriais da burguesia brasileira. Esses elementos próprios da sociedade estamental de privilégios, superado historicamente pelas burguesias europeias, são aqui preservados caracterizando boa parte do pensamento dominante acerca de suas prerrogativas de classe (p.105).

A autora avalia uma reprodução do espírito mandonista oligárquico. Esses privilégios mencionados vão tecendo a forma com que a luta de classes e a questão social se dão no caso brasileiro.

A Primeira República policialesca vê uma mudança na década de 1930, após o episódio da “Revolução de 30”. Segundo Carvalho (2017), esta década fora um “divisor de águas na história do país”. Nesta década, os direitos sociais, sobretudo os trabalhistas, avançaram como nunca antes na história do Brasil. Observa-se uma mudança nas respostas estatais à questão social, nos termos de Santos (2012). Segundo Ianni (1989), passa a ser tratada como uma questão de política. José Murilo de Carvalho resume que houve avanço dos direitos sociais, mas com baixa participação popular. Ainda que entendamos ter havido uma mudança no que tange aos direitos, não se pode deixar de levar em consideração que a repressão não deixou de existir, a questão social não deixou de ser tratada também como caso de polícia. A novidade é a incorporação como um projeto mais denso de um trato via políticas e direitos sociais, ainda que restritos.

Santos (2012) observa que Vargas utilizava tais medidas para ampliação de seu prestígio. Além disto, a legislação era limitada, não abarcando a todos os tipos de trabalhadores, como, por exemplo, os rurais. Foi o que de maneira bastante conhecida Wanderley Guilherme dos Santos chamou de Cidadania Regulada. Para o mencionado autor, a legislação recém promulgada se refere a uma cidadania “embutida na profissão” e depende

que esta profissão seja reconhecida por lei, depende do lugar que os sujeitos ocupam no processo produtivo. Pessoas com profissões ou ocupações não reconhecidas, segundo ele, tornam-se pré-cidadãos. (SANTOS, 1994, p.68). Nos governos Vargas, inclusive, a ação sindical fora regulada pelo Estado e assim, ficou à mercê do controle governamental.

Os anos 1930, segundo Oliveira (2011) marcam um novo ciclo na economia nacional, com o “fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”. Todavia, a concretização da participação da indústria na renda interna se dá apenas na década de 1950, já no governo de Juscelino Kubitschek. Vivenciamos o que se convencionou chamar de substituição de importações, mas que, segundo o autor não pode ser reduzido a isto. Após a guerra os bens importados se tornam muito caros, o que confere uma “demanda contida” logo observada pelo mercado em sua ânsia de promover a acumulação e neste caso, sem a concorrência internacional. Visa-se atender em primeiro lugar às demandas da acumulação e não as do consumo. Além disto, a produção de bens internos responde às demandas da reprodução da força de trabalho interna.

Nos termos do autor referido acima a instituição do salário mínimo foi pensado para garantia da reprodução social e da subsistência, reduzindo os custos de reprodução da força de trabalho e deste modo também contribuindo para hegemonia da produção urbano-industrial. O estabelecimento de um salário mínimo não permite que os salários sejam regulados por um mercado. E como estes valores estão começando a ser definidos, as categorias mais especializadas poderiam ter, de acordo com a concorrência, um valor um pouco mais elevado em relação às demais. Havendo um parâmetro em que se espelhar e um “denominador comum” a todas as categorias, em vez de prejudicar a acumulação, favoreceu os seus intentos.

Ainda assim, os salários nas cidades eram superiores aos rurais. Todavia, o que não se pode perder de vista e que “a produtividade e a taxa de exploração são maiores”. O Estado, por sua vez, atuou para criar as bases da referida acumulação.

Com a tentativa de favorecimento da produção urbano-industrial, as cidades receberam maior contingente de pessoas, sem que tivessem infra-estrutura para tal.

Vargas fora deposto em 1945, retornando ao governo, tendo sido eleito em 1950. A centralização político-administrativa e as estratégias populistas se intensificam.

Para Carvalho (2017), o populismo é um fenômeno de características urbanas, baseado em apelos carismáticos e personalistas. Segundo Santos (2012), o populismo se caracteriza pelo personalismo, “soberania” do Estado sobre o conjunto da sociedade e guarda a

necessidade participação das massas. Mas esta participação está atrelada ao carisma ou à vinculação com uma figura de liderança. Termina por reduzir o caráter de protagonismo da população. Ela analisa que este histórico culmina ou tem relação ou deixa uma herança do famoso “caráter pacífico” da população brasileira. Pacífico, se fosse o caso, para as lutas sociais. Ocorre o que ela chama de “paternalismo tutelar”, sem deixar de reconhecer a força da classe trabalhadora. Para Marques e Mendes (2006), no sentido político, foi caracterizado nos governos Vargas por uma capacidade estatal em controlar movimentos de massa e organizações de trabalhadores, atrelando esta organização ao Estado, mas ao mesmo tempo concedendo conquistas em termos de direitos sociais a estes trabalhadores. O projeto de Vargas, segundo os autores, era voltado para a industrialização, vista como forma de promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Neste período de implementação de novas forças produtivas, as cidades começavam a crescer e os problemas e questões tipicamente urbanos se afluavam. Conforme observamos em Oliveira (2011), da população que chegava às cidades para compor o trabalho nas indústrias e serviços, muitas terminavam por compor o exército industrial de reserva, conforme já dito, necessário para manutenção da acumulação pela empresa capitalista. É provável que desde aí grandes contingentes já estivessem vivenciando a situação de pauperismo e, dados os fatores biográficos, terminando por ficar em situação de rua, ou na “mendicância” como era convencional denominar.

Cabe ressaltar que neste período a ideologia trabalhista fora cada vez mais difundida. O nacionalismo pregado trazia uma necessidade de construção do cidadão trabalhador para assim favorecer aos anseios do capital. Tratava-se de uma espécie de exaltação do ser que produz algo, que é produtivo. Segundo aponta Ianni (1989),

Ao longo das várias Repúblicas, desenvolve-se uma vasta louvação do trabalho, como indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da Nação. Desde Joaquim Nabuco em “O abolicionismo”, lida-se com este aspecto da questão social. Além dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, nesta e naquela conjuntura, vários intelectuais dedicam-se a fazer a apologia do trabalho. Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho como atividade significante. Trata-se de combater a preguiça, a leseira, a tristeza e a luxúria. (p. 152).

O que ele denomina “beatificação do trabalho” carrega consigo um combate à ociosidade e conseqüentemente aos ociosos. Segundo o autor, a apologia ao trabalho é uma

estratégia pedagógica contínua de subjugação do trabalhador. O período republicano, passando pelos governos Vargas, ratificaram esta pedagogia.

Ainda sobre o período Republicano democrático (1945-1964), é importante dizer que se completou a constituição do capitalismo no Brasil segundo Santos (2012). Para esta autora, a fase de industrialização pesada completa a Revolução Burguesa no Brasil. Neste período, segundo Gohn (2013), não deixou de existir mobilização de movimentos e lutas sociais: movimentos estudantis, rurais, culturais. Estes que passaram a ser mais duramente reprimidos a partir da ditadura militar.

O Estado sob o governo de JK trouxe como base para suas ações as ideias e práticas de um nacional-desenvolvimentismo, com estímulo ao desenvolvimento industrial, regulando áreas estratégicas, mas concedendo incentivos fiscais ao capital estrangeiro. O incentivo à indústria nacional se deu, segundo Oliveira (2013a), porque estava havendo um “bloqueio das vias de financiamento internacional para patrocinar a industrialização periférica” (p.61). Esta é uma das razões pelas quais o Estado brasileiro passa a ter controle sobre áreas em que antes não tinha. Abriu-se grande espaço ao capital estrangeiro, que instalou diversas multinacionais no país.

O Estado, segundo o autor, assume tarefas que a própria burguesia não era capaz de assumir. Segundo Rodrigo Castelo em entrevista a Raichelis(2014), no nacional desenvolvimentismo defendeu-se que poderia haver uma mudança no que tange ao lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, mas isto não ocorreu. Segundo ele, “no plano político, mobilizou, de fato, amplas camadas populares, com setores organizados da classe trabalhadora e camponesa voltados para profundas reformas de base.” (p. 585) Mas a dependência foi intensificada, com a dominação do capital estrangeiro. Pastorini (2010) argumenta que os processos de industrialização nos países periféricos terminaram por agravar, em muitos dos casos, as desigualdades sociais existentes. Isto ocorre porque o subdesenvolvimento não é algo que necessariamente levará ao desenvolvimento. São unidades de contrários, compõem uma totalidade e o desenvolvimento de retroalimenta do subdesenvolvimento. Castelo afirmou também que a superexploração do trabalho fora potencializada neste caso.

Sampaio Júnior (2012) argumenta que a intenção do nacional desenvolvimentismo era criar uma conciliação entre capitalismo, democracia e soberania nacional. Todavia, adverte que este ciclo de reformas foi interrompido em 1964 com o golpe militar que instaurou a ditadura:

O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. A intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquistas coletivas converteu-se na quintessência do padrão de dominação. Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. Acabava a ilusão de um capitalismo civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho se tornou premissa fundamental do capitalismo no continente. (SAMPAIO JÚNIOR, 676-677).

É possível apreender que a questão social é acirrada no período ditatorial, havendo um desequilíbrio de possibilidades entre capital e trabalho. Para Carvalho (2017), ao mesmo passo em que havia uma repressão ou cerceamento aos direitos civis e políticos, alguns direitos sociais não retrocederam no período da ditadura. Em 1966, por exemplo, houve a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que significava uma unificação do sistema. Ainda em 1966, todavia, acabou-se com a estabilidade nos postos de trabalho, criando o FGTS. Santos (2012) analisa que o término do FGTS e a perda da possibilidade de estabilidade de trabalhadores fazem parte da precarização de nosso mercado de trabalho no Brasil. Santos (2012b) analisa que com a criação do FGTS sendo consequência do fim da estabilidade, a rotatividade nos postos de trabalho se torna uma das características da inserção de trabalhadores no mercado. E vai se aprofundando ou desenhando a agudização da superexploração do trabalho no Brasil, com uma “cidadania” restrita, a que muitos não tinham acesso e portanto um baixo índice de proteção social por meio de direitos trabalhistas e previdenciários, muito aquém de países onde vigorava um Estado de Bem Estar Social.

Em 1971 trabalhadores rurais foram de fato incluídos na previdência por meio do chamado FUNRURAL (Fundo de Assistência Rural). Em 1972 e 1973 foram incorporados trabalhadores domésticos e autônomos ao regime de proteção previdenciária. No entanto, cabe destacar a grande abertura ao capital estrangeiro e a derrocada do milagre econômico já nos últimos anos antes da “abertura política”. Importante também destacar que, ainda com este crescimento rápido, para Carvalho, os setores da população foram beneficiados de maneira

desigual. Ele avalia que “a consequência foi que, ao final, as desigualdades cresceram ao invés de diminuir”.

Em 1974 acontece o que Carvalho (2017) chama de renascimento dos movimentos de oposição ao regime. Isto não quer dizer que não houvesse movimentos de oposição antes disto. Os movimentos estudantis e de guerrilhas enfrentaram a repressão da ditadura ao longo do processo, segundo Gohn (2013). Desde esta década de 1970 observa-se um avolumamento de movimentos sociais urbanos. Em 1979 fora “abolido o bipartidarismo”. Em 1980 o Partido dos Trabalhadores foi fundado, segundo o autor, com sustentação em três grupos: a “ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas renovadores, sobretudo metalúrgicos paulistas e algumas figuras importantes da intelectualidade” (p.180). Em 1982 tivemos eleições para governador dos estados. No Rio de Janeiro venceu a oposição ao Regime com a vitória de Leonel Brizola. Em 1984 observamos a campanha e ampla mobilização popular pelas “Diretas Já”. Em 1985 temos a abertura política.

As primeiras eleições diretas ocorreram e a população escolheu Fernando Collor de Mello que segundo Carvalho(2017), era um homem despreparado, de um partido com pouca representatividade e sem apoio no Congresso. Após denúncias de corrupção, sofreu um impeachment.

Importante ressaltar que antes disto, em 1988, fora promulgada uma Constituição Federal, a que está em vigência até hoje. Considerada Constituição Cidadã pela ampliação de direitos, principalmente os direitos sociais. Ela traz em si também a questão do participação social na gestão de políticas públicas, o que pode ser motivo de algumas considerações, que não são o foco deste momento.

Ao longo do período constituinte, diversos movimentos sociais e grupos puderam levar suas pautas e isto contribuiu para o caráter desta Carta Magna. Isto demonstra a importância das lutas sociais para a alteração de correlações de força. Todavia, os direitos que ela garante com requerimento de ampliação da atuação do Estado em um contexto em que o neoliberalismo havia se difundido como ideologia em várias partes do mundo.

Segundo Soares (2002), o ajuste neoliberal é tido como uma saída para uma nova crise do modo de produção capitalista. A adoção deste receituário, entre outras coisas, requer a

atuação do sentido de redução de gastos públicos, de um estado que seja mínimo para o social. E esta avalanche chega ao Brasil na década de 1990, pouco tempo depois da promulgação da Constituição Cidadã. Portanto, nosso Estado de Bem Estar Social não se concretizou. Os ajustes, privatizações, redução do Estado e abertura para o capital estrangeiro com aumento das desigualdades sociais foram a tônica dos dois governos do PSDB, que vieram depois de Collor, na pessoa do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Outra característica importante é a desregulamentação dos direitos trabalhistas, que visa reduzir o custo da força de trabalho.

Em 2003 ascende ao governo federal passando a gerenciar o controle do Estado o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da feição “social” que o Estado adquiriu neste governo, autores trazem à tona o intento de construção de um ideal neodesenvolvimentista.

O neodesenvolvimentismo aparece como uma suposta alternativa ao neoliberalismo, mas que escondia alguns pontos deste, aliando-os a um esforço para reduzir “efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social” (SAMPAIO Jr, 2012, p.680).

Este olhar para o “social”, ainda que sobre as bases do mercado, fizeram que a Constituição de 1988 e o lulismo fossem vistos como “marcos” no que tange à temática da cidadania. É importante que se reflita, contudo, que a ampliação jurídico-política e formal dos direitos de cidadania não necessariamente acarreta mudanças substantivas na desigual distribuição de renda, mas talvez implique ampliação no acesso a direitos.

A ampliação formal de direitos é legítima, mas não altera a estrutura desigual de distribuição de renda ou a esfera da produção, sendo conquistas no âmbito da emancipação política. Granemann (2016 b), trata a Constituição Federal Brasileira de 1988 como uma conquista progressista, mas a partir do que ela denomina “universo limitado dos direitos sociais” (p.673). A autora enfatiza que ela se tornou importante instrumento jurídico que trouxe à tona avanços a partir das lutas sociais, mas que manteve inalterados privilégios dos grandes capitais. Além disso, ela vem sofrendo grandes ataques a partir de demandas das classes burguesas e em conformidade com orientações de organismos internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial. Tais alterações ocorreram sobretudo no trecho que trata dos direitos sociais, tendo ferido grandiosamente o direito à previdência social. E em contexto de

crise dos capitais, estes têm exigido de seus “gerentes” no âmbito do parlamento e do executivo, a tomada de grandes parcelas do fundo público, sendo necessária alteração de outros trechos importantes da Constituição, fazendo-a verter-se contra os próprios sujeitos ou classes que lutaram para que ela fosse instrumento de ampliação de direitos. Recursos do fundo público que constituem amplos valores recebidos dos trabalhadores, muitas das vezes são utilizados contra os mesmos.

Granemann (2016 b) enfatiza que os diversos governos pós abertura democrática ofertaram uma certa característica de continuidade do que ela chama de Contra-reforma do Estado brasileiro, incluindo os governos sob o que estamos aqui chamaremos de “lulismo” ou “Era Lula”.

Mota (2013) observa, que, apesar da feição social do Estado, o governo Lula manteve alguma tônica de continuidade em relação a medidas dos governos FHC. Ambos realizaram reformas previdenciárias e investiram em programas de transferência de renda, “[...]utilizaram a estratégia transformista, através do discurso de enfrentamento da pobreza, como a principal arma para operar a ‘socialização da política e da sociedade’, fortalecendo as bases para a fratura da seguridade social universal” e contribuíram para o fortalecimento da privatização e assistencialização da proteção social brasileira. Neste processo, contribui-se para criação do que Mota chama de “cidadão-consumidor” e de algumas versões privatizadas de saúde e previdência e do cidadão pobre usuário da assistência social. A autora, contudo, reconhece a distinção advinda da filiação político-partidária de ambos.

Singer (2009) realiza em seu texto uma análise das raízes ideológicas no lulismo, avaliando os pleitos de 2002 e 2006. Segundo ele, em eleições anteriores a 2006, os votos em Lula acompanharam os votos no PT, a partir de um espectro ideológico mais à esquerda. As pessoas mais pauperizadas, conforme detectou, eram alocados num espectro mais à direita. Uma direita que deseja de maior intervenção do Estado, mas sem ameaças à ordem. Lula, para este grupo, constituía esta ameaça, dada a associação de sua figura e do PT aos movimentos sociais em geral, e às greves em todo país. Estes movimentos eram associados à quebra da ordem tão temida pelo citado grupo.

Após a eleição de 2002, Lula pôs em prática sua política de conciliação de classes, que conforme vemos em Pinassi (2011), “agradava tanto a deus quanto ao diabo”. Isto reflete o

que também fora detectado na pesquisa de Marques e Mendes (2007), segundo os quais, houve uma associação de uma política econômica voltada para o favorecimento do grande capital, sobretudo o financeiro e a implementação e execução de programas direcionados aos mais pobres, como o caso do Programa Bolsa Família. O referido programa foi constituído a partir de uma unificação de programas instituídos nos governos FHC. Manteve-se o bolsa família como programa de governo, não como política de Estado, o que teve repercussões para as vitórias eleitorais petistas.

Autores concordam que a implementação do programa de transferência de renda vinculado à política de assistência social foram fator relevante na eleição de 2006 para a vitória de Lula (MARQUES e MENDES,2007; SINGER,2009; PINASSI,2011; SANTOS, 2012). Singer, no entanto, alerta-nos para outros fatores também importantes que ele, baseado em Marcelo Neri, chama de “Real do Lula”: o Programa Bolsa Família, aumento do salário mínimo e expansão do crédito, ocasionando aumento no poder de consumo de grande parte de pessoas que viviam na pobreza.

Devido a fatores mencionados, Lula alcançou, no pleito de 2006, como seu eleitorado, uma camada sempre almejada por ele: pessoas pobres e de baixa escolaridade. Segundo Singer (2009), tais pessoas não votaram nele em eleições anteriores dada a sua associação a lutas por direitos. Boa parte desta camada pertence a um grupo de sujeitos com inserção precária no mercado de trabalho, sem direitos trabalhistas e que portanto, encontra dificuldade de organização em movimentos e sindicatos.

Dada a dificuldade de organização, essa fração requer uma representação desde o alto, mas que não constitua uma ameaça à ordem vigente. Segundo Singer, eles são

Aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. (p.98)

Singer (2009) considera que Lula tenha se constituído ao longo de seus mandatos, uma figura que representaria este grupo desde o alto. Esta fração de classe teria modelado, a partir de suas características (existentes desde antes do fenômeno do lulismo) a própria figura desta representação. Lula não o teria moldado. E desta maneira, o eleitorado de Lula foi se diferenciando cada vez mais do eleitorado do PT, conforme análise também realizada por Oliveira (2010). A construção do lulismo e suas estratégias são avaliadas por autores como

“despolitizadoras” e desideologizantes, favorecendo cada vez mais o arrefecimento de lutas sociais, com uma impressão de redução de desigualdade, a partir de medidas baseadas no que alguns denominam “centralidade da assistência social” e outros de “assistencialização da seguridade social”. De qualquer maneira, baseada na proteção social mínima e focalizada, sem destoar do receituário estipulado por órgãos como o Banco Mundial e o FMI. E com o apoio dos mais pobres, obteve a garantia da manutenção da ordem, tão almejada pelo conservadorismo popular. (SINGER,2009; PINASSI,2011, SANTOS, 2012, BOSCHETTI,2016).

Santos (2012b) afirma que no trato da questão social, o lulismo ou “Era Lula” atualizou as características de nossa formação social: contribuiu para a superexploração do trabalho e para a passivização das lutas sociais, por meio da precarização do padrão de proteção social, da cooptação de lideranças de movimentos sociais, assim como de uma “desmobilização” destes movimentos, integrando-os à gestão burocrática do aparato estatal “em nome da aparente realização de bandeiras históricas” (p.444) e tudo isto provoca um aparente desaparecimento do antagonismo entre as classes. Medidas estas que, segundo sua avaliação e também de Marques e Mendes (2007), explicitam o caráter clientelista do Estado brasileiro.

Para ilustrar esta questão, temos o trecho de uma entrevista de Lula para uma rádio em 2017¹⁷. Na entrevista, a conversa anterior era sobre futebol. Lula falava sobre um jogo promovido em que de um lado jogaria o cantor e compositor Chico Buarque e do outro o MST. Comentou que tentaria jogar um pouco no time do Chico e um pouco no time do MST. Após isto, o entrevistador aproveitou a deixa e comentou sobre o clima de rivalidade acerca de posicionamentos político-partidários bastante frequente no Brasil nos últimos tempos. Comentou que as pessoas estão se odiando e que a política anda “muito rancorosa”. Lula respondeu:

[...] Um país não pode viver num clima tenso, num clima pesado, num clima de preconceito como o Brasil ta vivendo. É preciso voltar a se discutir a relação política de forma civilizada. [...] E eu tenho experiência nisso porque eu fui presidente oito anos e eu duvido que tenha um prefeito nesse país, eu duvido que tenha um governador nesse país, um deputado federal, que diga que em algum momento eu o tratei de forma diferenciada por não pertencer ao meu partido. Eu tinha consciência de que eu tinha sido eleito presidente

¹⁷ A entrevista pode ser obtida por meio do link <https://www.facebook.com/humbertocostapt/videos/908158349353705/>. Último acesso em 10/09/2018. Segundo o arquivo, tratou-se de uma entrevista realizada para Joel Silva, da Rádio Capital, 95,9 FM do Mato Grosso do Sul. Entrevista realizada em 29/11/2017.

para governar para todos os brasileiros e dentre todos os brasileiros eu tinha que ter tido uma opção para aqueles que mais necessitam do poder público que são as pessoas trabalhadoras, as pessoas mais pobres, as pessoas que mais necessitam de saúde, de educação, de transferência de renda. E o país viver um clima de harmonia. Eu digo sempre, Joel, que o período em que eu fui presidente, foi o período em que menos houve greve no setor privado, menos houve greve no setor público, menos houve invasão de terra no campo e menos houve invasão terra urbana. E menos violência contra o índio, contra o negro nesse país. Então eu provei que é possível o país viver em paz, viver em harmonia, as pessoas se entenderem mesmo quando são adversárias. Por isso, querido, eu to um pouco chateado com o clima que está acontecendo no Brasil. [...] (LULA,2017)

O fator conciliador e a opção por políticas públicas para pobres podem ser apreendidas na fala de Lula. O ex-presidente destaca como um ponto positivo de seu governo a atuação não tão incisiva de movimentos sociais como o sindical, o MST, por exemplo.

Boschetti (2016) pondera que o Estado por vezes assume uma feição social, o que não exclui sua natureza capitalista e “não faz dele instância neutra de produção de bem estar” e que em tempos de crise do capital, tal como vivemos na atualidade, a tendência é que as políticas públicas e direitos sociais sejam acusados pelos liberais como causas das intempéries econômicas, sendo veementemente atacados. Isto implica derrotas para as classes trabalhadoras. No Brasil, nos últimos anos, o que tem se observado é uma redução de direitos e precarização de acesso a políticas e direitos importantes como os relacionados ao trabalho e à previdência social, ao passo que a política de assistência social têm crescido. Para a autora, este crescimento da assistência social ou sua centralidade no âmbito da prestação de serviços sociais, colabora para uma reprodução ampliada da chamada superpopulação relativa, mantendo-a nos limites da sobrevivência. Trata-se de força de trabalho “reserva”, que contribui para rebaixamento de salários e direitos agudizando as expressões da questão social e do controle sobre grandes parcelas da pobreza, e para outras parcelas, acentuando a criminalização e repressão. E além disto, cria-se um fetiche da assistência como elemento central no enfrentamento à desigualdade social. Se oculta a precarização da proteção social através do aumento de uma política que deveria, em tese, ser apenas subsidiária, não central. Constitui-se uma estratégia de mistificação com a aparente redução das desigualdades sociais e da distância entre as classes sociais, também sinalizada por Pinassi (2011).

Mota (2013) também analisa o dito “fetiche da assistência social”. Ela ressalta a importância da assistência social ser tratada como um direito nos governos petistas, havendo a

constituição do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), destoando do caráter “neofilantrópico” imperante nas gestões tucanas à frente do executivo federal, nas quais predominou um programa chamado de “comunidade solidária”, liderado pela esposa do presidente, sendo clara a relação primeiro-damista.

Para a autora, o Programa Bolsa Família (PBF), contudo, verte desempregados e subempregados em clientela para a política de assistência social, “banindo o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores e substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência” (p.165). Com a ascensão do lulismo, as lutas sociais contra a miséria tornam-se questões passíveis às gestões de políticas públicas. A gestão burocrática de conflitos sociais, põe sobre sua gênese gerada pelas contradições capitalistas uma espécie de fumaça, que “embaraça” o olhar. O marketing sobre estas estratégias de enfrentamento da pobreza torna-se a tônica do governo. E este marketing pode ser um fator importante que atrela o governo ao incentivo à organização posterior da população em situação de rua.

A estratégia acima constitui uma entre outras que caracterizam o lulismo e podem contribuir para regressão de lutas sociais. Outras citadas por Santos (2012b) e Oliveira (2010), são as que desmobilizam movimentos sociais a partir do acolhimento de suas bandeiras pelo Estado e institucionalização destes movimentos.

Esta institucionalização também fora tratada por Tonet (s.d. b), quando este realiza uma crítica à esquerda brasileira, indicando a tendência a contribuir para a centralidade da política e da via parlamentar. Perruso (2014), avalia a institucionalização dos movimentos do PT nesta mesma linha de interpretação. Esta tendência é apontada por Pinassi (2011) indicando que a via parlamentar constitui uma alternativa no âmbito do capital, trazendo “um mundo de liberdades formais para os indivíduos, jamais reconhecendo seu pertencimento de classe” (p.107). Nenhum dos autores incentivam o abandono da luta no âmbito parlamentar, mas realizam críticas no que tange a esta centralidade. Tonet aponta inclusive que o parlamento não é onde se processam as relações de dominação, sendo apenas sua mediação.

Essa mediação realizada pelo Estado, nas palavras de Tonet, também é considerada por Granemann (2016 a; 2016 b). Mas segundo ela, em contextos de crise do capital, o Estado brasileiro, que não “opera com recursos escassos”, atua no sentido de facilitar e de trazer instrumentos jurídicos para a transferência do fundo público para os grandes capitais. A classe

trabalhadora continua gerando a riqueza e usufruindo cada vez menos dela, uma vez que o ataque os direitos e às políticas sociais é constante e muito atual. A mesma área, o Direito, que é utilizada como instrumento de conquistas formais para as classes trabalhadoras, também tem sido instrumento de retirada das mesmas conquistas. Isto demonstra uma faceta classista do Estado e dos direitos tão perseguidos pelas lutas sociais e sobretudo pelos movimentos sociais organizados na atualidade. Granemann exemplifica a atual PEC (Proposta de Emenda Constitucional) e EC (Emenda Constitucional) 95/16. A primeira trata de uma proposta impopular de Reforma da Previdência e a segunda, de uma efetiva emenda que “congela” os gastos públicos por vinte anos, penalizando duramente as pessoas que não detém os meios de produção. É importante ressaltar que esta PEC entrou para a pauta da Câmara e do Senado após o impeachment da presidente Dilma Rousseff do PT, sucessora de Lula.

Todas estas contribuições servem para que possamos continuar nossas análises sobre a relação entre população em situação de rua e questão social. São abstrações que subsidiarão nossas análises.

2.3. População em situação de rua e questão social

A questão social no Brasil tem características que nos parecem permanências: a superexploração da força de trabalho aliado à passivização de lutas sociais, ou antecipação das demandas da classe trabalhadora. E isto não significa que não existam ou tenham existido outrora neste país movimentos sociais ou mobilizações de caráter mais combativo.

Desde a constituição de nosso cenário urbano, observamos a presença de grandes contingentes de trabalhadores, inicialmente muitos dos quais vindos do campo, que não tinham acesso ao trabalho assalariado e dados os fatores da conjuntura ou estruturais destas relações de trabalho no capitalismo tardio e dependente no Brasil e fatores biográficos, terminavam por enfrentar uma situação de rua.

Compreendemos isto e pensamos como esta situação de não emprego formal, não proteção pelas legislações trabalhistas quando estas são promulgadas, aliadas ao combate ao ócio pregado pelos ideais trabalhistas podem ter consequências para a configuração do fenômeno população em situação de rua no Brasil. Entendemos que cada conjuntura traz seus desafios. E um desafio é compreendermos algumas permanências e rupturas nestas relações ao longo deste trabalho.

Aos poucos podemos desnudar algumas características tratadas por Silva (2009) em relação ao fenômeno que é o tema do presente estudo.

Quando tratamos da população em situação de rua e sua relação com o trabalho, é possível apreender alguns dados da única pesquisa de abrangência nacional realizada até hoje. E não há previsão sobre uma nova pesquisa, pelo menos no âmbito do IBGE para o censo demográfico de 2020.¹⁸

Em Brasil (2009) temos os resultados de uma pesquisa nacional que incluiu o primeiro Censo nacional da população em situação de rua, realizado entre os anos de 2007 e 2008. Desde então nenhum outro censo com esta magnitude (nacional) fora realizado. Pesquisas privilegiam a população domiciliada.

O censo demonstrou que a maior parte da população em situação de rua é jovem, em idade tida como “economicamente ativa”, predominantemente negra e com pouco acesso à escolaridade (maioria tendo cursado de maneira incompleta o ensino fundamental). Os três principais motivos que alegam terem levado à situação de rua são o alcoolismo/uso de drogas, desemprego e desavenças familiares. Quase metade está há mais de dois anos dormindo nas ruas e 45,8% relata que sempre viveu no município em que vive atualmente. Ainda assim detectou-se um número de trecheiros¹⁹ de 11,9%. Entre estes, 45,3% mudou de cidade a procura de trabalho.

Entre as pessoas entrevistadas, 70,9% exercem atividade remunerada. Destacam-se as atividades de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinhas (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência, o que “desmistifica a ideia de que são mendigos ou pedintes” (BRASIL, 2009). Também se detectou que a maior parte das atividades realizadas situa-se no mercado informal de trabalho. Apenas 1,9% afirmou estar trabalhando na condição de segurado do INSS. 47,7% nunca trabalhou de carteira assinada. Além disso, cabe destacar que a maior parte daqueles que já trabalharam de carteira assinada afirma que isto ocorreu “há muito tempo”. A maioria deles afirma já ter sofrido algum tipo de discriminação por estar em situação de rua.

¹⁸ Vide notícia em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020> . Último acesso em 01/10/2018.

¹⁹ A palavra “trecheiros”, nesta pesquisa, refere-se a pessoas em situação de rua migrantes, que geralmente transitam entre as cidades em busca de trabalho.

Os dados demonstram que a maioria das pessoas em situação de rua exerce algum tipo de atividade, principalmente como trabalhadores ditos informais, muitos deles nunca tendo trabalhado em condições de formalidade. O desemprego surge como um dos principais motivos alegados para a situação de rua. Apesar dos estigmas, inclusive apontados por Silva (2006), uma parcela pequena pede dinheiro para sobreviver. Portanto, a precária inserção no mundo do trabalho apontada por Santos (2012) também reflete a realidade da população em situação de rua no Brasil. Os dados também apontam como as características da população em situação de rua demonstram as desigualdades estabelecidas pelo capitalismo periférico no Brasil que, apesar da proposta da Constituição de 1988 (ou Constituição Cidadã) e da ascensão ao poder de governos do Partido dos Trabalhadores não foram modificadas, apenas ligeiramente alteradas.

Assim como diversos trabalhadores, as pessoas em situação de rua vivenciam o que é a permanência no capitalismo tardio e dependente brasileiro. A inserção precária no mercado de trabalho tem sido acirrada nas últimas décadas, sobretudo após a avalanche neoliberal e a reestruturação produtiva (com aumento da superexploração do trabalho que já é nossa marca) se tornarem hegemônicas no país. Muitos brasileiros vivem em situação de desemprego e são parte dos ditos exércitos de reserva. Muitos brasileiros vivem no que se convencionou chamar “informalidade”. Usando termos de Chico de Oliveira (2011), a superexploração é uma exceção permanente em nosso país. A exceção que é uma regra, que não é parte do “pacto” ou da normatização geralmente construída pelo alto.

Isto quer dizer que a realidade, a concretude da vida das pessoas é perpassada por relações precárias de trabalho e muitas das vezes este trabalho não é “protegido”, uma espécie de cidadania regulada permanente. Nem todos os trabalhadores conseguem ter acesso ao que a legislação lhes garante. E na atual conjuntura de aprovação de uma Reforma Trabalhista que reduz ainda mais direitos de trabalhadores e as chances de inserção destes no circuito de proteção social, assim como a aprovação da Lei das Terceirizações²⁰, este acesso aos direitos

²⁰ Alves (2017) trata a aprovação do Projeto de Lei 4302/1998 e consequente promulgação da Lei 13429/2017 como uma potencialização da superexploração do trabalho por meio do aprofundamento da flexível contratação salarial no Brasil. Provoca redução das remunerações, portanto maior rebaixamento do custo da força de trabalho, aumento das jornadas de trabalho e da rotatividade nos postos, alternância maior entre períodos de trabalho e de desemprego, dificultando a organização e planejamento de projetos pessoais. O aumento do tempo de trabalho reduz as possibilidades de usufruto do tempo de não trabalho e de lazer e do convívio social. E todas estas questões impactam diretamente na vida das pessoas, causando-lhes o que o autor denomina “dano existencial”.

sociais se torna cada vez mais uma norma que não contempla ou não protege grandes contingentes. E algumas destas pessoas são aquelas que se encontram em situação de rua ou que irão engrossar as fileiras da chamada “superpopulação relativa”.

A radicalização da barbárie e o esgotamento civilizatório provocados pela ânsia por acumulação do modo de produção capitalista, aliado à limitação de recursos a serem explorados assim como a redução das possibilidades dos mecanismos de proteção social, gera aumento do pauperismo, aumento do número de pessoas vivendo em situação de miséria e conseqüentemente pode aumentar o número de pessoas vivendo em situação de rua e reduzir também a capacidade do Estado em manter qualquer tipo de proteção social. A sociabilidade que implica também na construção de subjetividades na sociedade burguesa também afeta demasiadamente as relações humanas, tendendo-se ao individualismo e ao acirramento da violência. Conforme analisa Oliveira, em entrevista a Ridenti e Mendes (2012), as pessoas “pensam, sonham e comem nos termos da hegemonia”.

O que pode levar à situação de rua ou não é a associação de tais relações com os fatores biográficos, que também tem ou podem ter relação com fatores estruturais, como as influências das relações de precarização para a subjetividade, provocando o que Alves (2017) chama de “dano existencial”. Outro exemplo é a política proibicionista em relação ao uso de drogas que impede debates e incentiva a criminalização do usuário de drogas. Criminalização que afeta relações cotidianas no caso das famílias e induz a construção de preconceitos e discriminações. Este fator aliado às relações de trabalho e conjunturais, pode levar uma pessoa a viver nas ruas. E esta política proibicionista é rentável ao uma determinada parcela do mercado. Este exemplo simples serve apenas para ilustrar a importância de termos realizado as abstrações sobre a questão social, a fim de subsidiar análises e reflexões.

Demos o exemplo acima, baseados em pesquisa realizada por uma equipe da UERJ e divulgada no texto de Escorel (2003), em que os conflitos familiares, sobretudo aqueles em tese impulsionados pelo uso abusivo de álcool ou drogas aparece como fator biográfico relevante para a ida de homens e mulheres para a situação de rua.

Os dados sobre o caso brasileiro, demonstram também que a maioria das pessoas em situação de rua são negras, o que coaduna com a afirmação de que é relevante compreendermos que a questão social no país tem grande influência do componente racial.

Segundo Escorel (2003), a pesquisa realizada pela UERJ destacou que no Rio de Janeiro, àquela época, a população em situação de rua declarada não branca era muito acima “do percentual da população não branca no total de brasileiros segundo o IBGE”.

As discriminações que sofrem a maioria em diversos espaços, inclusive em serviços que frequentam, é um fator delicado e para compreendermos melhor este dado precisamos nos aproximar mais da temática por meio de outras mediações.

Como parte do exército de reserva ou massa sobrando, a população em situação de rua vive em condições de pauperismo, mas carregando o fardo da “beatificação do trabalho” que contribui para a criminalização do ócio ou do que se interpreta como ociosidade. Os sujeitos não conseguem inserção no mercado de trabalho, estão em situação de rua, muitas das vezes desenvolvendo atividades sem vínculo com a previdência social ou sem que lhes seja garantida proteção social ao trabalho. Ainda assim, a pecha do ócio é um forte componente em suas vidas. Como diz um ditado popular brasileiro “O trabalho dignifica o homem”. Para ser visto como alguém digno, um homem em situação de rua e sem trabalho “protegido” busca atendimento em um Centro de Referência Para População em Situação de Rua e sem que seja solicitada, saca sua carteira de trabalho. Alguns faziam isto para dizer que tinham o documento e demonstrar o anseio de inserção no mercado dito “formal” de trabalho. Outros para provar que em algum momento estiveram inseridos neste “mercado”. Esta “beatificação do trabalho” parece ter bastante força ainda no imaginário popular. E por isto, talvez a necessidade do combate ao ócio também. A criminalização da mendicância e do ócio é trabalhada por Lemões (2014), segundo o qual ainda no Império observamos leis que criminalizam a mendicância, incluída nas Leis Criminais do Império de 1830. Assim como também no Código Penal da República de 1890 e na Constituição de 1934. Segundo o autor, na Lei de Contravenções Penais de 1941 se pode observar uma distinção entre vadiagem e mendicância, mas sempre no sentido do que ele avalia como “moralização do comportamento” ênfase em valores como “trabalho, casa e família”. Lemões analisa que tais valores ainda são relevantes no contexto contemporâneo.

Este é um dado importante para compreensão das relações que podem levar pessoas à situação de rua. Uma das questões importantes a ser destacada é a relação entre as relações de gênero e a “beatificação do trabalho”. Lembremos que tanto na pesquisa nacional quanto em

todas as que anunciamos a maior parte das pessoas em situação de rua são do gênero masculino.

A divisão sexual do trabalho atribui ao homem o lugar de provedor ainda. O provedor é produtivo e traz o sustento à família. Neves (2010) realizou uma pesquisa junto a pessoas em situação de rua e entendeu que o grupo é composto do que ela denomina ex trabalhadores e não trabalhadores:

Entre os ex-trabalhadores, há os que não contam com uma família como grupo de apoio e de referência para a construção de sua identidade de trabalhador, ou os que, a partir do trabalho, não conseguiram desempenhar o papel de membro produtivo da família. Nesse caso, seja por doença ou deficiência física, seja por se encontrarem em situações de desemprego constante, esses trabalhadores têm questionados tanto seu papel de provedor de recursos básicos à manutenção da família quanto sua participação na composição do rendimento. Esta família, por outro lado, vivendo com rendimentos mínimos e inconstantes, nem sempre tem condições de arcar com a manutenção de membros improdutivos. (p.105)

Como consequência disto, alguns homens terminam por ter na mendicância uma alternativa para composição de rendimentos familiares. E quando a situação de desemprego perdura e pode produzir o que Neves avalia ser uma desmoralização social, perda da autoridade familiar, muita cara à construção de muitas masculinidades. Segundo ela,

Alguns homens colocados em situação de constante desemprego reordenam sua vida familiar agregando-se como companheiro ou agregado; desistem de perseguir a posição de autoridade ou de esposo; e são comumente expulsos desse convívio. Sem apoio, tendem a se agregar aos desempregados que sobrevivem da prestação de pequenos serviços diários, trabalham e habitam na rua.

Uma situação que quando comecei a atuar junto a pessoas em situação de rua no município de Itaguaí era a de homens advindos do sudeste ou nordeste geralmente em busca de trabalho naquele município, que tinha promessas de trabalho na cidade que estava abrigando a construção de um porto patrocinado pelo ultra rico empresário Eike Batista. Muitos deles conseguiram trabalhos temporários. Quando ficaram desempregados, sozinhos em um Estado que não era o seu e onde não possuíam vínculos familiares e muitas das vezes nenhum vínculo afetivo, alguns foram viver nas ruas do município. Não era pouco frequente que dissessem que não retornariam “fracassados” aos seus estados de origem. Tinham que retornar vitoriosos para levar sustento às suas famílias.

Neves (2010) destaca algo semelhante em sua pesquisa sobre as migrações em busca de melhores condições de trabalho. Segundo ela, retornar “em relações degradadas” como pessoa em situação de rua lhes pode parecer algo “insuportável”. Por este motivo muitos dos homens persistem na tentativa de novas chances.

Sobre as violências cotidianas sofridas por pessoas em situação de rua, algumas das quais relatadas no início deste capítulo, elas podem ter múltiplas determinações e apenas compreender o fenômeno como expressão agravada da questão social não é o suficiente. Mas desde já entendemos como a repressão não deixou se der um mote no trato junto a pessoas em situação de rua. O fenômeno não deixou de ser caso de polícia, ainda que possa ser visto como caso de política.

A este respeito, entendemos um avanço nos últimos anos, que diz respeito ao acesso de pessoas adultas em situação de rua a políticas sociais de assistência e em alguns casos de saúde. Conforme vimos em Castel, a assistência geralmente é destinada àqueles que por algum motivo estão incapacitados de trabalhar, não para aqueles que têm a capacidade e não trabalham. Políticas foram construídas nos últimos anos para ampliar o acesso da população adulta em situação de desemprego ou vivendo em precárias condições à assistência social, sobretudo no que tange aos programas de transferência de renda. No caso de pessoas em situação de rua, serviços específicos também foram regulamentados, ainda que sendo nitidamente compensatórios. Mas o que observamos nos relatos, é a precarização de tais serviços. Com o brutal processo de retirada de direitos e redução do orçamento destinado às políticas públicas, entre elas a assistência social²¹, estes serviços tendem a ficar mais precarizados do que já se encontram, sendo esta uma das principais questões levadas por homens e mulheres em situação de rua na reunião mencionada no início deste capítulo, reunião esta ocorrida em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Importante destacar na pesquisa apresentada sobre a população em situação de rua no Rio de Janeiro, que a migração tem sido ainda uma característica deste grupo, mas ela não ocorre predominantemente em relação ao campo. Ela ocorre dentro do próprio município. Bairros onde a oferta de elementos para subsistência como trabalhos e circulação de mercadorias é maior têm uma concentração maior de pessoas em situação de rua, como é o

²¹A este respeito ver reportagem no site do Conselho Federal de Serviço Social <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425> . Último acesso em 10/10/2018.

caso do Centro da cidade e da Zona Sul. As desigualdades no interior da própria cidade e a segregação urbana se mostram como fatores muito relevantes para compreensão das relações entre população em situação de rua e a questão social no Rio de Janeiro.

Escorel (2003), garante que a preferência pela permanência no Centro das cidades têm relação com a oferta de condições de sobrevivência, mas também com o fato destes centros ficarem mais esvaziados à noite, conferindo “ao grupo uma privacidade doméstica”.

A questão dos mega eventos também surge como relevante para compreendermos isto. O Rio de Janeiro é um município turístico e isto traz implicações em relação à gestão das cidades.

É nas ruas de espaços urbanos e urbanizados que este fenômeno ocorre. E no caso do Rio de Janeiro, é importante que tenhamos em mente que continuidades e rupturas permeiam tais relações. Para tanto, realizaremos um esforço de empreender uma mediação com as relações da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro por meio de revisão de certa bibliografia em diálogo com dados coletados ao longo da pesquisa. A relação entre população em situação e questão social, ou população em situação de rua, Estado e lutas sociais, para que seja compreendida, é preciso que tentemos entender as relações entre o Estado e o urbano no Rio de Janeiro.

O poema de Cadu tem como título “Não somos lixo”. As contradições do sistema capitalista produzem o pauperismo, mas também produzem uma aceleração no consumo e nos descarte nunca antes visto. O avanço nos mecanismos de produção também tem provocado o aumento do lixo urbano. Bursztyn (2003), o

Imbricamento entre os rejeitos físicos (lixo) e humanos (excluídos) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens como componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos. (p. 21)

Apenas destacamos a análise que, se a população em situação de rua também compõe o heterogêneo exército de reserva ou massa sobrança, sua presença nas cidades serve ao rebaixamento dos custos da força de trabalho. Segundo esta interpretação, trata-se de um grupo populacional inserido no sistema capitalista e no circuito da acumulação, não estando fora dele. O que ocorre é que sua inserção é perversa. É preciso que exista a pobreza, a

situação de pauperismo para que a riqueza seja produzida coletivamente, mas apropriada apenas por algumas pessoas.

Além do mais, diversas pessoas em situação de rua atuam com o lixo desta produção aumentada de insumos, catando estes rejeitos para sua reciclagem. Segundo Neves (2010),

E o caráter paradoxal desse sistema de relações sociais novamente se revela, abrindo espaço para um novo campo de atividades econômicas sustentadas no reaproveitamento daquilo que antes fora rejeitado, mas que, pelo menos num dos momentos do processo, só se desenvolve absorvendo o trabalhador expulso de atividades mais valorizadas pela sociedade. Para além de exigir um aprendizado prático, de impor a relativização da exclusão de determinadas posições e da convivência numa situação em que se supõe resíduo social, essa atividade de coleta exige também um trabalhador que incorpora o deslocamento conforme a localização dos objetos a serem coletados, das fontes mais ricas do desperdício e do acúmulo do descartável. (p.119)

As relações sob o jugo da selva capitalista com todas as suas contradições lançam seus chacais a todo o tempo produzindo e reproduzindo o fenômeno população em situação de rua.

Como observamos aqui, além de ser uma grave expressão da questão social, a população em situação de rua tem como característica ser um fenômeno majoritariamente urbano e ter expressão de acordo com fatores regionais. Para compreendermos melhor alguns elementos acerca destes elementos, buscaremos uma mediação com o urbano, tendo como ponto de partida um episódio emblemático ocorrido no Rio de Janeiro: a chacina de mendigos no Rio Guandu e no Rio da Guarda na gestão do governador Carlos Lacerda.

CAPÍTULO III: A HORA DA ESTRELA? - O MASSACRE DO RIO DA GUARDA, A CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS

“Algumas pessoas brotaram no beco, não se sabe de onde e haviam se agrupado em torno de Macabéa sem nada fazer, assim como antes pessoas nada haviam feito por ela, só que agora pelo menos a espiavam, o que lhe dava uma existência” (A hora da Estrela - Clarice Lispector)

No capítulo anterior, compreendemos os nexos entre a população em situação de rua e a chamada “questão social”, atrelada às contradições do modo de produção capitalista. Contudo, uma mediação que considere a maneira com que tal modo de produção influencia na constituição das cidades e nas relações em seu seio se faz necessária.

Compreendendo a questão da cidade, realizaremos uma incursão bibliográfica e de pesquisa empírica sobre o Rio de Janeiro, com enfoque na capital, para compreender suas especificidades regionais. Por isto, teremos como fio condutor o resgate sistemático por meio da pesquisa com fontes históricas do episódio que ficou conhecido como “Operação Mata Mendigos” ou “Massacre do Rio da Guarda”, na década de 1960.

Neste capítulo, assim como no restante do trabalho, a intencionalidade não é uma escrita linear e baseada em fatos sequenciais da história, mas na apreensão de relações. O resgate da história do massacre será um fio para que possamos compreender relações sociais no seio do urbano. Conforme apontara Cadu em seu poema, as memórias da população em situação de rua estão nos “diversos urbanos”. Não trataremos de trajetórias individuais de vida, mas sobre como estas relações têm consequências para o contingente populacional e para o fenômeno população em situação de rua.

E por que “A hora da estrela”?

Macabéa é uma nordestina, personagem fictícia de Lispector, que traz consigo a marca de ainda não saber como “existir”. Segundo o narrador do texto da escritora brasileira, ela possui uma “existência rala”. Ela não chama a atenção e passa despercebida por onde quer que passe. Seu grande momento, o momento em que ela é percebida e espiada é aquele em que sofre um acidente e permanece inerte, ensanguentada no espaço público.

Assim como Macabéa, a população em situação de rua adquire existência quando “ensanguentada” em espaços públicos? É invisível como aponta a maior parte da bibliografia consultada? Possui uma visibilidade enquanto fenômeno de característica “rala”? Tentaremos compreender estas questões com o passar das reflexões empreendidas neste capítulo.

3.1. Operação mata-mendigos: o massacre dos rios Guandu e da Guarda

Em 1963 um massacre ocorreu e fora amplamente noticiado no Estado do Rio de Janeiro. Mendigos foram assassinados e seus corpos encontrados no Rio da Guarda e no Rio Guandu. O Estado e seu aparelho de repressão à mendicância apontados como culpados. Este é o tema do filme “Topografia de um Desnudo”, dirigido por Teresa Aguiar²². Este filme é bastante comentado em eventos públicos e reuniões de fóruns sobre a temática da população em situação de rua. Também foi comentado na entrevista que realizamos com o vereador Reimont o mencionado em documentos. Mas não foi apenas tema de um filme, não se tratou de história de ficção.

Como encontramos poucos pormenores acerca do episódio que contassem com pesquisas sistemáticas, bem como acerca dos desdobramentos e relações envolvidas, produzimos uma sistematização a partir de documentos vertidos em fontes históricas, na tentativa de resgatar questões sobre este massacre. O episódio servirá como um fio para que possamos tecer a compreensão sobre algumas permanências e rupturas relacionadas à população em situação de rua como expressão da questão social tendo como foco o Estado do Rio de Janeiro.

Corpos foram encontrados nos Rios Guandu e da Guarda. Pessoas mortas cujos nomes deveriam ser descobertos. Um fato marcante e muito noticiado no ano de 1963. Quem eram eles? De onde vieram? Quais as suas histórias? Como nos ensina Cecília Coimbra, é importante observar o que é noticiado e o porquê. Os corpos encontrados eram corpos sem

²² Para mais informações acerca do filme “Topografia de um Desnudo”, visite o site <http://www.topografiadeumdesnudo.com.br/>. Sobre a sinopse, temos “Rio de Janeiro, anos 60. A cidade se prepara para receber a visita da Rainha Elizabeth. Num clima de tensão social e política que antecede o golpe militar, uma jornalista investiga a morte de moradores de rua e se envolve num perigoso jogo de interesses. Baseado em fatos reais desvenda um lado pouco conhecido da História: a “Operação mata-mendigos[...]”. Segundo o site, ainda, com o golpe de 1964, diversos arquivos sobre o episódio foi “apagado” da história. Resgatar esta memória é uma opção teórica, mas também uma escolha política.

nomes de pessoas muitas vezes antes não nomeadas pelos noticiários, exceto em casos de mortes ou violências sofridas. Assim como no famoso e derradeiro livro de Clarice Lispector, seria esta sua “hora da estrela”? Seria este o momento em que pessoas invisíveis seriam finalmente “espiadas”? Será que eram tão invisíveis assim? A palavra “invisibilidade” não é pouco utilizada na bibliografia que trata do “fenômeno” da população em situação de rua.

Dadas as investigações, descobriu-se que entre outubro de 1962 e janeiro de 1963, funcionários do Serviço de Repressão à Mendicância, vinculado ao Governo do Estado da Guanabara torturaram e assassinaram 14 “mendigos”. Treze foram mortos nos Rios Guandu ou da Guarda e um deles na “própria mendicância”. Cabe destacar que tais assassinatos ocorreram pouco tempo antes do Estado receber a visita da Rainha Elizabeth. Esta visita seria um grande evento? Provavelmente. Lembremos que o então governador Carlos Lacerda era uma importante figura da direita conservadora brasileira, afinada com a abertura do país ao capital estrangeiro.

Cabe também ressaltar a observação, ao longo da pesquisa com os documentos/fontes que nos textos noticiados antes de 1963, “mendigos” são citados na maioria das vezes sem que sejam nomeados. São “mendigos”, “dois mendigos”, “Alguns mendigos”. Sujeitos sem nomes, muitos sem documentação circulando pelos espaços públicos da cidade. Quando nomeados, na maioria dos casos, observamos serem notícias sobre mortes por causas naturais, assassinatos ou violências sofridas.

No ano de 1963, o governador do Estado da Guanabara era então Carlos Lacerda, udenista, expecebista cuja política urbana seguia o receituário de valorizar a cidade para o mercado, assim como nos assinala Coimbra (2001)

Observamos de maneira recorrente que periódicos ligados ao varguismo, à Frente Nacionalista e ao PCB atribuíam maior responsabilidade à Lacerda pela chacina, enquanto periódicos vinculados a Lacerda, como a “Tribuna da Imprensa” e aqueles mais afins ao capital estrangeiro, noticiavam o fato, dando ênfase, no entanto, à prisão e condenação dos “culpados”, muitas das vezes elogiando o próprio governador pela atitude de suposto incentivo às investigações.

Mas há acordos em alguns fatos. Entre eles, que os ditos “mendigos” eram torturados e levados até os locais onde os policiais e outros funcionários do Serviço de Repressão à Mendicância concretizavam o ato.

Segundo consta em documento de 1982²³, o fato veio a público por meio da denúncia de uma das “mendigas” que conseguira “escapar”, a senhora Olindina Alves Jupiassu. Segundo o documento, ela procurara uma assistente social da Secretaria de Serviço Social e realizara a denúncia. Olindina forneceu algumas entrevistas a jornais e periódicos e depôs na CPI posteriormente criada.

Em reportagem de capa 13/02/1963, do Jornal do Brasil, temos a exposição sobre a reconstituição dos fatos:

Sem constrangimentos de qualquer espécie, recordando até mesmo gestos e diálogos da ocasião, o guarda civil José Mota e seus cúmplices Tranca Rua, Caçador, Gordinho e Nilton da Silva reconstituíram ontem sobre a Ponte do Rio Guandu, o assassinato de treze mendigos entre outubro e janeiro. Os mendigos eram retirados um a um do tintureiro, golpeados no pescoço para ficarem grogues, suspensos pela cabeça e pelos pés e arremessados ao rio. Dois deles, inclusive uma mulher, conseguiram salvar-se, nadando para uma margem. Quatro levas de mendigos morreram assim. A reconstituição foi presidida pelo Promotor Fabiano de Barros e orientada pelo delegado Ariosto Fontana. (JORNAL DO BRASIL, 13/02/1963)

Eram “treze mendigos”, cada qual uma pessoa sem nome. Mas foram percebidos com maior cautela dado o contexto de sua morte. Morte noticiada e cujos usos políticos e consequências seriam múltiplos.

Uma CPI foi instaurada na ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) para apurar os fatos.

Nos jornais e na própria CPI “mendigos” nomeados foram ouvidos como testemunhas, denunciantes ou entrevistados/as.

Das reportagens policiais, a mendicância passou a predominar nas reportagens de cunho mais político ou de denúncia, demonstrando já neste início de reflexão que nos cabe notar com muito cuidado aquelas falas de que a questão social deixou de ser caso de polícia para ser caso de política. A polícia e a política não são dimensões opostas ou polos opostos. Há uma dinâmica muito mais complexa, ainda mais em casos como os da população em situação de rua, na época alcunhada “mendicância” ou “vadiagem” e os demais segmentos que compõe as chamadas “classes perigosas”. Reforçamos o entendimento expresso outrora

²³ Documento do STF cujo título é “Recebimento de queixa-crime para prosseguimento de ação penal contra deputado federal pela prática de crime de calúnia”. Trata de documento do Supremo Tribunal Federal sobre imbróglia entre os então candidatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro Miro Teixeira e Sandra Cavalcante. Obtido em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/43743/42453> - Último acesso em 01/10/2018.

acerca da importância da legislação trabalhista e ampliação de direitos sociais empreendida no período populista varguista. Entendemos que trazem uma mudança no que havia antes, quando a repressão era privilegiada nas relações patrão-empregado. Contudo, mesmo também tratada sob o prisma da política, ela não deixou de ser observada como questão de polícia.

Ao longo da visita às fontes e do processo de pesquisa, verificamos inclusive que o “poder de polícia” não foi e não é exercido no Rio de Janeiro junto à população em situação de rua apenas pela Polícia Militar, mas também por outros sujeitos em nome do Estado.

A “Operação Mata Mendigos”, tal como noticiada, constituía-se um dos aspectos da maneira com que Lacerda e outros governantes tratavam a questão urbana. Despejos, demolições, entre outras ações faziam parte de seu repertório. Além do mais, como fica claro na visita às fontes, este episódio/chacina não foi algo isolado. Mas adquiriu uma repercussão tal, que levou os “mendigos” à cena pública, agora de um outro lugar: cabia-lhes denunciar as violações sofridas em relação à polícia e outros órgãos. A oposição tornou intensas as críticas a Lacerda. Há registro de que, em alguns discursos públicos chamaram-no de neofascista. Até o final de seu mandato e depois disto, reportagens e discursos prestavam-lhe a alcunha de “O mata mendigos” ou o “governador mata mendigos”.

A repercussão foi tanta, que, quando foram presos, os homens envolvidos com a chacina foram mal recebidos no presídio. Em 1963, o “Última Hora” noticiou “Revolta no presídio: presos não querem os mata mendigos”.

A CPI instaurada fora presidida pela oposição. O “Última Hora” noticiou sobre os depoimentos de mendigos, todos nomeados:

O mendigo Jarbas de Sousa Leite denunciou o guarda José Mota, dizendo que ele e “seus comparsas” obrigavam os mendigos a roubar porcos no “Abrigo Cristo Redentor”, que se localizava ao lado da “Sessão de Mendicância”. Outros “desmandos” também foram denunciados. Inclusive uma testemunha (que não era um mendigo), em outra reportagem (mas do Jornal do Brasil) contou que a polícia tinha o hábito de “confiscar bens” de mendigos e roubar-lhes, e que aqueles que se recusavam a aceitar tal prática eram levados, desaparecendo.

Um delegado de Itaguaí menciona como corriqueiro o aparecimento de corpos naquela região. E que a prática de extermínio como estes não é algo novo em relação à polícia.

Ainda sobre o depoimento de mendigos à CPI, uma reportagem específica traz à tona o conteúdo da fala dos mendigos: Jarbas de Sousa Leite, Sebastião Severino da Silva,

Brasiliano Alves de Moura, Orzoninho Paulo Soares, Otacilio do Nascimento, Gabriel Ribeiro Figueiredo.

Sebastião menciona os espancamentos realizados no serviço, tornando o foco a atuação do Inspetor Alcino, ao que parece, um dos mais violentos do grupo. Mendigos morriam nestas sessões de espancamento. Segundo Sebastião, “Vomitando sangue como se estivessem arrebatados por dentro”. Brasiliano Alves de Moura confirma em seu testemunho ter presenciado a morte de Djalma “Perneta” por espancamento. E Otacilio do Nascimento denuncia que os funcionários “bateram muito” nele, querendo dinheiro. Diz ainda que não sabe como conseguiu escapar. Para Gabriel Ribeiro Figueiredo, o “Tranca Ruas” era “o pior deles”, que todos o temiam.

Orzoninho Paulo Soares denuncia o guarda civil José Mota. Segundo ele. Mota era quem lhes tomava o dinheiro. Diz Orzoninho “E era êle quem escolhia os que levava, toda sexta-feira para o Rio da Guarda”.

A comissão apurou que à chacina antecederam diversos crimes: homicídios no interior do que eles chamavam “Mendicância”:

Conforme UH (Última Hora) denunciou com exclusividade, o próprio Abrigo Redentor, cuja direção por certo ignorava os fatos, vinha recebendo corpos mutilados por infelizes flagelados por Jose Mota e seus sequazes. Sabe-se ainda que aquele abrigo chegava a receber cadáveres de mendigos assassinados na mendicância removendo-os então para o Instituto Médico Legal ou simplesmente sepultando-os como indigentes sem maiores explicações. Será procedida também uma devassa nos arquivos do Abrigo Cristo Redentor.(ÚLTIMA HORA, 1963)

Apurou-se que os “Mata Mendigos” realizavam “deportes” de pessoas há algum tempo, pelo menos desde 1956, e que neste caso da chacina tão noticiada, foram ao todo quatro viagens de outubro de 1962 a janeiro de 1963. O periódico “Diário de Notícias” enfatiza que posteriormente ao início das denúncias, subiu para 19 o número de corpos encontrados. À época da reportagem (de 1963) treze deles já haviam sido identificados.

Outros sujeitos também realizaram suas denúncias. Não foram poucas aquelas que tratavam do fato de policiais “roubarem” mendigos ou exigirem-lhe cotas e valores sobre o que alguns arrecadavam. Ou mesmo sobre abusos sexuais contra mendigas.

O setor da polícia que participava das investigações realizou na época visitas ao sítio do inspetor Alcino Pinto Nunes, apreendendo aproximadamente cem armas furtadas do Departamento de Polícia Política e Social, tendo também esclarecido algumas questões de relevância para as investigações: Sobre os espancamentos no interior do Serviço de Repressão

à Mendicância e sobre o mendigo “João Goulart”, que seria assassinado, mas conseguiu fugir do tintureiro. Este sítio, segundo o jornal, era uma espécie de “câmara de concentração” para onde semanalmente Alcino levava mendigos, escolhendo aqueles que seriam suas vítimas. Estas considerações coadunam com o depoimento de Orzoninho Paulo Soares.

Dada a repercussão do caso, o “Tribuna da Imprensa”, veículo ligado a Carlos Lacerda, preocupou-se em noticiar a expulsão dos “Matadores de Mendigos” da polícia. Enfatizou que crimes como estes ocorrem em todas as administrações, mas que sob seu governo, os culpados vão para a cadeia.

De acordo com discursos de Lacerda, cujos temas estão expostos em documentos no site do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o governador reforça a fala sobre a prisão dos responsáveis e afirma que são falsas as reportagens que acusam sua responsabilidade nos fatos. Em outros discursos ou falas públicas, defende-se das acusações de reacionário e assassino de mendigos. Desculpa-se em um dos discursos de deixar de falar sobre assuntos pertinentes à população para tratar desta defesa. Em outro momento (em 28/12/1963) segundo o documento, acusa os “comunistas” pela forma com que o caso foi exposto:

Perguntam-lhe sobre o episódio do extermínio de mendigos e ele retruca que fazia parte da técnica comunista pegar um fato real, atribuir-lhe origens e finalidades que não eram as reais e usar isso para destruir aqueles que podiam destruí-los. Assegura que o episódio dos mendigos foi um deles. Considera que os comunistas viviam da técnica da propaganda, da tal da denúncia que consistia em atribuir ao governo de Lacerda o extermínio de mendigos. Ele se defende dizendo que, inclusive, quando soube de um episódio de prática de violência contra um mendigo por policiais, estes sofreram as devidas punições. Acrescenta que tais policiais não foram nomeados por ele, e sim pelo presidente Getúlio Vargas e pelo Juscelino Kubitschek. Assinala que os mendigos da Guanabara eram tratados pela Secretaria de Serviço Social, e crê que essa era justamente a melhor resposta à calúnia. Completa comunicando que, salvo engano, era seu o primeiro governo do Brasil a elevar o Serviço Social à categoria de Secretaria de Estado, e ele não acredita que houvesse outro. (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO)

Lacerda reconhece também, conforme consta nos relatos, que sua imagem como “o mata mendigos” acabou por “correr o Brasil inteiro”.

De fato, o caso repercutiu de tal maneira, que o governador passou a ser chamado nos mais diversos veículos pela alcunha mencionada acima. E não somente ele como parte de sua equipe. Foi o caso de Sandra Cavalcanti, a Secretária de Assistência Social do governo Lacerda.

Tivemos acesso, pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a um documento do STF acerca de um julgamento que envolvia Sandra e Miro Teixeira, ambos sendo candidatos ao pleito de 1982 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sandra processara Miro Teixeira por calúnia e difamação quando, em um programa de debate político, este a acusou de ter responsabilidade pela chacina de mendigos no Rio da Guarda. Isto demonstra que de fato o episódio sobre o qual falamos teve de repercussão, marcando inclusive trajetórias políticas.

Os acontecimentos do Rio da Guarda originaram uma espécie de preocupação com a construção de serviços destinados à mendicância que fossem distintos daquele ofertado pelo Serviço de Repressão à Mendicância, que fora extinto. Em seu lugar criou-se um setor no interior da Secretaria de Estado de Serviços Sociais. Sandra Cavalcanti foi a responsável por planejar o chamado “Centro de Recuperação de Mendigos” (BENZECRY, 1977). Em reportagem de 1965 da Tribuna da Imprensa, são noticiados itens da agenda de Lacerda, que inaugurou o Centro de Recuperação de Mendigos. Passaria a funcionar no mesmo prédio em que funcionava o Serviço de Repressão à Mendicância. E em uma reportagem de 1966 mencionam que funcionaria sob a coordenação da assistente social Yeda Benzecry. Yeda foi quem escreveu uma das teses que tornamos dado o movimento de nosso estudo, fonte de pesquisa para o uso proposto da história.

Um dos objetivos do serviço recém criado era o recolhimento de mendigos que se encontram nas ruas ou em outros órgãos. Ou mesmo a partir da procura espontânea destes. Apreende-se que o objetivo era recolher para recuperar e integrar essas pessoas à sociedade, conforme texto de Benzecry. Funcionava a partir de duas unidades: uma em Bonsucesso e outra em Campo Grande. Na tese, Benzecry menciona que os mendigos não participam do desenvolvimento social do país, por isso precisam ser recuperados. Mais uma menção à ideia de não produtividade como algo que possa ser motivo de “recuperação”. Se é passível de recuperação, é algo que foge aos padrões que se considera aceitáveis, quais sejam, a produção ou produtividade.

Na década de 1970, conforme indica Braga (1976), cria-se a Divisão de Assistência Ao Mendigo, incorporada ao Departamento de Serviços Assistenciais. Passa a ser parte da Fundação Leão XIII. E conta com o Centro de Triagem de Bonsucesso, o Centro de Recuperação Social de Campo Grande, o Centro de Triagem de Fonseca e o Centro de

Recuperação Social de Itaipu. Duas no extinto Estado da Guanabara e duas em Niterói, cujo objetivo era o de recuperar o mendigo para uma vida útil na comunidade.

Em 1963 também fora fundada por Dom Hélder Câmara, Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Comunidade Emaús do Brasil, para acolhimento à população que vivia nas ruas do estado.

A mendicância, portanto, apresenta-se como motivo de preocupação social pelo Estado e de outros grupos, para além de incidência anunciadamente repressiva sobre ela. Contudo, isto não garante que a repressão não estivesse e não esteja nos serviços públicos vinculados à assistência social.

De uma denúncia realizada por Olindina Alves Jupiassu, a construção de uma narrativa pública que moveu o poder público a construir outras maneiras de lidar com o fenômeno da mendicância. De sujeitos mencionados sem nome, mendigos puderam falar, nomeados, acerca de violências sofridas por eles. A mendicância vem à cena pública com grande repercussão. Entra na agenda do governo em um esforço de demonstrar uma mudança de perspectivas porque há inúmeras formas de pressão sobre ele.

Todavia, as violências e repressão não se iniciaram naquele momento. E mesmo alguns daqueles grupos ou periódicos que rechaçaram o massacre do Rio da Guarda, antes cobravam providências governamentais em relação ao fenômeno, acusando os governos de manter relação de complacência com alguns mendigos:

“Niterói ultimamente virou paraíso dos desajustados, delinquentes, loucos e marginais de toda ordem. Somados, atingem mais de dois mil e entre eles contam-se centenas de crianças. Não tem pouso certo, não pertencem a qualquer sindicato nem possuem títulos eleitorais. São gente a margem da lei e da sociedade e por isso ninguém lhes dá importância. Salvo o Abrigo Cristo Redentor, já superlotado. [...]É um quadro comovedor e ao mesmo tempo repelente. Não faltam aqueles que, para comover o passante, exibem chagas que não saram nunca. O público vê com desagrado essa triste exibição de miséria e abandono em Niterói. Mas as autoridades fazem vista grossa ao assunto e o problema continua sem solução. A prefeitura ao que parece acha que o caso não é consigo, tanto assim que não dispõe de um serviço razoavelmente aparelhado para recolher essa gente aos abrigos do Estado ou onde seja possível alojar decentemente. E como nenhuma providência é tomada, a mendicância aumenta constantemente em Niterói. (ÚLTIMA HORA, 1959)

Importante destacar o incômodo com a “triste exibição de miséria e abandono”. Desta maneira já temos um elemento: a exibição. A população que vive nas ruas da cidade incomoda transeuntes. E foi motivo de notícia nestes termos e um jornal que posteriormente seria um feroz crítico de atitudes repressivas dos governos.

As violações às pessoas em situação de rua vieram de antes e continuaram. Mesmo os serviços do Estado não denominados “policiais” podem ter uma perspectiva repressiva.

Todavia, antes também tínhamos perspectivas vinculadas às políticas. Antes mesmo da administração de Lacerda, o jornal de viés nacionalista “O Semanário”, questiona que a mendicância seja um caso de polícia e menciona as inadequadas condições de trabalho no Serviço de Repressão à Mendicância:

Para as autoridades, a mendicância do Rio ainda é caso de polícia. A Prefeitura mantém um Departamento de Assistência Social, mas é Departamento Federal da Segurança Pública através da Delegacia de Vigilância, através da Segurança Pública, que está a cargo de dar um jeito no miserável que recolhe níqueis no meio da rua. Daí o problema ter apenas um ângulo entre nós: Limpar a cidade de Mendigos, o que quase identifica o Serviço de Repressão à Mendicância com o Departamento de Limpeza Urbana. Mesmo em se tratando de limpeza, o serviço é mal feito. Apenas três turmas, que se revezam das seis horas da manhã à meia noite, cada uma cumprindo um período de seis horas. Fazem a repressão, o que significa um carro com dois investigadores encarregados de catar mendigos em todo o Distrito Federal. E o que é feito com o mendigo preso? É recolhido ao depósito do Serviço de Mendicância, instalado em casarão de um andar na Rua Conde de Bonfim, onde fica durante algum tempo, sem ter nada o que fazer. Se está doente, é mandado para o Abrigo Cristo Redentor, instituição particular que colabora com a polícia. Se não está doente, é solto depois de alguns dias, porque a polícia não sabe o que fazer com ele, e se soubesse não teria recursos para fazê-lo. Estabelece-se assim, o círculo vicioso: a polícia prende o mendigo apenas para soltá-lo novamente, sem que o período de prisão implique em qualquer tentativa de recuperação. O Serviço de Repressão não tem Assistentes Sociais, mas somente policiais. Organizado em 1942, o Serviço de Mendicância já recolheu cerca de 10 mil mendigos, entre eles, agrônomos, mecânicos, serralheiros, carpinteiros e até professores, isto é, gente que tem profissão certa. Isto revela outro aspecto do problema: mendicância não é a única preocupação. Como mendigos, porque pedem dinheiro, são recolhidos alcoólatras, pessoas que têm um vício e precisam de tratamento médico. O tratamento, no entanto, é policial para todo mundo. Adalberto Couto é diretor do Serviço há sete anos. A sua maior glória é ter conseguido recuperar exatamente 204 pessoas, recolhida na rua em estado miserável entre elas, um professor de inglês. Foi trabalho pessoal que corre o risco, inclusive, de ser classificado como ‘exorbitação de funções’ pela burocracia policial. O depósito com que consta o serviço dá apenas para 70 mendigos, assim mesmo apertando. Como diretor, promete êle um edifício abrigo na Zona Rural, com capacidade para mil mendigos, e um bom trabalho de assistência social. Os mendigos que esperem. (O SEMANÁRIO, 1956)

As disputas de projetos e concepções sobre a mendicância e a atuação do Estado junto a esta expressão da questão social não inexistia. Parece-nos que não existia unanimidade, sequer antes da vinda à cena pública dos pormenores do massacre em relação às respostas para a mendicância por parte da administração pública. Isto demonstra novamente a relevância de não pensarmos as questões de maneira linear. Ter projetos em disputa não quer dizer que eles tenham a mesma força, mas que eles existem.

Com a denúncia de Olindina, da repercussão do caso e de outros indícios, como os depoimentos de mendigos e de outros sujeitos, observamos que o fenômeno antes alcunhado de “mendicância” não era tão invisível assim. Não eram Macabéas que foram vistas apenas dada a hora de sua morte. Eles já estavam lá. Já ocupavam o espaço público, o espaço da passagem e da circulação de pessoas e mercadorias. Já eram noticiados. Já tinham existências e possivelmente estratégias de resistências. Todavia, nos parece verdadeiro que neste contexto, vieram à cena pública de maneira distinta da habitual: não era necessariamente “coitados” passíveis de receber a caridade pública ou aqueles a quem o governo deveria remover da paisagem urbana, mas protagonistas, também donos da fala. De certa forma, adquiriram uma existência pública sob um prisma distinto a partir do episódio. Ainda assim, não se pode negar os usos políticos disto.

E novamente destacando a repercussão em relação ao massacre, lembramos Nicolau Sevcenko (2010) em sua obra “Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes”, naquele episódio, sujeitos vinculados à política partidária tentaram dar este viés às mobilizações. A intenção era usufruir do que ocorria para fazer deslanchar seus próprios projetos políticos.

Aqui não se tratava de uma mobilização, mas é possível perceber o quanto a oposição ao governo tentou usar do episódio, contribuiu para sua repercussão, bem como se utilizou desta repercussão. Ainda assim, é possível perceber que os ditos “mendigos” e “mendigas” aproveitaram desta hora em que foram vertidos em “estrelas” para denunciar as violências que vivenciaram. E sim, é nítido que incomodou ao governador e sua equipe. Logo o Serviço de Repressão à Mendicância fora extinto e um serviço com uma denominação “social” fora inaugurado no mesmo lugar em que o outro existira. Mas isto não quer dizer que esta atitude tenha sido algo “novo” ou mesmo que a repressão acabaria aí. Mas este episódio pode ser um

fio para compreendermos a relação entre Estado, população em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro.

3.2. Outras histórias

Ao longo do nosso trabalho de campo, sobretudo no trabalho inicial de observação, mas também nas entrevistas e na coleta e análise de documentos, foi possível obter informações sobre a relação entre população em situação de rua e o Estado no Rio de Janeiro. Mas não somente com o Estado. Nestes cenários, assim como na situação do Rio da Guarda, sempre surgem momentos em que é possível detectar algumas reações do que alguns chamam de “opinião pública”.

Durante o processo de pesquisa inclusive, um fato foi bastante mencionado e apareceu com frequência nos dados coletados, uma vez que eu se fazia recente, e dada a mobilização que provocou: o assassinato de uma mulher em situação de rua em Copacabana²⁴.

A mulher era conhecida como Jaqueline e era bastante conhecida no bairro da Zona Sul do município do Rio de Janeiro. Provavelmente o crime ocorrera durante a madrugada. Conforme relato da comissão especial para acompanhar e analisar a situação da população em situação de rua, instituída na Câmara do referido município, o presidente da comissão fora procurado por uma pessoa que atuava junto a pessoas em situação de rua, uma psiquiatra, que lhe denunciou o ocorrido. A profissional solicitava que fossem empreendidos esforços para que a vítima fosse identificada e o crime investigado.

A Comissão especial oficiou o IML de pronto, logo no dia seguinte à provocação da psiquiatra. Por coincidência, lembramos aqui, que este dia seguinte era o dia em que é comemorada a luta das pessoas em situação de rua. Lutas estas que serão melhor abordadas no próximo capítulo. A Delegacia de Homicídios também foi acionada.

A mulher, conhecida como Jaqueline que, segundo relatos tinha algum transtorno mental, fora identificada como Fernanda Rodrigues dos Santos, natural de Anápolis – Goiás, nascida em 11/09/1977. Assim como os “mendigos” do Rio da Guarda, a pessoa em situação de rua Fernanda fora identificada. Não seria enterrada como “indigente”. Mobilizações de sujeitos vinculados ao poder público em ambos os casos resultaram na identificação destas

²⁴Vide: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradora-de-rua-e-morta-a-tiros-em-copacabana-zona-sul-do-rio.ghtml>- Último acesso em 01/10/2018.

peças. Agora, contudo, existe uma comissão municipal para tratar de situações referentes às pessoas que vivem nas ruas. A título de “novidade” e não de conservação, temos novos sujeitos com histórico de preocupações com os direitos de pessoas em situação de rua, para além de momentos em que estes encontram-se “ensanguentados no espaço público”.

Pela memória de Fernanda, um ato fora convocado para 15/11/2017. O presidente da Comissão redigira uma carta para a convocação, de onde extraímos o trecho abaixo:

Fernanda deixou a legião dos invisíveis das ruas do Rio e se uniu à legião dos mártires cariocas vítimas da segregação social, como os que foram assassinados nos anos 60, na operação conhecida como Mata Mendigos, processo de higienização que pretendia “limpar” a cidade para a visita da Rainha Elizabeth. Seus corpos foram encontrados boiando nos rios Guandu e da Guarda. Sua morte estará para sempre associada à chacina das oito crianças que dormiam nos arredores da Igreja da Candelária em 1993 e de tantas e tantos que, de tão invisíveis, acabaram sendo enterrados como indigentes, sem nenhuma responsabilização de seus algozes. Precisamos dar um basta a essa rotina de covardia e violência contra os mais desfavorecidos em nossa sociedade. (CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2017)

Segundo a ideia do trecho, a chamada “higienização” ou “limpeza” da cidade aparece como uma permanência. Algo que teria ocorrido no massacre dos Rios Guandu e da Guarda e na Chacina da Candelária²⁵, quando oito meninos em situação de rua foram mortos em frente à Igreja da Candelária, na região central da capital Rio de Janeiro. E também utiliza a palavra “invisíveis” e relata que a violência contra os “desfavorecidos” é algo rotineiro.

Entendemos que muitas mortes de pessoas em situação de rua não são notabilizadas, não ganham as mídias e hoje em dia as redes sociais. Diversas mortes e violências permanecem impunes. Continuamos defendendo que a questão é por quem e como são vistos. Silva (2009) nos alertou que uma das características do fenômeno é sua “naturalização”. Enxergando a aparência, em geral não buscamos os determinantes e por isso parece-nos algo individualizado ou culpa de quem ali está, vivenciando a situação. Não estamos munidos de abstrações suficientes que nos levem às causas estruturais ou mesmo às causas biográficas que também podem ter como indutoras questões que têm a ver com relações sociais mais recorrentes. E talvez, esta naturalização faça com que pareçamos inertes e insensíveis muitas

²⁵ Sobre a chacina da Candelária, vide <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/sobre.htm> - Último acesso em 01/10/2018. Segundo a reportagem, “Em 1993, na madrugada de 23 de julho, oito meninos de rua que dormiam em frente à Igreja da Candelária, no Rio, foram mortos a tiros. O crime chocou o país e o mundo”

das vezes, não enxergando os sujeitos que fazem das vias públicas seus espaços de moradia e sustento. E esta “naturalização” pode aparentar uma invisibilidade. Não conhecemos suas trajetórias, suas histórias ou seus nomes de batismo, como foi o caso de Jaqueline/Fernanda, mas isto não quer dizer que enquanto fenômeno não sejam notados.

As investigações do “caso” de Fernanda levaram até os dois suspeitos, um lutador de MMA e um médico. Houve notícias de que ambos pertenciam a um grupo de internet que incitava violência contra pessoas em situação de rua na Zona Sul do Rio de Janeiro. No grupo foram detectados relatos de espancamentos de pessoas em situação de rua combinados por ali e outros relatos sobre combinações de outros atos violentos.

Nos casos do Rio da Guarda e Guandu e da Candelária, descobriu-se que os “algozes”, conforme as palavras utilizadas pelo vereador, eram pessoas que representavam o Estado. Policiais e funcionários do Serviço de Repressão à Mendicância no primeiro caso e policiais militares no segundo.

Em uma fala pública, um representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)²⁶, avalia que o Estado tem sido um grande violador de direitos de pessoas em situação de rua. Comenta sobre os episódios ocorridos na época em São Paulo, sob a gestão do prefeito do PSDB João Dória. Segundo ele, a proposta do tucano era de internação compulsória de pessoas em situação de rua que faziam uso de drogas. E, segundo o representante da comissão da ALERJ, houve debates em torno disto porque a atitude ganhou as manchetes.

Ele menciona a Resolução 20 da SMAS do Rio de Janeiro que implementava o protocolo de abordagem social e serviu como base para uma política de internação compulsória. “Levada a cabo pelo então secretário Rodrigo Bethlem. Assessor especial do atual prefeito [Eduardo Paes] no processo da eleição do ano passado”. Avalia que em 2011 perdeu-se o debate com a opinião pública, que apoiava as práticas da prefeitura.

A diferença observada é que no caso da prefeitura do Rio de Janeiro não havia respaldo legal ou autorização judicial, mas havia uma articulação entre setores do judiciário legitimando tal ação. Por isso a prática durou meses.

²⁶ Relato realizado quando o representante compunha uma das mesas no I Seminário Estadual de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro em 06/06/2017.

A Resolução 20 de 27 de maio de 2011²⁷ mencionada pelo representante da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, estabelece um protocolo de atuação para o Serviço Especializado em abordagem social na prefeitura do Rio de Janeiro. A título de esclarecimentos, o mencionado serviço é regulamentado e estipulado em normativas federais e vinculados à política pública de assistência social.

Como um comentário não sem pretensões, lembramos que em 2009 o Rio de Janeiro foi eleito como cidade sede das Olimpíadas de 2016.

No texto da Resolução é possível ler trechos em que o protocolo é realização da escuta das pessoas em situação de rua, encaminhamento para a rede, encaminhamento para abrigos. Todavia, também lemos:

§3º A criança e o adolescente que esteja nitidamente sob a influência do uso de drogas afetando o seu desenvolvimento integral, será avaliado por uma equipe multidisciplinar e, diagnosticada a necessidade de tratamento para recuperação, o mesmo deverá ser mantido abrigado em serviço especializado de forma compulsória. [...]§4º Não obstante o previsto nos §§ 2º e 3º deste artigo, a criança e o adolescente acolhidos no período noturno, independente de estarem ou não sob a influência do uso de drogas, também deverão ser mantidos abrigados/acolhidos de forma compulsória, com o objetivo de garantir sua integridade física. [...] (SMAS,2011)

Além do precedente, observa-se no formulário de mapeamento das abordagens sociais, entre as situações encontradas a “mendicância”, termo que caíra em desuso no âmbito das normativas das políticas públicas para população em situação de rua.

Ao longo da pesquisa, também ouvimos inúmeros relatos sobre violências cometidas contra a população em situação de rua. E atuação repressiva conjunta de diversos órgãos como aqueles vinculados à assistência social, limpeza urbana, guarda municipal. Ações realizadas em conjunto, muitas das quais contendo violações, violências e abrigamentos compulsórios de pessoas em situação de rua. Também ouvimos sobre a precarização dos serviços, principalmente os de abrigos.

Relatamos a situação de um município da Região Serrana do Rio de Janeiro, em que o empresariado local tinha um grupo em um aplicativo em que, entre outros assuntos, era

²⁷ A Resolução pode ser obtida no site da hoje denominada Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/37082Res%20SMAS%2020_2011.pdf – Último acesso em 01/10/2018.

pensada uma maneira de “acabar com a população em situação de rua”. Este grupo, conforme o relato, financiava artigos e insumos para sujeitos ligados à política de segurança do Estado, demonstrando a prevalência do privado em nossas relações sociais.

Também ouvimos que dias após a morte de Fernanda, um homem em situação de rua foi morto carbonizado em um túnel na zona sul do Rio de Janeiro.

Escorel (2003) relata que “em junho de 1999, por ocasião da Cimeira da América Latina e da União Europeia, a cidade do Rio de Janeiro foi preparada para receber convidados ilustres. ‘Até os cerca de 1500 mendigos que vivem sob os viadutos deverão sumir da paisagem, de acordo com o secretário de governo’” (p.154). A última frase Escorel extraiu de uma revista brasileira, tendo sido dita por Ailton Aguiar, que fazia parte da gestão de Luiz Paulo Conde (PFL) na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Encontramos a este respeito, uma reportagem de 1999 cujo título era “remoção de mendigos no Rio gera polêmica”. Anuncia que Airton Aguiar, Secretário de Governo, iniciaria uma operação para retirada de pessoas em situação de rua de locais por onde passariam as delegações participantes da Cimeira. Todavia, o prefeito negou que tenha orientado a respeito das remoções:

Airton Aguiar Ribeiro dissera à **Folha** que o prefeito Conde lhe dera ordens expressas para que no máximo até amanhã os cerca de cem mendigos que vivem no Aterro do Flamengo fossem retirados. A operação de retirada da população de rua se estenderia, segundo ele, pelos bairros da zona sul, principalmente Glória, Catete, Urca e Botafogo, e o centro. Os bairros fazem parte do trajeto por onde passarão os chefes de Estado. Fiscais da prefeitura realizaram ontem uma operação de retirada de todos os camelôs do Parque do Flamengo. Segundo o secretário, não houve tumulto, e alguns camelôs, que não tinham licença para trabalhar na área, tiveram o material apreendido. [...] Segundo o secretário, a “Operação Tolerância Zero” com relação aos camelôs já está sendo feita desde janeiro, mas foi intensificada por causa da área para a Cimeira. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/06/1999²⁸).

Diversas pessoas passaram pela gestão da prefeitura do Rio de Janeiro e pelo governo do Estado, mas as atitudes em relação à limpeza da cidade para o turismo ou para grandes eventos, retirando o espaço público figuras esteticamente incômodas é uma permanência. A menção à uma política higienista foi realizada algumas vezes. A visita da Rainha Elizabeth, a Cimeira, a Copa do Mundo, as Olimpíadas. Eventos e pretensões cotidianas também.

²⁸ Vide em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff18069921.htm> - Último acesso em 01/10/2018.

A gestão de Luiz Paulo Conde não trouxe apenas “Operação Tolerância Zero”, conforme explicitado na reportagem da Folha de São Paulo, mas também uma atuação segregadora em relação à população em situação de rua, também operada por seus antecessores. Conde já tinha hábito de gradear viadutos e outras e empreender outras estratégias “antimendigos”. Segundo ele, de acordo com dada reportagem, a rua não era local para ninguém morar.²⁹

Outro fato relevante e que demonstra mais uma vez que a repressão tem sido uma continuidade, foi a “Operação Choque de Ordem”, levada a cabo na cidade do Rio de Janeiro com concentração no ano de 2009, sob a gestão de Eduardo Paes. Na justificativa para sua existência, dão conta da crítica à desordem urbana e criticam-na. Observamos uma composição que alia ideias higienistas de saneamento do espaço urbano, criminalização da ocupação do espaço público, ideias moralistas e uma noção de cidade que não contempla determinados grupos:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade.³⁰ (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2009)

Observamos como característica a violência e o tratamento mais repressivo contra pessoas em situação de rua. Mesmo em espaços relacionados à política de assistência social, temos relatos de relações truculentas: por exemplo, em abrigos e por algumas equipes de abordagem social. A repressão a assistência podem ser um binômio no trato à questão social historicamente conforme trata Yamamoto. Não negamos. Mas isto não é algo como revezamento: tempos de assistência focalizada e tempos de repressão, sobretudo no caso desta grave expressão que é a população em situação de rua, e no caso do Rio de Janeiro.

²⁹ ALCALDE, L. Arquitetura dos excluídos: moradores de rua buscam alternativas diante de obstáculos criados nas cidades que os impedem de se abrigar em espaços públicos. Em: Isto é. 17/02/1999. Último acesso em 10/10/2018.

³⁰ Esta exposição pode ser acessada em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137> – Último acesso em 01/10/2018.

Notemos que não somente a população em situação de rua, mas sujeitos que de alguma maneira ocupam o espaço público contrariando regras estabelecidas por governos. Podemos desde já observar que as ações destes governos não são isoladas ou coincidentes. Não há coincidência, mas um modo de gerir as cidades que não contempla a maior parte das pessoas.

Para além de violências físicas, observamos situações que nos desafiam em relação ao acesso às cidades.

Parte da bibliografia consultada e os dados nos fazem afirmar que a configuração das cidades, sua estética e segurança parecem ser ameaçadas pela presença de pessoas em situação de rua, a que estamos considerando vitrine das possibilidades do pauperismo a olho nu. Estas cidades oferecem diversos obstáculos e algumas possibilidades às pessoas em situação de rua. A violência é uma faceta que não pode e não deve ser ignorada, por ser uma permanência e continuidade em relação à maneira com que Estado e sociedade lidam com a questão.

Nos textos (destacamos o artigo de Pizzato,2012) e nos dados coletados, observa-se que têm aumentado as estratégias de produção de arquiteturas e ações “antimendigos”. Embora em geral se mantenham nos espaços públicos como as calçadas e sob marquises, estes espaços têm sofrido intervenções para evitar a permanência de pessoas em situação de rua. Como por exemplo, a estratégia de molhar as calçadas, principalmente em dias frios, a construção de entraves para que as pessoas em situação de rua deitem em bancos de praças³¹. Na entrevista realizada com o vereador Reimont, esta questão também apareceu. Reimont comenta sobre este uso privado do espaço público que segrega determinados grupos:

Eu acho que as respostas do poder público são respostas [...] Infelizmente, muito da nossa política, muito da formação política do povo brasileiro, é como a formação da polícia. É pra reter os pobres e pra beneficiar os poderosos. [...] Ontem eu disse “Eu estou de olho nas cancelas colocadas em Laranjeiras”³², porque a segurança privada colocada ali é uma segurança

³¹ Uma notícia / reportagem sobre o assunto pode ser acessada em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/09/alem-de-chuveirinho-rio-tem-holofotes-pedras-e-grades-antimendigo.htm> . Último acesso em 01/10/2018. Importante observar as fotografias da matéria, para que se possa ter noção da estética desta arquitetura “antimendigos”.

³² Reimont se referia uma prática legitimada por uma lei municipal no Rio de Janeiro, que demonstra o caráter cada vez mais privatizado da cidade. Para informações jornalísticas a respeito, vide <https://oglobo.globo.com/rio/lei-autoriza-que-moradores-de-vias-com-cancelas-impecam-entrada-de-carros-pessoas-21595032> . Último acesso em 10/10/2018.

privada pra expulsar a população em situação de rua! E a gente sabe que as pessoas têm o direito de ir e vir numa cidade! [...] Quando o prefeito apresenta um Decreto autoriza moradores de vias com cancelas que impeça a entrada de carros e pessoas. Quando isso acontece é bem possível que, se eu chegar lá de terno e de gravata ou mais ou menos bem vestido, é muito mais difícil de eu ser impedido do que uma pessoa em situação de rua. Então, assim, as respostas do poder público são também as respostas da sociedade. A política, ela não é apartada da sociedade. A política é feita por aquilo que a sociedade concebe. E nós estamos vivendo tempos de muito conservadorismo, de muito de muito fechamento. Estamos vivendo tempos de muita intransigência, de muita intolerância com o humano. O humano que é mais solapado, que historicamente foi mais solapado pela sociedade, e que portanto está desfigurado invisível, esse humano que é mais desmerecido nesse momento. Então... eu acho que as respostas da classe política ou dos poderes constituídos infelizmente é uma resposta pra o momento político que a gente tá vivendo, que é uma resposta de política retrógrada, não é uma resposta de política que avança. (ENTREVISTA REIMONT, 2017)

Concordamos que muito do que é feito pelo poder público ocorre em resposta aos anseios da “sociedade”, mediante cobranças que lhe são feitas. Vimos no caso da chacina do Rio da Guarda que antes de vir à tona todo o massacre, veículos da imprensa traziam também anseios de muitas pessoas pelo fim da mendicância ou pelo recolhimento de pessoas em situação de rua, na época denominados e até mesmo homogeneizados como “mendigos”. Mas a repressão e os elementos “anti-mendigos” constituem permanências. Modificam-se apenas as estratégias, outras se tornam mais sofisticadas a depender do contexto e do território.

As respostas da sociedade têm relação com a criminalização destes grupos e produção do medo no cenário urbano. Mike Davis (2006) menciona a arquitetura do medo e as crescentes estratégias de privatização do espaço público e de isolamento urbano em algumas partes das cidades. Menciona em diversas partes do mundo as estratégias como fechamento de ruas públicas, “cruzadas pela demolição de favelas” e construção de condomínios fechados ou pequenas cidades, com é o caso de Alphaville em São Paulo. E, sabemos, o caso de diversos condomínios no bairro Barra da Tijuca no Rio de Janeiro:

[...] Teresa Caldeira escreve que a “segurança é um dos principais elementos da publicidade e obsessão de todos os envolvidos”. Na prática, isso tem significado justiça com as próprias mãos contra criminosos e vadios invasores, enquanto a juventude dourada da própria Alphaville pode fazer loucuras; um morador citado por Caldeira afirma: “A lei existe para os mortais comuns, não para os moradores de Alphaville”. (p.123)

As cidades, principalmente as metrópoles, são retratos das desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

Outras estratégias “anti-mendigos” das quais lançam mão nas cidades, muitas das vezes por via instituições assistenciais são os incentivos para que deixem determinado território. Destacamos que muitas pessoas em situação de rua são trecheiras ou andarilhas, mas muitas das vezes a saída do território é incentivada por políticas que consideram um êxito a estratégia do “recambiamento”.

Em 2015, quando atuava no município de Itaguaí, estive em uma reunião no município de Angra dos Reis com representantes de municípios da Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro e alguns outros. Temos documentada a memória do encontro anterior que havia ocorrido em Volta Redonda, do qual o município de Itaguaí não participou. Fomos convidadas para a reunião em Angra porque o debate seria o atendimento à população migrante em situação de rua.

No encontro em que estivemos presentes, ficou claro que os municípios tinham grande preocupação em encaminhar as pessoas em situação de rua para municípios vizinhos. As falas eram de que aquelas pessoas não eram do município em questão. Não havia um entendimento de atenção àquela pessoa, mas de como ela poderia sair dali para não ser mais uma questão. A palavra “recambiamento” e a comemoração pelo embarque de pessoas em situação de rua para outros municípios como uma política efetiva e interessante foi bastante frequente. A fala sobre “Ele não é daqui” é muito recorrente quando se atua com população em situação de rua. Atuar com qualquer população migrante é um desafio desde os tempos pré-industriais, quando uma das políticas vigentes era encaminhar as pessoas em situação de mendicância, vadiagem ou miséria para suas paróquias de origem. Não é à toa que parte da bibliografia aponta a mobilidade humana tal como ocorre hoje como um dos desafios para os estudiosos da questão social. Pelo visto, no Estado do Rio de Janeiro não é diferente. E percebemos o quanto ainda há dificuldade de “enfrentamento” da questão.

Conforme já mencionamos, a população em situação de rua no caso do Rio de Janeiro está concentrada onde há circulação de oportunidades de manutenção de sua subsistência ou reprodução de sua vida e também locais onde à noite há menor circulação de pessoas e é possível manter uma espécie de privacidade.

No caso do município do Rio de Janeiro, pela própria configuração da cidade e a desigualdade na distribuição de serviços, temos pessoas que passam a semana nas ruas por não ter dinheiro de passagem para retornar do lugar onde estão desenvolvendo alguma atividade para obter renda ao local de moradia (ESCOREL, 2003). Por isso permanecem nas ruas ou em instituições como albergues e abrigos. A segregação urbana gera mais segregação. Pessoas que têm moradia distante do local onde têm opções para sua subsistência e não têm dinheiro para o transporte de volta. Muitas facetas da segregação forjada ainda nos idos séculos XIX e XX. Para Maricato (2013), a melhoria nas condições de vida da população estão no horizonte para além da distribuição de renda. Esta distribuição é fundamental, mas é necessário que haja políticas públicas urbanas. É importante dizer isto, para compreendermos esta característica de parte da população em situação de rua no Rio de Janeiro e o quão atrelada ela está com a questão urbana e do acesso à cidade.

A cidade é um espaço de disputas. E é onde ocorre a reprodução da vida. Não se pode ignorar que as desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista se reproduzem no âmbito destas cidades. A massa sobrando vive no espaço urbano como uma vitrine da perversidade da reprodução da riqueza que para existir precisa reproduzir na mesma proporção a pobreza. Segundo Maricato (2013),

[...] não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. (p.20)

Há uma disputa, é preciso repetir. E é preciso compreender a quem servem as cidades e as resistências que se dão em seu âmbito.

As desigualdades operam resistências e também efeitos adversos às estratégias daqueles que gerem as cidades para o capital. Burszty (2003) analisa que na década de 1960 houve um importante movimento de remoções nas áreas centrais do Rio de Janeiro e transferência de populações faveladas para locais distantes dos grandes Centros, onde ainda permanecem os centros econômicos da cidade. Todavia, como bem expõe Maricato (2013), a cidade e a qualidade de vida também têm relação com a gestão urbana. Tem relação com a forma de oferta de serviços e infra-estrutura para além da renda monetária. Quando afastadas dos Centros também destas ofertas, as pessoas perdem condições/qualidade de vida. Hoje (e

não somente hoje, conforme pudemos detectar, este foi um movimento contínuo de permanências), a pobreza volta ao Centro sob a forma de miséria extrema, causando o que o autor chama de mal estar e aparentando uma ameaça à segurança.

Em Relação ao massacre do Rio da Guarda, as situações mais recentes parecem trazer à cena outros atores e possibilidades normativas. Mas a isto atentaremos com mais cautela em outro momento.

Entender o conjunto de relações urbanas que se desenha no Rio de Janeiro e a construção disto que chamam “higienismo” é importante para que possamos desvelar um pouco mais sobre nosso objeto de estudos.

3.3. Cidade do encontro, cidade para o mercado: uma mediação possível

Cecília Coimbra (2001) relata que Carlos Lacerda governou o extinto Estado da Guanabara de 1960 a 1965, sendo um dos administradores que deu continuidade ao projeto urbano de Pereira Passos, que esteve à frente da gestão do Rio de Janeiro no início do século XX. Segundo ela, Lacerda realizou obras, procedendo na abertura de viadutos e construção de avenidas. Deu continuidade a uma política voltada para o mercado externo. A cidade deveria ser propícia para que as mercadorias circulassem, para que determinadas pessoas circulassem.

O governo se deu em um período de expansão industrial e urbana.

A administração de Lacerda também foi caracterizada por remoções de pessoas da área central do Estado. Em nosso material empírico durante a pesquisa com fontes, também foi possível detectar alguns desses episódios, embora este não fosse nosso foco. Em um deles, uma reportagem do Jornal pecebista “Novos Rumos” menciona uma remoção:

Quando Sandra, a mal amada lacerdista na sua agitação disse que os favelados seriam removidos ‘com todo respeito, com toda atenção e com todo critério’, eles comentaram: ‘Governo que mata mendigo não tem respeito pra com nenhum ser humano’. E reafirmaram ‘Não sairemos de nosso morro. Se quiserem melhorar a nossa vida, muito bem – é uma obrigação de qualquer governo – mas vai ter que ser aqui mesmo. Exigimos a urbanização do morro: isto é que nos melhorará a vida. (NOVOS RUMOS, 1963)

Mas como destaca Coimbra, este tipo de política urbana não foi iniciado com o alcunhado governador “Mata Mendigos”. Ela menciona que desde Pereira Passos a política

higienista e de remodelação urbana, com expulsão da miséria e da pobreza do Centro vem se desenhando.

Para Oliveira (2013a), as cidades no Brasil são criações estatais. Ele nos alerta para a construção destas cidades e deste modo podemos compreender melhor como esta construção implica na vida das pessoas, neste caso com enfoque na vida das pessoas que estão/estiveram em situação de rua.

O lugar do Brasil na DIT (Divisão Internacional do Trabalho) desde a colônia era o de fornecimento de produtos primários para o mercado internacional, conforme já abordado. Tratava-se de uma economia agroexportadora. Para exportar, fazia-se necessário que houvesse locais de circulação e escoamento das mercadorias. Embora a produção ocorresse no âmbito rural, a necessária administração da burocracia, bem como a circulação e escoamento de mercadorias ocorriam nas cidades, que eram elos entre a produção e a circulação. Era preciso organizá-las para tal feito. E, segundo Oliveira, em entrevista concedida a Duarte e Barros (2013), o fato de ter sido capital por quatro séculos, concedeu ao Rio de Janeiro certo protagonismo. Para ele, apesar de ser corrente o entendimento acerca do crescimento urbano pós industrialização, é preciso entender como antes disto as cidades já se constituíam centros burocráticos.

A nossa economia baseada na monocultura exploradora e no latifúndio não permitiu a criação de pequenas aldeias no entorno de zonas de produção diversificadas, assim como na Europa. A urbanização foi iniciada em torno de algumas cidades apenas, que constituíam o centro burocrático, como era o caso do Rio de Janeiro. Este mesmo Rio de Janeiro que no início do século XX apresentava uma atividade portuária intensa, mas condições de vida degradantes para a população que ali vivia. Fazia-se necessário, sob a lógica da mercadoria, pensar em formas de escoamento do que era produzido, com maior rapidez e que a cidade apresentasse capacidade de atrair investimentos estrangeiros.

Sevcenko (2010) analisa este momento, questionando que não seria possível reformar o porto sem uma “remodelação urbana” e esta remodelação deveria estar acompanhada de um saneamento da cidade, uma vez que não seria atrativo vir e estar em um espaço urbano marcado por doenças e pela desordem. O “circuito” de ‘cidadãos’ precisaria ser redefinido. Segundo ele,

As condições de vida vinham se degradando inexoravelmente na cidade do Rio de Janeiro, nesse período de transição do século XIX para o século XX, e do Império para a República. O espaço urbano acanhado, todo entremeado de morros e áreas pantanosas, mal se prestava à acomodação de uma cidade de dimensões médias. A capital do país passaria nesse momento, entretanto, por um processo vertiginoso de metropolização, com a população crescendo pasmosamente de 522651 habitantes em 1890, para 1157873 habitantes em 1920. (SEVCENKO, 2010, p. 75)

O referido autor continua suas reflexões, tentando compreender alguns determinantes para esta “metropolização”: migração para o Rio de Janeiro de pessoas egressas de fazendas no Vale do Paraíba após a lei da abolição, as promessas de inserção em trabalhos em comércio, serviços e outros, além da vinda de imigrantes estrangeiros a partir do porto. A cidade crescia, mas sem infraestrutura para receber tal crescimento. A própria geografia, como ele bem lembra, não era propícia para a acomodação de tantas pessoas e as conseqüências que isto trazia.

A dita “desordem” urbana já se apresentava como uma questão e a imprensa já pressionava os governantes, exigindo providências em relação ao aumento da criminalidade urbana. Exigia-se repressão. Mas esta criminalidade sobre a qual a imprensa exigia repressão tinha cor e classe.

Todo o afã não deixava de ter influências na construção de determinado projeto de nação. Este projeto que fora altamente influenciado pelos mais de três séculos de escravidão e de teorias racistas. O saneamento não deveria ser apenas na estrutura de uma cidade, mas também moral. Cientistas e estudiosos das mais diversas áreas eram partidários do branqueamento como forma de atingir o dito saneamento. Aos negros eram atribuídos os mais diversos vícios. O movimento higienista se infiltra na sociedade e é abraçado pelos mais diversos especialistas como médicos, arquitetos, urbanistas. Coimbra (2001) destaca a urgência que é requerida para que o saneamento da cidade, que deveria tornar-se símbolo de um Brasil novo e moderno.

O novo e moderno Brasil deveria ser branco, asséptico, com a pobreza ordenada e disciplinada. A branquitude é tida como superior, e a ciência a partir destas relações higiênicas traz elementos para comprovação desta superioridade.

Conforme já dito, pensar na questão social no Brasil é pensar também nas relações étnico-raciais. Importante entender a herança desta construção. A desqualificação da

população negra é uma herança que carregamos. Vimos que a população em situação é predominantemente negra ou não branca. No caso da violência, não mais tratando da situação de rua, mas de dados do Atlas da Violência publicado em 2018, temos mediante dados de 2016, que a taxa de homicídios de mulheres negras é 71% maior do que de mulheres não negras. Em 2016 a taxa de homicídios de pessoas negras foi 2,5 vezes maior do que a taxa entre pessoas não negras. O risco de um jovem negro ser vitimado por homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior do que um jovem não negro. A conclusão deste trecho daquela pesquisa é de reafirmação da existência da desigualdade racial no Brasil, expressa ali por meio de dados sobre a violência. Observamos a persistência desta desigualdade até os dias de hoje. (Cerqueira, et.al., 2018).

A demanda por ordem e repressão a partir deste olhar higienista tornava cada vez mais legítima a atuação do braço repressor do Estado, a polícia. Mencionando a Revolta da Vacina, Sevcenko (2010) destaca que os alvos da polícia não eram necessariamente aqueles que faziam parte das mobilizações com maior intensidade, mas pessoas sem moradia, a população mais “carente”, desempregada e sem documentação. Cabe destacar que desde o código penal de 1890 os vagabundos, ébrios e capoeiras estão passíveis à prisão.

A modernização requereria a remodelação urbana, o saneamento urbano e moral, com uma direção definida, baseada em ideais eugênicos de tudo o que estivesse relacionado com a negritude e com o não trabalho. Conforme já vimos, vinha para facilitar também a circulação e escoamento das mercadorias. O receituário do Barão de Haussmann da França caberia a este intuito. O alargamento de avenidas e retirada de pobres e miseráveis do Centro, dos locais que se tornariam de passagem e para que não fossem vistos por quem chegasse foi uma das estratégias utilizadas. Este processo de segregação urbana teve continuidade em outros governos. Conforme analisa Mike Davis:

A segregação urbana não é um *status quo* inalterado, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do ‘progresso’, do ‘embelezamento’ e até da ‘justiça social para os pobres’, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol dos proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média. Como na Paris da década de 1860 sob o reinado fanático do Barão Haussmann, a reconstrução urbana ainda luta para maximizar ao mesmo tempo o lucro particular e o controle social. (DAVIS, 2006, p. 105)

Em Davis verificamos que a segregação urbana tem relação com intervenções do Estado sobre os territórios. O Estado interfere no urbano para favorecer ao mercado. Este movimento cria nas cidades segundo Coimbra (2001), territórios nobres e territórios de pobreza. Eles não são opostos. É sabido que muitas pessoas pobres foram viver nas periferias e tantas outras em favelas. São territórios distintos, mas com uma desigualdade percebida a olho nu no caso do Rio de Janeiro. A pobreza é empurrada para a periferia, enquanto vão se criando territórios propícios à circulação e permanência da burguesia nacional e internacional.

O controle social a que se referiu Davis é uma estratégia de disciplinar a pobreza, de enquadrá-la. Os discursos higiênicos de especialistas chega às casas das pessoas. E deseja reduzir o espaço público à passagem e circulação. Era mais fácil controlar os lares do que o que vem das ruas. A partir de receituários são classificados os pobres dignos, separando-os dos pobres cheios de vícios, grupo onde se encontravam aqueles marcados pelo código penal de 1890: os capoeiras, ébrios, vadios, mendigos.

Se nos séculos anteriores o espaço público era aquele de encontros, de permanência de ocupação, este fora remodelado nestas cidades para o mercado. Os pobres tidos como “viciosos” passam a ser sinônimos de perigo, compondo as ditas “classes perigosas”. A permanência nas ruas é associada aos vícios, ao não trabalho, à degeneração e as cidades devem ser livradas de tais componentes. A lógica do saneamento moral, entretanto, ganha adeptos na população, muitos dos quais pertencentes à pobreza virtuosa porque laboriosa. Parte desta pobreza adere às cruzadas contra sujeitos que enxergam como cidadãos de outra categoria. Parece-nos que as análises de Marx e Engels (2007) adquirem materialidade em aspectos da realidade. Segundo eles: “Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas os pensamentos dominantes”. (p.48).

O êxito deste projeto fora grandioso. Os mais diversos governantes que se seguiram, acompanharam o receituário de Pereira Passos, entre eles Carlos Sampaio e Carlos Lacerda. A culpabilização das pessoas por sua condição e a repressão eram e ainda são estratégias para proteção da propriedade e da mercadoria. E parece que esta é uma situação de permanência. Por exemplo, hoje vivenciamos uma intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e o Instituto de Segurança Pública anuncia com grande ênfase³³ a redução dos

³³ Vide <http://www.isp.rj.gov.br/> - Último acesso em 16/09/2018.

crimes contra o patrimônio. A mercadoria e os bens do capital permanecem sendo o foco das intervenções em nome da segurança.

Outras gestões municipais recentes também demonstram a permanência de relações de cunho “saneador” das cidades sob a carapaça da “revitalização” do urbano. Observamos com grande destaque gestores municipais da capital Rio de Janeiro, que compunham ações urbanas segregadoras, expulsando a pobreza dos grandes centros e áreas nobres, ainda que esta persista em permanecer ou retornar a estes locais para manutenção de sua subsistência. Por exemplo, as gestões de César Maia, Luiz Paulo Conde e Eduardo Paes, os dois últimos já anteriormente mencionados por operações como “tolerância zero” ou o famigerado “choque de ordem”.

Este espaço urbano é feito pelas mãos de pessoas mas sob esta lógica não é para as pessoas, mas para facilitar o lucro: fazendo a mercadoria produzida escoar, fazendo, posteriormente com a industrialização a produção ocorrer, fazendo que o trânsito de sujeitos que laboram seja possível. As cidades não foram feitas para usufruto pelas pessoas, não estão pensadas hoje e desde Pereira Passos para a constituição do humano enquanto ser genérico e dotado de múltiplas potencialidades ontológicas.

As cidades e a intervenção do Estado em seu interior contribui como mediação para compreendermos a maneira como este Estado, realizando a atuação no sentido da conciliação de classes, mas sempre fazendo prevalecer os interesses do capital, intervém nas relações por meio do urbano. Intervenção esta que, dada a marca escravista de nossa produção, precisou regular o mercado de trabalho dada a industrialização porque a força de trabalho livre e assalariada constituía-se em uma novidade.

O mesmo Estado regula as relações por dentro das cidades e, dados os interesses de especulações imobiliárias ou grandes eventos intervém de maneira repressiva junto às ditas classes perigosas. Com a industrialização, o Rio de Janeiro apresenta um vertiginoso crescimento e as contradições do capital são expostas com cada vez maior intensidade.

A população em situação de rua é tida como “invisível” em boa parte da bibliografia. Compreendemos este sentido, mas observamos que ela é visível e que o tempo todo ela é percebida pelo Estado e sofre intervenções deste.

A população em situação de rua não é excluída, mas incluída no sistema capitalista e estando no espaço público pode também ser vitrine das consequências que o sistema pode ser para o humano. Esta vitrine demonstra as nefastas possibilidades para quem ainda não vive essa agudização das expressões da questão social. Podem ignorar suas existências individuais ou suas biografias, naturalizar o fenômeno em alguma medida, mas eles estão lá e não é possível que não sejam vistos.

O episódio do massacre do Rio da Guarda não foi algo isolado em relação a outras determinações e em relação ao modo de produção capitalista e suas requisições. Também não foi algo isolado em relação à atuação higienista e repressora do Estado. São relações que constituem as permanências.

Cecília Coimbra destaca que, embora assim seja, é possível detectar resistências cotidianas. O espaço público fora tomado pelo mercado. As normas e legislações construídas para disciplinar a classe trabalhadora, tornando suas práticas ilegais perante o que é considerado formal. Como assinala Chico de Oliveira (2013b), um Estado constituído por meio de exceções. Mas no cotidiano também há os contrapontos. As ruas com principais lugares de uma cidade são ocupadas e reinventadas.

E não porque queiram, mas as pessoas em situação de rua realizam esta ocupação “apesar de”. Desafiam as perspectivas higienistas, assim como o fazem camelôs e manifestantes. As ruas também como lugar de encontros, de pessoas e resistências não deixa de existir com a cidade para o mercado. A lógica do mercado, da proteção ao patrimônio e à propriedade privada pode prevalecer, mas não sem que haja resistências.

A população em situação de rua continua resistindo também à sua maneira. Não necessariamente de maneira organizada, mas não se pode desconsiderar sua “agência”. Observamos isto quando Olinda Alves Jupiassu denunciou os matadores de mendigos do Rio da Guarda. E hoje também encontramos alguns relatos de resistências cotidianas, como o de Dandara³⁴, pessoa em situação de rua que, em uma fala pública contou sobre uma tentativa de

³⁴ Nome fictício

intimidação enquanto um grupo de pessoas em situação de rua esperavam por uma carreata³⁵.

Segundo ela, um homem

Exibindo uma pistola na cintura, chegou pros caras e falou assim, ‘você vão sair daqui! Se vocês não sair daqui, à noite, uma noite dessas, vou passar aqui, vou passar o rodo em geral!’ Geral saiu! Eu sou meio abusada. Sou pequenininha, mas sou abusada. Falei ‘E daí? Se eles vão me matar, eles vão me matar aqui! Eu não tenho pra onde ir. Eu vou dormir aonde?’. E por coincidência esse dia tava chovendo. E lá é uma marquise bem larga, né? Dá pra você ficar legal. Não se molhar. Então geral saiu. Ficamos cinco pessoas. Semana seguinte... veio uns seguranças! A gente tava lá sentado. Ele falou ‘Olha, vocês não podem ficar aqui!’. Eu interrompi ele ‘Por que a gente não pode ficar aqui? A boate de vocês é lá. A gente tá aqui no banco. A gente não tá na porta de vocês, a gente não tá fazendo nada que prejudique o trabalho de vocês. A não ser a nossa presença que é indesejada pra vocês, né? Porque somos moradores de rua. Mas infelizmente pra você a rua é pública, e eu não vou sair daqui!’. Ele virou pra mim e disse ‘Olha, quem toma conta disso aqui...’. Aí ele falou lá a patente do cara, né, que toma conta da segurança da boate. [...] Eu ‘Que segurança? Do seu patrão? Olha o caos que tá aqui na Cinelândia! Manda ele ir lá, cuidar da segurança da população!’. Então, gente, isso é uma das pequenas coisas que a gente é sujeito a passar. Agora imagine! Uma mulher, negra, na rua, ele querendo determinar as coisas [...] E a gente brinca com a sociedade também Como a nossa sociedade é hipócrita... não todo mundo, existe muita gente boa. Mas existe pessoas que vê a gente de longe ali deitada, e atravessa. A gente se diverte com isso também. Fala ‘Caraca aí, tá cheio de medo da gente!’. Tem uns que a gente fala ‘Vai, atravessa safado!’. Tem um colega que quando eles começam a atravessar fala assim ‘Aí, seus mendigos, aqui não tem comida hoje não, pra vocês não!’. Quer dizer... a gente tem que rir! Assim... a gente faz no meio da tragédia, né? É trágico você... essas ofensas, essas agressões... de vez em quando a gente tem que fazer piada com isso pra você poder viver, entende? Que é bem complicado. Eu mesma já sofri várias e várias e várias agressões na rua. Como o lance do emprego, que eu falei ‘Vou fazer um ano?’. Eu nunca me entreguei. [...] Eu queria pedir pras autoridades... eu não confio em político, eu não acredito em político, entendeu? Infelizmente, eu tô perdendo um pouco a minha fé até mesmo a esperança, principalmente com os políticos do nosso país. A gente só vê roubalheira, bilhões e bilhões, na conta de um. O cara pagando 600 mil por um cordão ou por uma pulseira. Enquanto com 600 mil ele poderia dar residência pra várias famílias, poderá ajudar várias famílias. [...] Eu vim pra rua pelo desemprego, eu tô desempregada, como vários outros. Várias pessoas querem trabalhar, querem uma chance, mas não tem! Pelo simples fato de você, ter às vezes esse rótulo de você tá morando na rua. Cara, então a cultura realmente faz muita falta porque a partir do momento que o povo deixar de ser ignorante... cara com certeza nós vamos ter um país melhor, com pessoas melhores. (RELATO DE DANDARA, NOTAS DO CAMPO, 2017)

³⁵ Nas palavras de Dandara, carreatas são “as pessoas que bondosamente levam comida pra distribuir pros moradores de rua”. Observamos que demonstra a presença de ações da sociedade civil, na maioria das vezes baseadas na caridade, que constitui uma permanência, ainda que em certos momentos não seja uma permanência hegemônica.

Assim como no caso dos mendigos do Rio da Guarda, Dandara relata violações e violências nas ruas. Seu relato guarda diversas questões a serem analisadas, algumas serão melhor explanadas em outros momentos desta dissertação.

Destacamos que, assim como ocorre com outras expressões da questão social, a população em situação de rua em sua relação com o Estado e a sociedade em geral demonstra suas lutas cotidianas no interior das cidades.

Dandara inicia sua fala demonstrando sua indignação com as autoridades e em algum momento demonstra sua desesperança com a política partidária. Ilustra, a partir de uma situação concreta as desigualdades que observa “O cara pagando 600 mil por um cordão ou por uma pulseira enquanto com 600 mil ele poderia dar residência pra várias famílias”. Também destaca sua resistência junto a outras e outros, permanecendo nos locais, apesar de ameaças sofridas. Questiona as violências também. Não é como a Macabéa de Clarice Lispector, que tinha uma “existência rala”. Tem agência, tem questionamentos. Assim como o tinham Olinda Alves Juipiassu, Jarbas, Sebastião, Brasiliano, Orzoninho, Otacílio, Gabriel e tantos outros, que devido ao massacre do Rio da Guarda foram ouvidos e nomeados publicamente. Há especificidades em relação aos contextos, mas há permanências observáveis também. Realizando as mediações necessárias vamos destrinchando a relação entre Estado, população em situação de rua e as lutas sociais, tomando a população em situação de rua como uma grave expressão da questão social.

Dandara menciona ofensas, agressões e o fato de ainda assim conseguirem fazer piadas. Menciona também o fato de estar nas ruas devido ao desemprego. No único censo nacional até hoje realizado sobre a população em situação de rua, o desemprego foi um dos fatores mais recorrentemente mencionados como motivador principal para a ida de sujeitos para as ruas. Dizemos isto embora entendamos que se trata de uma condição que ocorre a partir de múltiplas determinações. Mas o desemprego é uma das principais expressões da questão social no Brasil, conforme observamos na bibliografia.

O depoimento de Dandara traz também um pouco sobre a relação de pessoas em situação de rua com a cidade. Com esta cidade não é apenas a cidade para o mercado, embora isto seja o tempo todo tentado. Como o Estado da exceção cria a norma deixando de fora a regra que é o cotidiano da maioria das pessoas e como isto cria gargalos e área de transborde

de vida que acontece apesar da norma, da regra, da lei, da repressão. Porque a exceção não necessariamente contempla a classe trabalhadora e toda a sua maneira de ocupar o urbano, de ocupar o espaço público.

Outros depoimentos sobre violências e repressão ocorreram, mas o de Dandara foi bastante significativo, até mesmo para ilustrar esta mediação com o urbano.

Ao mencionar as “carreatas”, Dandara traz elementos para pensarmos que apesar de toda a hostilidade, há uma organização de pessoas em situação de rua e outros sujeitos que atuam junto a este público para que mantenham sua sustentação, ainda que no viés da caridade. Santos (2009) realiza um estudo sobre esta organização, que compõe um livro publicado junto ao único censo nacional sobre esta população já realizado. Segundo ela, a população em situação de rua se organiza nas cidades de acordo com a distribuição de recursos para sua sobrevivência, algo que Coimbra e outros autores também apontam em relação à população mais pauperizada que sofreu tentativa de “expulsão” dos grandes Centros dadas as reformas urbanas. A população tem a necessidade de concentrar-se onde permanecem os recursos, inclusive para exercerem atividades para manutenção de sua subsistência. Afinal, conforme aponta Escorel (2003), boa parte das atividades exercidas por pessoas que vivem nas ruas são por meio de recursos e possibilidades no próprio espaço público, como é o caso da catação de materiais recicláveis.

Esta mediação entre Estado, o urbano, considerando as especificidades da população em situação de rua como expressão da questão social foi apenas uma entre outras possíveis para desvelarmos o nosso objeto de pesquisa. Outras mediações são necessárias. Todavia, já observamos algumas permanências e rupturas em relação ao tema proposto e a temática das resistências como modo de enfrentamento das agruras cotidianas e da degradação imposta pelas relações sob o jugo do capitalismo. Tentar maior aproximação com estas estratégias de resistência e luta nos fará realizar a próxima mediação.

CAPÍTULO IV: CHEGA! BASTA! ESTAMOS FARTOS DE TANTA BARBÁRIE!

Neste momento, em memória de tantos companheiros que tombaram nas ruas deste país, assassinados das mais vis e cruéis formas, e aos companheiros vítimas constantes das mais diversas formas de violações, queremos dizer: CHEGA! BASTA! Estamos fartos de tanta barbárie (Trecho de Carta Aberta do MNPR,2012)

A questão social envolve processos de conformismo, envolve produção de consensos ante as desigualdades, reprodução do pensamento hegemônico. Todavia, há resistências, lutas, expressões de rebeldia ocorrendo ao mesmo passo. Há práticas e saberes em disputa. Há resistências pontuais no cotidiano, há lutas sendo tecidas, esculpidas, há lutas em curso.

Percebemos que, ainda que no caso do Rio de Janeiro houvesse processos hegemônicos e que estão no âmbito da continuidade e da conservação, há indícios de que outros projetos já coexistiam. Outras práticas e maneiras de perceber a questão da população em situação de rua. Sobre estas debruçaremos o processo de construção deste capítulo. Todavia, antes far-se-á necessária uma contextualização sobre o MNPR e sobre estratégias de luta da e pela população em situação de rua no âmbito nacional e em regiões onde este movimento “brotou” com maior ênfase. Também buscaremos a compreensão sobre algumas questões que constituem “novidades” no âmbito a relação com o Estado, assim como alguns limites e potencialidades destas “conquistas”.

Atualmente, a bibliografia aponta como importante marco na resistência e nas lutas da população em situação de rua, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). O MNPR é um movimento composto pelo que as pessoas que participam dele chamam de militantes, que são pessoas em situação de rua ou pessoas que já tem histórico de vivência nas ruas. E há os apoiadores, que são todos os outros componentes: pessoas que atuam junto à população em situação de rua em unidades da rede socioassistencial, em entidades, pessoas vinculada ao legislativo, entre outras.

Durante o trabalho de campo, em um momento em que pudemos ouvir fala pública de líderes nacionais do movimento, observamos que se privilegia a composição das lideranças por pessoas que têm trajetória de rua, mas que já não estão nesta condição. Um dos

argumentos fornecidos é a segurança das pessoas em situação de rua. Caso precisem questionar ou manter relação de conflituosidade na luta por direitos, a situação de rua torna o sujeito mais vulnerável em relação a possíveis represálias. Também ouvimos de um dos representantes que uma pessoa que precisa de cuidados não pode ser designada para cuidar de outras que precisa dos mesmos cuidados. Esta noção nos traz pistas sobre o caráter do movimento, que além dizer-se com o objetivo da luta por direitos, pode ser um espaço de socialização da população em situação de rua, de construção de laços.

Sobre o objetivo dito da luta por direitos e por políticas públicas, a literatura aponta que houve um grande avanço no que tange às conquistas deste segmento populacional. Também apontam como um facilitador deste processo de lutas e conquistas o fato de estar governando, de ocupar o lugar no executivo federal o presidente Lula, na época em que o movimento surgiu. Este parece ser um consenso na bibliografia sobre a temática e também entre pessoas que militam pelos direitos da população em situação de rua no Estado do Rio de Janeiro. O que de antemão concordamos é que nos parece uma mudança importante o fato da população em situação de rua estar organizada para trazer à tona suas demandas. Mas ainda assim, é preciso tentar desvelar aspectos das relações e acúmulos que trouxeram concretude a esta possibilidade.

Diante disto, inicialmente apresentaremos algumas questões postas pela bibliografia estudada e outras presentes em fontes utilizadas para posteriormente problematizarmos as feições de tais consensos à luz do que já vimos até aqui sobre o Estado, a formação social brasileira e as relações entre Estado e população em situação de Rua no Rio de Janeiro.

O MNPR foi lançado em 2005 e elenca-se como uma de suas principais conquistas a publicação da Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPR). A referida política, instituída a partir do Decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009, traz à tona princípios e diretrizes para a atuação do Estado junto à população em situação de rua através de seus vários setores. O que neste momento cabe enfatizar é o fato de na bibliografia consultada, a PNPR aparecer como uma conquista, e como um documento construído de maneira participativa junto a setores do governo, trabalhadores e trabalhadoras que atuavam junto à população em situação de rua e pessoas em situação de rua organizadas. (REIS, 2014; BRASIL, 2011).

A PNPR também é anunciada pelo MNPR como uma de suas conquistas, assim como a participação de atores deste movimento em fóruns e como integrantes/delegados de conselhos e conferências de políticas públicas, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Outras conquistas são anunciadas em uma fala de Tomas Melo como palestrante no III Encontro Nacional da População em Situação de Rua³⁶: denúncias no disque 100 (Ou disque Direitos Humanos), a implementação dos Consultórios na Rua, do CNDDH e seus núcleos, do Projeto de economia solidária em alguns locais, ingresso da população em situação de rua no Programa Minha Casa, Minha Vida, e inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Benefícios e Programas do Governo Federal.

Principalmente sobre a Política Nacional Para População em Situação de rua como uma importante conquista, teceremos considerações. Não desconsiderando sua importância, mas tentando ter cuidados para não superestimá-la no âmbito legal e como potencializador de ações perpetradas pelo Estado. Ela traz possibilidades potenciais, mas também tem limites que podem ser apontados, até mesmo a título de precaução.

De acordo com a bibliografia consultada, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua foi lançado em setembro de 2005, durante o Quarto Festival Lixo e Cidadania, organizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Isto após o brutal assassinato de sete pessoas em situação de rua em 2004, em episódio conhecido como chacina da Praça da Sé. Segundo integrantes do MNPR em sua cartilha de formação política, após o citado episódio, pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outras em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso na tentativa de uma expressão organizada em diversas cidades brasileiras. Esta tentativa teria culminado no lançamento do MNPR em 2005. (REIS,2014; BRASIL,2011; MNPR,2010).

Em 2010, o MNPR lança sua Cartilha para Formação Política – Movimento Nacional da População em Situação de Rua – Conhecer para Lutar³⁷. Nela, conta a história do MNPR, reconhecendo que desde a década de 1960 há movimentos no sentido da organização da

³⁶ A fala pública do palestrante pode ser assistida por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=FLuYklOWEMU&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=21> – Último acesso em 30/07/2018.

³⁷A cartilha pode ser consultada e obtida no endereço <http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>, com último acesso por esta discente em 02/11/2016.

população em situação de rua, e que as pessoas que viviam nas ruas e trabalhavam como catadores de materiais recicláveis foram pioneiros neste sentido. A cartilha aparece como fruto do Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, organizado e apoiado pelo MNPR, em parceria com UNESCO, o então MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Instituto Polis³⁸.

No texto da referida cartilha - conforme seus créditos finais, construída pelo MNPR com apoio de outros atores – observam-se a intenção de que o papel do movimento seja o de “pressionar” governos para a construção de políticas públicas, e que em nosso país mudanças foram conquistadas somente quando grupos que tiveram os seus direitos violados se organizaram e mobilizaram. Traz como princípios do MNPR a democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética e trabalho de base. E como bandeiras de luta: resgate da cidadania por meio de trabalho digno; salários suficientes para o sustento; moradia digna e atendimento em saúde. (MNPR,2010).

A cartilha também anuncia como conquistas do MNPR: a pesquisa nacional sobre população adulta em situação de rua em 2008, a PNPR em 2009, com instituição do Comitê Intersetorial para seu monitoramento (o CIAMP), o projeto em que a cartilha fora produzida, a estruturação do movimento em várias cidades brasileiras e seu “fortalecimento na capacidade de mobilização” (p.30), e a ocupação de espaços de participação social, como conferências e conselhos. (MNPR,2010).

Para obtenção de conquistas, a cartilha do MNPR destaca como estratégias a luta e a pressão sobre os governos, além da ocupação de espaços de participação. Observamos a rapidez de tais conquistas: o movimento foi fundado em 2005 e desde este mesmo ano vem participando de espaços de discussão de políticas públicas para a população em situação de rua. Podemos dizê-lo, ao recapitular parte do processo de construção da PNPR.

Em 2005 ocorreu o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do governo de Lula da Silva. Segundo Brasil (2006), o objetivo do Encontro era promover um processo participativo

³⁸ Em consulta ao seu site, lemos que tal instituto existe desde 1987, sendo uma organização não governamental (ONG) . Anunciam que seu objeto de trabalho “concentra-se no plano das relações entre as representações da cidadania e os governos locais, nas políticas públicas e nos processos de participação e fortalecimento dos movimentos sociais, na organização de fóruns e redes, na análise da gestão municipal e de políticas públicas”. Texto extraído do site www.polis.org.br , acessado em 02/11/2016.

de construção de políticas para a população em situação de rua. Participaram representantes de municípios com mais de 300 mil habitantes, do MDS e da sociedade ligados a entidades não governamentais e organizações que atuavam na defesa de direitos da população em situação de rua, além de especialistas convidados. Enfatizamos temas como saúde, trabalho e dificuldade de atuação intersetorial como tópicos discutidos neste evento, conforme o relatório emitido pelo governo.

No ano de 2006 temos a criação de um decreto presidencial que instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para iniciar o processo de debates para construção da política nacional, sugestivamente coordenado pelo MDS. Além de representantes de ministérios, também participaram representantes do MNPR, Pastoral do Povo da Rua e CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. (BRASIL, 2011). Destacamos a participação de gestores do âmbito da assistência social e de nenhuma outra área.

Importante destacar que ao longo do tempo, a política de assistência social vem tendo uma atuação mais interventiva em relação a este contingente populacional em situação de rua quando comparada a outras políticas. Observa-se que no processo de construção da política pública dita intersetorial, a assistência teve papel relevante e densa participação por meio de diversos órgãos.

Em 2007 foi iniciada a primeira Pesquisa/Censo sobre População em Situação de Rua, coordenada no âmbito federal pelo MDS. (BRASIL, 2011). Em 2008 fora construído um documento com texto preliminar da política para consulta pública e em 2009 é publicada a Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPR).

O movimento reconhece que a PNPR não seria implementada com facilidade, sendo necessárias ações da população em situação de rua organizada.

Algumas questões são instigantes para o entendimento do processo que levou o MNPR à cena pública e suas conquistas. E além do MNPR que possíveis sujeitos participam e participaram de um processo que é muito relevante para que entendamos o que há e de permanência e o que há de mudanças no que tange as resistências da e pela população em situação de rua.

O que fora apresentado até aqui são em sua maioria conteúdos bastante repetidos por sujeitos vinculados à luta pelos direitos da população em situação de rua. Mas ir além da ponta do iceberg é um movimento que tem sido a tônica deste trabalho.

4.1. O MNPR e outras estrelas

Uma questão que nos instiga é que o MNPR foi idealizado e teve sua fundação após o massacre da Praça da Sé. Sobre esta questão sequencial/temporal não temos dúvidas. Contudo, compreendendo a história por meio de processos, não acreditamos que tenha havido uma espécie de “passe de mágica” para que este episódio provocasse a efetiva organização das pessoas em situação de rua em um movimento que pretende ser nacional. Que determinações podem ter sido relevantes?

Lembremos do massacre do Rio da Guarda anteriormente resgatado neste trabalho. Lembremos da chacina da Candelária a que também fizemos menção. E outros episódios de violência e violações contra pessoas em situação de rua. Naqueles momentos houve comoção, os fatos foram noticiados. E no caso do Rio da Guarda, conforme nossa pesquisa pôde demonstrar, houve os usos políticos, mas também a notabilidade de uma questão que era vista, mas não problematizada e fez com que o governo da época precisasse rever algumas estratégias ou mudar o foco público de estratégias repressivas que estavam sendo alvo de críticas.

Ferro (2011), Pizzato (2012), Lemões (2014 e 2015), Schuch (2015), Leite (2016), Melo (2016), De Lucca (2007) tratam em alguma medida sobre resistências e o processo de organização da e pelos direitos da população em situação de rua por diversos sujeitos em cidades como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

Na capital do Rio Grande do Sul os sujeitos em destaque são os profissionais da assistência social, como aqueles que contribuíram para uma organização da população em situação de rua. Desde a década de 1990 que esta relação vem sendo potencializadora para focos organizativos de pessoas em situação de rua. Em 1991, originado no Albergue Municipal da Abrevivencia, visando a realização de encontros semanais para que pessoas em situação de rua pudessem debater sobre o cotidiano, as questões que lhe diziam respeito e buscar soluções coletivas, fora constituído o Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua. Tal movimento conquistou uma vaga no Conselho Municipal de Assistência Social em 1998 e

em 2001 um galpão de reciclagem por meio de participação em reuniões do Orçamento Participativo. Neste galpão em 2002 ocorreu a primeira reunião do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Porto Alegre. Contudo, após a conquista do galpão, o movimento sofreu um processo de desarticulação. (SCHUCH, 2015; LEITE, 2016).

Em 1995 ocorreu em Porto Alegre o I Encontro de Moradores de Rua para devolutiva de uma pesquisa realizada pela prefeitura em 1994 e nele constituiu-se a Comissão de Rua, composta por usuários de serviços e que contribuiu para o planejamento de duas unidades assistenciais destinadas a pessoas em situação de rua. Na década de 1990 sujeitos organizados da população que vivia nas ruas de Porto Alegre já participavam de fóruns, conferências, plenárias do orçamento participativo. (PIZZATO,2012; LEMÕES,2014).

Nesta dinâmica de lutas e mobilizações por direitos também em algum momento nos anos 2000 constituiu-se o Movimento Aquarela da População de Rua, em que se articularam técnicos dos serviços de assistência social e representantes do Jornal Boca da Rua, projeto de comunicação voltado ao grupo populacional sobre o qual tratamos aqui. Segundo Lemões (2014), as articulações deste movimento com o “Movimento Nacional de Catadores, com a participação em debates nacionais que os sujeitos mobilizados em Porto Alegre estabeleceram maior diálogo com o MNPR, o que resultou na adesão ao MNPR/RS” (p.11).

Em São Paulo e Belo Horizonte destaca-se a importância da Igreja Católica mais afinada com a Teologia da Libertação e do apoio governamental, com destaque para governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que também esteve na prefeitura de Porto Alegre construindo o orçamento participativo como uma experiência inovadora desde 1989, segundo Ferro (2011).

A influência da Igreja Católica na organização da população em situação de rua nas duas capitais mencionadas deu-se via OAF (Organização de Auxílio Fraternal). Segundo Melo (2016),

Entre o fim da década de 1970 e começo da década de 1980, as experiências práticas e formulações conceituais deste grupo de religiosos favoreceu a experimentação de métodos e o desenvolvimento de novas formas de trabalho com a população de rua. Uma importante mudança foi realizada e a OAF encerra parte de seus trabalhos de cunho caritativo para então investir em uma abordagem mais comunitária e próxima às pessoas que viviam nas ruas. Ao abandonar o trabalho de caridade feito em sua instituição, passam a

realizar um trabalho de aproximação nas ruas, como aliados, não como benfeitores (p.47)

A OAF passa a empreender estratégias para estimular a solidariedade e atuação coletiva, agregação e convívio das pessoas em situação de rua. Realizavam-se atividades colaborativas, como as sopas, em que todos participavam inclusive na obtenção dos alimentos e no preparo, além de atividades de cunho lúdico.

No livro “Somos um povo que quer viver”, Castelvechi (1982) - mais conhecida como “Nenuca” - relata a experiência da OAF junto às pessoas em situação de rua em São Paulo. Ela destaca a todo o tempo o quanto a metodologia de atuação privilegia as estratégias coletivas e que levem reflexões ao coletivo. Destaca que o importante é fazer os sujeitos entenderem que o que é vivenciado por eles não é algo individual, mas de um grupo inteiro de pessoas. Destaca as relações de solidariedade e laços construídos e existentes entre as pessoas que vivem nas ruas e a resistência que empreendem cotidianamente. Segundo ela,

O movimento quer ser o lugar de encontro dos que querem trabalhar eficazmente na reunião e crescimento do povo da rua, não como benfeitores, mas como aliados e responsáveis por esta situação. Será com engajamento da própria vida no meio desse povo, com a palavra de defesa, com a ação comprometida em qualquer meio social, com serviços profissionais responsáveis, ajudando a formar a consciência crítica, a destruir a censura... será de mil modos diferentes, mas é preciso que seja compromisso (p.45)

Mais tarde, no final da década de 1980, as estratégias da OAF chegaram com maior força em Belo Horizonte. E no caso do MNPR, militantes do movimento nacional tiveram contato com tais estratégias e é possível detectar sua influência da organização posterior da população em situação de rua. A metodologia da OAF foi adotada posteriormente pela Pastoral do Povo da Rua, dada sua criação na década de 1990.

Outra questão que São Paulo e Belo Horizonte têm em comum é a vivência de gestões do Partido dos Trabalhadores, que dialogaram com este público e incentivaram sua organização. No final da década de 1980 e início de 1990, começam a surgir as primeiras políticas específicas para a população em situação de rua sob estes governos, conforme avaliação de Ferro (2011).

Luiza Erundina³⁹, então filiada ao Partido dos Trabalhadores, assume a prefeitura de São Paulo em 1989. Segundo De Lucca (2007), ela “lançou uma série de questões sociais para o interior da máquina pública”. Antes de assumir o cargo no executivo municipal, quando ainda era vereadora, Erundina já demonstrava seu apoio aos catadores de materiais recicláveis do município. Ainda em 1989, a Associação de Coletores se torna uma cooperativa, a COOPAMARE (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis). Em 1990 a gestão municipal de São Paulo reconhece via decreto o trabalho organizado de coletores como categoria profissional. Isto lhes possibilita algumas garantias no que tange a proteção ao trabalho. (FERRO, 2011)

Em 1991, sob sua gestão é realizado o primeiro estudo sistemático público para coleta de dados sobre população em situação de rua. Estabeleceu convênios com Organizações Não Governamentais (ONGs) e com instituições religiosas que tinham experiência no trabalho com este público. A Secretaria Municipal de Bem Estar Social organizou um Fórum Coordenador dos Trabalhos com a População em Situação de Rua. (DE LUCCA, 2007; FERRO, 2011; MELO, 2016).

Importante ressaltar que a organização neste fórum foi iniciada uma articulação para que fosse produzida a “Lei de Atenção à População em Situação de Rua”.

As conquistas obtidas no governo Erundina foram fragilizadas no governo Maluf, que a sucedeu na gestão da Prefeitura do Município de São Paulo. Os convênios anteriormente firmados foram encerrados. A Lei criada só fora sancionada nos anos 2000, em uma nova gestão do PT, desta vez com Marta Suplicy.

Em Belo Horizonte na década de 1990, a gestão de Patrus Ananias do Partido dos Trabalhadores também possibilitou a criação de um programa específico para a população em situação de rua, o “Programa População de Rua”. Em 1993 fora criado o Fórum da População em Situação de Rua de Belo Horizonte. Por meio deste Fórum fora realizado o primeiro censo deste grupo populacional na capital mineira.

³⁹ Luiza Erundina hoje é deputada federal, tendo sido eleita pela penúltima vez no pleito de 2014 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), migrou em 2016 para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde foi reeleita no pleito do último dia 07/10/2018. Antes de ser eleita prefeita de São Paulo no pleito de 1988, já tinha vinculação com a Igreja Católica e com movimentos sociais rurais e urbanos, tendo atuação profissional como assistente social afinada a tais movimentos.

Tanto em São Paulo, quanto em Porto Alegre e Belo Horizonte, nos anos 2000, a população em situação de rua passou a ocupar espaços como conselhos de políticas públicas, conselhos de direitos, fóruns e outros espaços de discussão. Segundo Melo (2016),

Alguns fatos importantes nessa época foram: em 2003, em São Paulo, a eleição de três representantes da população de rua no conselho de monitoramento da Política de Atendimento à População de Rua. Em 2004, um grupo de pessoas em situação de rua assume a coordenação do Fórum de São Paulo e, ainda, deu-se início à Plenária Fala Rua, um espaço mensal de reunião para auto-organização das pessoas em situação de rua. Paralelamente, em Belo Horizonte, há também um trabalho embrionário do movimento chamado “A Rua em Movimento”, que também pretendia auto-organização para enfrentar os desafios da discussão de políticas públicas com o governo (p.51).

Retomando a situação do massacre da Praça da Sé, um elemento que constitui uma diferença em relação aos outros episódios mencionados é o do acúmulo organizativo das pessoas em situação de rua em São Paulo e Belo Horizonte. O massacre provavelmente foi uma “gota d’água”, mas a dor, indignação causados ou mesmo a comoção, não seriam explicação suficiente. Deste modo, pouco a pouco vamos desvelando algumas características do processo organizativo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e outros sujeitos que contribuem para que a questão venha à cena pública. Ao mesmo passo em que acumulamos elementos a fim de realizar uma análise do caso dos sujeitos que participam de processos de resistência no Rio de Janeiro.

O que observamos na bibliografia de coincidências entre Belo Horizonte e São Paulo é a presença e influência de uma vertente mais progressista da Igreja Católica, que objetivava mobilizar as pessoas em situação de rua, entendendo que este era um caminho para que superassem o que chamavam de “marginalidade” social; o fato de terem passado na década de 1990 por gestões municipais do Partido dos Trabalhadores, que os incentivaram e subsidiaram de alguma maneira a construção de espaços organizativos como os fóruns. Nestes espaços, o tema privilegiado de debates eram as políticas públicas. Nestas gestões, criaram-se espaços de “interlocução” entre governo e sociedade civil. Esta também é uma característica que observamos em Porto Alegre. E outra característica comum a Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte é a existência de pesquisas sobre o grupo populacional em situação de rua. As observações do que existia em comum entre São Paulo e Belo Horizonte foram extraídas em diálogo com as ponderações de Melo (2016). Sobre o protagonismo destes dois municípios, é possível extrair a menção de um dos integrantes do MNPR:

Em Belo Horizonte já existia ‘A rua em movimento’, mas em São Paulo a gente pensou em de fato criar o Movimento Nacional da População de Rua. Com mais de mil pessoas, na eleição do Conselho de Monitoramento em São Paulo a gente criou na mentalidade da loucura... falou ‘vamos criar o Movimento Nacional?’. E deu certo. O povo aplaudiu a plenária e nós começamos em São Paulo. Fomos pro Festival Lixo e Cidadania. 2004 o massacre, em 2005 lançamos de fato o Movimento Nacional da População em Situação de Rua.⁴⁰

Autores consultados mencionam a influência da teologia da libertação para direcionamento do trabalho da Igreja Católica junto à população em situação de rua. Cabe-nos relacionar este dado ao que nos traz José Murilo de Carvalho (2017). Segundo ele, os movimentos militantes da Igreja, por meio de sindicatos, movimentos de juventudes, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) atuavam junto às populações que ele chama “marginalizadas” nas periferias urbanas. E com o tempo, uma parte desta militância aproximou-se do PT. Portanto, não era de se estranhar que algumas lideranças do partido tivessem diálogo com os movimentos de militância da Igreja.

Outros aspectos que na bibliografia são destacados como potencializadores além do movimento nacional, mas da notoriedade da população em situação de rua a partir da luta política de diversos sujeitos como um expressão da questão social são: a produção de pesquisas acadêmicas a partir da década de 1970, o processo de redemocratização com a expansão da retórica dos direitos humanos e a “inscrição” da assistência social como um direito a partir da Constituição de 1988. (DE LUCA, 2007; LEMÕES, 2014; SCHUCH, 2015)

Sobre a mudança legal de perspectiva da política de assistência social, complementamos que pode ser uma possibilidade, uma vez que pudemos observar que a organização das pessoas em situação de rua sofreu e talvez continue sofrendo influências de sujeitos que atuam no âmbito desta política. E porque esta política que privilegiadamente acolheu (quando estas demandas eram acolhidas para além da perspectiva repressiva) as questões da população em situação de rua.

A literatura traz à tona a abertura política e promulgação da Constituição Federal de 1988 como um importante marco na relação entre movimentos sociais e o Estado. A despeito

⁴⁰ Relato de Anderson Lopes Miranda, então Coordenador Nacional do MNPR por São Paulo para o documentário “Nós da Rua”, que foi um dos que nos serviu de fonte documental. Ele pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=8YT35mABNWo&index=2&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc> – Último acesso em 18/02/2018.

das interpretações acerca das consequências calcadas no movimento da realidade trazidas após a promulgação da chamada Constituição Cidadã, cabe-nos neste primeiro momento destacar que ela foi um marco jurídico que instituiu legalmente a participação da sociedade civil na construção e fiscalização de políticas públicas e que isto contribuiu para o reforço da participação institucional como parte importante dos repertórios de movimentos sociais, que passaram a reforçar as reivindicações por direitos e para a construção de novos instrumentos jurídicos como questões fundamentais em suas agendas de luta.

O MNPR já nasce com esta marca da luta por políticas públicas em diálogo com o Estado, nasce dentro deste âmbito institucional. Analisamos que nasce mediante movimentos e influências da Igreja que levavam ao questionamento da situação vivenciada nas ruas como algo que não poderia ser naturalizado. Este momento de desconstruir a naturalização do fenômeno parece ter sido um dos focos da atuação da OAF, conforme relatos de Castelvechi (1982). Parece-nos como um momento fundamental, que poderia, dependendo das outras determinações, ter gerado outro momento de maior ou menos autonomia ou questionamentos em relação à política institucional. Mas o diálogo com os governos do Partido dos Trabalhadores possibilitou que suas vozes e reivindicações chegassem à cena pública sem grande conflituosidade.

A estratégia de levar as reivindicações para dentro da institucionalidade como uma participação consentida parece ser o mote. A aparência é de diálogo. Mas isto guarda por trás de si, além do diálogo, que não podemos negar, a antecipação das demandas dos sujeitos coletivos. A participação social é legalizada pela via constitucional. Mas quando legaliza, torna-a limitada ao que está escrito na letra da lei. Mal comparando, a estratégia parece a de Vargas quando regulamentou as relações sindicais.

Não estamos negando a importância de todo este movimento para que a situação da população que vivia nas ruas emergisse de maneira mais sistemática na cena política. Contudo, não se pode negar que, conforme já vimos, o aumento da urbanização gera questões importantes para as cidades, com muitas das quais elas não estão preparadas para lidar. O aumento do número de pessoas nas ruas na década de 1980 também é um dado constante na literatura sobre o tema. Os visíveis, conforme nós analisamos, vivem suas vidas no espaço público como vitrines da miséria a céu aberto, demonstrando as possibilidades trazidas pela malfadada liberdade sob o jugo do capitalismo. A miséria exposta gera sentimentos diversos

de transeuntes, como medo, pena, caridade, indignação pelo descaso, indignação em relação às próprias pessoas que ali se encontram. E esta “vitrine” a céu aberto pode demonstrar para as outras pessoas que não estão em situação de rua, como seus representantes no governo estão ou não estão lidando com a questão. Não há como não enxergar aquelas pessoas sob as marquises, circulando nas cidades, dormindo nas calçadas. No caso do Rio da Guarda, lembremos que antes de ocorrer a chacina que veio a público, a conduta do Serviço de Repressão a Mendicância era igualmente repressora, mas parte da imprensa, que constituía oposição ao governo Lacerda, noticiava abertamente que o número de “mendigos” aumentava e nada era feito pelo poder público. Após o anúncio e a notoriedade algo mudou, ao que nos parece, de acordo com a conveniência político-partidária de alguns. Este movimento não é exclusivo daquele momento.

Levar um movimento de população em situação de rua para dentro da máquina do Estado pode constituir-se em estratégia relevante de antecipação de demandas e de mobilização dentro de determinados limites, assim como de marketing social, também característico do governo federal sob a batuta do lulismo, conforme pudemos ver na análise de Mota (2013). O que não desmerece a importância do processo. Até porque a preocupação com as pessoas que vivem em situação de pauperismo é uma marca que não pode ser desconsiderada. Não é qualquer gestão e não é qualquer partido que atua neste sentido. As estratégias e possíveis intenções ocultas é que estão sendo alvo de alguma problematização aqui.

Outro momento importante destacado por autores consultados é a ascensão ao executivo federal de governantes do PT. Neste momento ascendeu o MNPR como organização da população em situação de rua.

Tratando de relações próximas com os movimentos sociais, quando mencionamos que o MNPR fora criado como um movimento já em diálogo e com influência do Estado, também temos outro dado sobre este incentivo do governo federal. Em 2010, o curso de formação de lideranças do MNPR do qual resultou a cartilha do movimento foi idealizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Lula, que tinha à frente como Ministro até 2010 o senhor Patrus Ananias, aquele que havia sido prefeito de Belo Horizonte na década de 1990 e empreendeu diálogos e em cuja gestão foi incentivada a criação de fóruns e a organização das pessoas em situação de rua na capital mineira. Temos, portanto, no interior do governo um

sujeito que já tinha histórico de diálogo com a população em situação de rua. E posteriormente à criação do MNPR, o MDS parece ter sido o Ministério que mais dialogou e esteve junto às organizações das pessoas em situação de Rua. Tanto que organizou a única pesquisa de Âmbito nacional sobre este tema até hoje.

Sobre o projeto de fortalecimento do movimento:

No entanto, ainda em 2009, há um importante projeto que dá uma guinada na organização do MNPR. Trata-se de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social que firma uma parceria/contrato entre a representação da UNESCO no Brasil e o Instituto Pólis, vigente entre novembro de 2009 e agosto de 2010, e que tinha como principal objetivo a capacitação de lideranças e o fortalecimento institucional do MNPR (MELO,2015, p.59)

Neste caso, Melo ainda destaca que o projeto envolveu também o financiamento para que o movimento se fortalecesse. O projeto alcançou o objetivo de criar e fortalecer núcleos estaduais e foi importante para a construção de vocabulário próprio e fortalecimento de laços entre os sujeitos que participavam do movimento. Segundo Ferro (2011), foi durante a realização do Projeto que outros estados se juntaram a São Paulo e Belo Horizonte na Coordenação Nacional do MNPR. Entre estes estados estava o Rio de Janeiro.

Na literatura consultada, o MNPR aparece como um instrumento de lutas por direitos e políticas e de efetivo protagonismo das pessoas em situação de rua. Todavia, não se pode deixar de problematizar sobre os subsídios que ao longo do tempo o governo federal concedeu, entendendo que hoje não vigem mais governos do Partido dos Trabalhadores, desde o impeachment de Dilma Roussef em 2016.

Problematizamos isto em diálogo com o que já analisamos à luz da bibliografia acerca das características do lulismo e as implicações para os movimentos sociais. Mesmo já tendo “nascido” predisposto ao diálogo com os governos, O MNPR sofre influências da maneira com que as gestões do PT conduzem a relação com os movimentos sociais, tornando alguns deles, outrora bastante combativos (como é o caso do MST e de certa maneira do movimento sindical), dependentes de certa maneira das instituições estatais. Nos termos de Oliveira (2010), Lula despolitiza a questão social, adensando o elemento consensual no bojo de suas relações.

O III Encontro Nacional da População em Situação de Rua ocorreu em 2016. Foi o primeiro após o impeachment. Neste caso, observamos que desde o primeiro Encontro sem governantes do Partido dos Trabalhadores na liderança do executivo federal, estes governos foram mencionados como aqueles que de fato concederam os direitos da população em situação de rua. A retórica do golpe sofrido pela presidente deposta, da ampliação de direitos e do diálogo que esta gestão empreendeu foram marcas importantes da reunião. Inclusive entre os convidados das mesas de debate estavam pessoas que compuseram os governos do PT no executivo federal.

Algumas falas foram significativas e sintetizam um pouco o que foi trazido também por outras delas (tanto por componentes das mesas, quanto por pessoas em situação de rua): “Quando você tem governos que não investem nos espaços de organização popular, esses espaços começam a minguar, a desaparecer”. Esta fala demonstra certa naturalização do incentivo do governo às organizações populares. Como se esse incentivo fosse uma condição fundamental para que movimentos existam.

Não negamos que os incentivos permitiram levar as demandas de pessoas em situação de rua para diversos espaços em todo o Brasil. E de certa maneira fez com que os integrantes do movimento pudessem dominar uma linguagem específica para a participação em tais espaços.

Analisamos a partir do estudo que o MNPR não surgiu a partir do Estado apenas. Ele foi constituído devido a diversas determinações. Quando os governos petistas assumiram prefeituras estratégicas já existia um embrião organizativo, uma inclinação em alguns espaços para coletivização de demandas. A Igreja parece-nos, teve um papel fundamental neste sentido, principalmente em Belo Horizonte e São Paulo. Houve também incentivos por parte de pessoas que atuavam em serviços para este público. Neste caso, os objetivos embrionários já eram similares àqueles dos conselhos de direitos e de políticas públicas: o de opinar sobre os serviços, opinar sobre sua construção e avaliá-los.

O MNPR foi um movimento que, embora tenha nascido da e pela população em situação de rua, tem um histórico de incentivos do Estado em diversos âmbitos, não somente no governo federal. Vimos os casos de Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

Abers (et.al., 2014), defendem que durante os governos do PT, novas formas de interação Estado-sociedade foram criativamente experimentadas e que o diálogo facilitou a defesa de bandeiras por parte dos movimentos sociais no interior do Estado. Isto não necessariamente diz sobre acesso a direitos ou sobre pronto acolhimento de demandas emanadas da sociedade ou mesmo sobre o fortalecimento dos movimentos sociais. Perruso (2014) aponta o afastamento do PT em relação aos anseios da sociedade brasileira, ao privilegiar o campo político-institucional, numa estratégia de aproximação dentro da ordem na garantia de direitos. Isto proporcionou “mudanças mais brandas em um ritmo mais lento” (p.8). Além disso, propiciou uma participação social que, embora estivesse regulamentada, tornou-se enrijecida, em muitos casos sendo apenas um simulacro ou tendo efeitos ritualísticos, uma participação como fim em si. Registra ainda movimentos sociais mais institucionalizados, referidos a lutas cujos alcances eram reduzidos.

Esta análise de Perruso parece abarcar e coadunar com o que observamos no processo de fundação do MNPR.

Analizamos, além disto, algumas pistas importantes sobre as conquistas da população em situação de rua no âmbito nacional na última década. Uma das questões diz respeito ao alcance da “voz” das pessoas em situação de rua. Entendemos que a construção de uma lei e o financiamento para difusão do movimento tenha trazido ganhos no que tange a relação entre população de rua e a questão social. A capilarização do discurso fez com que suas demandas se tornassem mais conhecidas. Hoje, admite-se entre o próprio movimento, conforme assistimos nos documentos audiovisuais, os órgãos de garantias de direitos conhecem e muitos deles atuam na defesa de direitos de pessoas em situação de rua. Ao que nos parece as denúncias em relação às violações sofridas se tornaram mais frequentes.

Sobre a Política Nacional Para População em Situação de Rua, reconhecemos que foi um avanço legal. Ela trouxe diretrizes para a construção de políticas públicas para este segmento populacional e serve como exemplo para adesão pelos municípios, mas apresenta fragilidades que devem ser levadas em consideração.

A primeira delas é o fato de se tratar de um decreto presidencial, que não é o mesmo que uma lei. Depois disto, ela não obriga os municípios a aderirem às suas diretrizes. A adesão é facultativa.

No quarto capítulo do texto do decreto temos que: “O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua (...)”. Isto caracteriza um bem-estar pluralista, com possibilidade de delegação de responsabilidades ou partilhamento entre Estado, mercado e sociedade no que tange à proteção social dos sujeitos que constituem o “público-alvo” desta política. Segundo Pereira (2011)

(...) o propósito que está por trás do *welfarepluralism* é o de dismantlar direitos conquistados pela sociedade nas arenas políticas, em nome de uma divisão de responsabilidades, que pode ressuscitar desigualdades já abominadas pelo avanço civilizatório. (PEREIRA, 2011, p. 201).

Temos nestes termos um precedente para desconstrução da responsabilização do Estado em uma política que, em tese, traz a importância da intervenção deste junto a determinado grupo a partir de suas especificidades. É um direito já conquistado, uma tentativa de ruptura com olhares caritativos, filantrópicos e de chamamento à responsabilidade do Estado, que abre precedentes para a conservação de práticas como o trato privado ou atomizado desta expressão da questão social.

Não estando na ordem das fragilidades, mas da sua importância, elencamos como conquista importante um documento escrito em que fica clara a necessidade de um olhar mais integral sobre os sujeitos que se encontram em situação de rua, e que em seu texto traz à tona a importância da responsabilização de outras áreas como saúde, habitação, esporte, lazer, educação, trabalho e emprego, entre outras.

Outro destaque é a prerrogativa para criação de um Comitê Intersetorial Para Monitoramento e Avaliação da Política, composto inicialmente dos seguintes órgãos: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Esportes e Ministério da Cultura.

No que tange às conquistas elencadas no início deste capítulo, damos destaque à criação de serviços específicos para a população em situação de rua, principalmente os

Centros de Referência Para População em Situação de Rua no âmbito da assistência social e os Consultórios na Rua no âmbito da saúde.

Temos também produzidas normativas, cartilhas e estudos sobre a saúde e sobre os direitos de pessoas em situação de rua. E isto constitui uma mudança em relação ao que se tinha antes no que tange à relação entre Estado, população em situação de rua e lutas sociais.

Reconhecemos que todo o processo que desembocou na construção do movimento e todos os sujeitos que participaram e continuam participando da organização e resistências e mesmo pessoas em situação de rua não organizadas em movimento têm feito a diferença para romper com relações que tem se conservado hegemônicas ao longo do tempo. Mas a repressão perdura ainda. Perdura como conservação em âmbito nacional, conforme demonstrou o relatório do CNDDH sobre as violações de direitos durante a Copa do Mundo. Perdura mas não sem tensões, sem que seja questionada e exposta em diversos e plurais espaços por sujeitos organizados para a proteção social das pessoas que vivem nas ruas. Distingue-se do movimento de uma oposição governamental realizando um uso político ou outros indivíduos também indignados com as violações a este grupo populacional, como foi no caso da “Operação Mata Mendigos”.

A organização mais sistemática de diversos sujeitos pela e com a população em situação de rua, influencia a maneira com que esta expressão da questão social vem sendo tratada pelos governos. As normativas que advém do âmbito federal, por meio do pacto federativo, devem ser seguidas na construção de serviços no âmbito municipal. Observamos a difusão de consultórios na rua e em alguma medida dos Centros POP. Tem sido impactante sobre a melhora da qualidade de vida de pessoas que vivem nas ruas.

Contudo, não se pode negar, conforme analisa Silva (2009), as especificidades regionais em relação a qualquer expressão da questão social. Assim como vimos especificidades no que tange ao acúmulo organizativo de Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo e fatores que contribuíram para este acúmulo e para a construção de respostas governamentais ao fenômeno aqui estudado, tentaremos observar aspectos sobre a maneira com que estas relações entre Estado, população em situação de rua e lutas sociais se deram no Rio de Janeiro.

4.2. Sujeitos da organização política no Rio de Janeiro

No caso do Rio de Janeiro, igualmente ao que está ocorrendo em outros locais do Brasil, constatamos que existe uma multiplicidade de sujeitos que têm atuado na defesa de direitos e nas denúncias no que tange às violações contra as pessoas em situação de rua no Estado: O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) por meio de suas representações no estado, pessoas que atuam em serviços na esfera governamental, não governamental, conselhos de categorias profissionais (sobretudo o serviço social e a psicologia), Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) , Igreja Católica por meio da Pastoral do Povo da Rua, Fórum Estadual sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, fóruns na Baixada Fluminense e na Zona Oeste. Também temos observado a atuação de parlamentares, principalmente do Partido dos Trabalhadores neste sentido. São os sujeitos que levam a situação de rua à cena pública e provocam governos na tentativa de desconstruir a permanência da repressão como elemento de continuidade e/ou conservação.

Durante o trabalho de pesquisa observamos algumas questões e sujeitos: a construção da organização da e pela população em situação de rua não apresenta, segundo dados coletados, algumas características que foram determinantes para a configuração em Belo Horizonte e São Paulo, por exemplo; Menções à organização do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, que pode ter levado certos “hotlofotes” às agruras pelas quais passam aqueles que vivenciam a situação de rua; a criação do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua como fator de impacto na difusão de articulações em prol de direitos da população em situação de rua; a construção de lutas no interior do legislativo a partir da eleição de um parlamentar do Partido dos Trabalhadores; a entrada em cena de sujeitos como o CDDH, a defensoria pública e outros fóruns; o impacto do Decreto 7053 para a organização política.

Os elementos que verificamos como determinantes para a maneira com que se configurou a organização da população em situação de rua em Belo Horizonte e São Paulo principalmente, mas também em Porto Alegre, não ocorreram da mesma maneira no Rio de Janeiro. Importante observação até mesmo para compreensão do que Silva (2009) chama das especificidades regionais, as quais Iamamoto (2001) pede atenção dado o estudo da questão social. Além da construção das relações na cidade do Rio de Janeiro, outro elemento nos

chamou a atenção: não observamos nas fontes e dados coletados a presença da Igreja Católica de maneira tão determinante na capital do Rio de Janeiro, por meio de estratégias iguais ou similares às do OAF. Caso tenham ocorrido, não apareceram nas fontes. A título de investigação, pesquisamos sobre a OAF tendo como indicativo o estado do Rio de Janeiro no site da Hemeroteca Digital, e não encontramos ocorrências significativas, assim como não encontramos sobre a Pastoral do Povo da Rua no que tange ao incentivo à vivência e organização coletiva das pessoas em situação de rua. A pesquisa se deu por notícias das décadas de 1980 e 1990.

O que pudemos apreender foi a atuação da Igreja católica na construção de uma assistência complementar, na construção de serviços para atenção à população em situação de rua, mas não no sentido de incentivo à sua organização, pelo menos nas décadas de 1980 e 1990. Vemos esta “assistência” na construção da Comunidade Emaús, quando no Rio de Janeiro a Igreja encontrava-se sob liderança de Dom Hélder Câmara, conhecido defensor dos direitos humanos e contrário aos desmandos da ditadura militar brasileira.

Importante destacar que desde as eleições após a redemocratização para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro na década de 1990, a tendência da população carioca não foi pela escolha de candidatos vinculados aos movimentos sociais. Segundo informações extraídas do site do Arquivo Geral da Cidade⁴¹, foram eleitos: Marcelo Alencar (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), César Maia (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que venceu as eleições de Benedita da Silva do PT. Depois: Luiz Paulo Conde (PFL – Partido da Frente Liberal), que havia composto o governo de Carlos Lacerda, o alcunhado governador “mata mendigos”. Foi sucedido por César Maia, eleito em dois pleitos seguidos, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e posteriormente pelo PFL. O sucessor de César Maia foi Eduardo Paes, eleito duas vezes pelo PMDB. E o atual prefeito, de quem Paes foi antecessor é o senhor Marcelo Crivella, eleito pelo PRB (Partido Republicano Brasileiro).

Todos os mencionados antes de Crivella (que ainda é prefeito do município na atualidade) são conhecidos por empreender obras de modificação do espaço urbano que interferiram nas disputas pela cidade, conforme nos apontou Maricato. Suas gestões, ao que

⁴¹ Para acessar esta informação visite http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov_rio_de_janeiro_7.pdf - Último acesso em 16/09/2018.

sabemos, não foram de rupturas com o modelo higienista e de privilegiamento da estética para o turismo e para os anseios do mercado e não para os “encontros”.

Tendo o dado acima e entendendo que não foi característico de suas gestões a realização de estratégias como aquelas empreendidas pelo Partido dos Trabalhadores, podemos apreender os motivos pelos quais não esteve em vigência uma organização da população em situação de rua incentivada por gestores do executivo municipal.

No caso de Marcelo Crivella, atual prefeito, sua atuação tem sido calcada em uma refilantropização da questão social, não iniciada por ele. Não consideramos que o trato com base em ideais caritativos e filantrópicos tenha deixado de existir, mas o atual prefeito renova e fortalece esta perspectiva. Como um exemplo, podemos mencionar uma denúncia veiculada na imprensa, debatida no Fórum Permanente, levada até a Comissão Especial da Câmara e sobre a qual foi produzido um documento/carta aberta de repúdio por parte dos movimentos e sujeitos que atuam pelas e junto às pessoas em situação de rua. A denúncia diz respeito a um convênio que estava sendo firmado entre a prefeitura e igrejas de determinada denominação para promoção do abrigo de pessoas em situação de rua.

Em uma das reuniões da Comissão Especial da câmara, uma componente da gestão da Secretaria de Assistência Social negou que houvesse convênios, mas admitiu que Crivella havia solicitado apoio e parceria das igrejas “para ajudar as pessoas que estão em necessidade e extrema vulnerabilidade na cidade”. Naquela ocasião a representante do CDDH/RJ demonstrou preocupação com estas parcerias e denunciou a atuação das chamadas comunidades terapêuticas, em que há exploração do trabalho de pessoas que lá se hospedam com discurso de que se trata de estratégias de “recuperação”. Comunidades terapêuticas têm se espalhado por todo o Brasil e difundido práticas como o trabalho forçado ou o “trabalho terapêutico”.

Em outra reunião, a então secretária de assistência social Teresa Bergher também negou os convênios, mas defendeu parcerias público-privadas para acolhimento institucional de pessoas em situação de rua. A militância cobrou que tais parcerias fossem realizadas com transparência. Não observamos nos documentos ou observação questionamentos a este quesito.

O que nos interessa apontar é uma diferença de perspectivas em relação aos contextos de São Paulo e Belo Horizonte. A perspectiva das gestões do Rio de Janeiro não parece ter se aproximado da preocupação com garantia de direitos e com participação ativa de pessoas em situação de rua ou daqueles sujeitos que defendem suas pautas na construção de ações e políticas. Na década de 1990 Erundina firmou convênios com instituições religiosas logo após o processo de redemocratização. Não realizando defesas, mas análises, aquele contexto era ainda de amadurecimento das políticas públicas inscritas na Constituição de 1988.

No caso da gestão de Crivella, o que se tem é uma espécie de retrocesso. Após todo um movimento de construção de políticas e normativas para atuação de algumas áreas junto à população em situação de rua, normativas estas de caráter nacional a fim de que existam parâmetros e a atenção não se torne atomizada, o gestor traz à tona um diálogo com Igrejas em uma perspectiva de parcerias e “ajuda”.

A caridade não deixou de ser uma perspectiva na atuação junto à população em situação de rua, mas o processo de desconstrução da hegemonia desta ótica é golpeado por ações desta natureza por parte dos governos.

Muitas instituições religiosas ou não vinculadas a ONGs e outros projetos atuam ainda de maneira atomizada junto a este público. E com diversos vieses. Contudo, o Estado tem tido uma atuação fortalecida, ainda que hegemonicamente no bojo da assistencialização das políticas sociais.

E como um adendo, cabe-nos uma rápida ponderação sobre o histórico de relação entre caridade, assistência social e população em situação de rua. Segundo Silva (2006)

A década de 90, porém, trouxe uma nova perspectiva para a assistência social, que passou a figurar como política pública, constituindo-se o Estado como o grande responsável [...] não sendo mais objeto da caridade de voluntários da sociedade civil. Porém, se no âmbito legal e do discurso houve esta ruptura com o cotidiano das ações assistenciais[...] os voluntários[...] continuam a atuar, mantendo uma certa hegemonia nas práticas e serviços nessa área, sob a perspectiva da caridade. Com base nesta observação, consideramos que a consolidação de um novo modelo para a política de assistência social depende da superação de antigas práticas e concepções [...] (pp. 348-349)

O posicionamento dos grupos que atuam junto a e pela população em situação de rua foi de repúdio à ação governamental, uma vez que o viés da caridade ainda existe não foi

superado quando se associa população em situação de rua e assistência social. No caminho de sua superação, um retrocesso como estes pode dificultar a responsabilização do Estado.

Além disto, insistimos sobre a falta de indícios de disponibilidade voluntária para o diálogo ou escuta de demandas da população em situação de rua ou valorização de seu protagonismo, ainda que dentro da “ordem”.

Contudo esta não disponibilidade de gestores ao longo do tempo não impossibilitou que a organização em torno das demandas de pessoas em situação de rua ocorresse. A emergência da situação de rua na cena pública no Estado na década de 1990 teve a contribuição de um movimento nacional, com sede principal em Brasília, mas que teve relevância no estado do Rio de Janeiro: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). O enfoque deste movimento não era nos adultos, mas em crianças e adolescentes, em um contexto de efervescentes mobilizações no sentido de pautar este grupo geracional.

Valladares e Impelizeri (1991), tratam do fortalecimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), cuja criação teve como uma das incentivadoras a Pastoral do Menor (da Igreja Católica). Isto ocorreu no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em decorrência de uma série de episódios de violências e assassinatos de meninos e meninas em situação de rua, da mobilização de grupos em prol dos direitos de crianças e adolescentes que resultaram na promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que foi um marco no que tange à concepção da legislação brasileira em relação a este grupo geracional. Novamente temos a situação de rua emergindo à cena pública devido a violências sofridas. Mas desta vez com intuito de mudança neste quadro em relação às crianças e adolescentes.

O movimento tinha como objetivo exercer articulação política e alcançou visibilidade no Brasil e também teve repercussão internacional ao realizar denúncias sobre o “extermínio de crianças no país”. Além de ter como uma das diretrizes o incentivo à auto organização de adolescentes, o MNMMR tinha como linha atuação

Intensa movimentação junto à esfera governamental, especialmente nos níveis jurídico e legislativo. O MNMMR participou ativamente do debate estabelecido entre representantes do governo e da sociedade civil na modificação das disposições legislativas relativas a menores, que resultaram

no recém – promulgado Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na instituição dos Conselhos Tutelares. À assembléia Nacional Constituinte o MNMMR apresentou um documento com mais de um milhão de assinaturas em favor dos direitos das crianças. No Estado do Rio de Janeiro, o Movimento participou, ao lado de representantes de outras entidades de defesa dos direitos da criança, de reuniões com os constituintes estaduais. O mesmo pode ser dito com relação ao processo de elaboração da nova Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. (VALLADARES e IMPELIZIERI, 1991, p. 34).

Importante destacar as articulações e denúncias do MNMMR e o contexto de efervescência de lutas pelos direitos de crianças e adolescentes, de certa maneira levaram à cena pública as agruras relacionadas à situação de rua.

As autoras mapeiam, no bojo de tais lutas, os estabelecimentos que atendiam crianças e adolescentes em situação de rua, enfatizando que ao longo da pesquisa, mais instituições foram criadas. Muitas delas de caráter laico, advindas de organizações da sociedade civil. Há uma relação entre a luta por direitos em geral, a partir da “reabertura política” e da Constituição de 1988, a luta pela construção dos direitos da criança e do adolescente e a ampliação dos serviços destinados a este público. A ascensão à cena pública da situação fez com que houvesse aumento de respostas pelo Estado e pela sociedade civil.

Entendemos que a população adulta em situação de rua adquiriu maior visibilidade a partir de formas mais organizadas de lutas no Rio de Janeiro a partir da instituição do Fórum Permanente Sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado.

No próprio nome do fórum há explícito seu objetivo de tratar das questões relativas à população adulta. Naquele contexto, outros fóruns em outros estados já estavam sendo organizados, alguns dos quais, conforme observamos, sob influência de governos do Partido dos Trabalhadores à frente dos executivos municipais.

O Fórum Permanente Para População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro foi “fundado” em 2000⁴². Segundo Hilda Corrêa de Oliveira⁴³, em texto não publicado que contem transcrição de fala pública proferida por ela,

⁴² Vide documento “Bases Para uma Política de Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro”, elaborado em 2009 e que pode ser acessado em http://www.nepp-dh.ufrj.br/forum_situacaoderua.pdf - Último acesso em 16/09/2018.

⁴³ Hilda Corrêa de Oliveira é Assistente Social, atuou na área de Assistência Social. Compôs a diretoria do Conselho Regional de Serviço Social e até hoje representa o referido conselho no Fórum Permanente Sobre

O fórum foi uma iniciativa de estudiosos, pesquisadores, técnicos e educadores sociais que lidam com pessoas que vivem nas ruas das cidades e têm preocupação com o quadro de violação de direitos. O fórum existe há aproximadamente 10 anos, não é um espaço formal, não tem sede fixa, não tem CNPJ, é um movimento social que organiza debates sobre a vida nas ruas e fortalece a luta de militantes por direitos. Hoje é bastante significativo o número de participantes e entre estes estão pessoas com experiência de vida nas ruas. Há quase dois anos temos usado o auditório do CRESS⁴⁴ para reuniões do fórum, estando estabelecida uma rotina de reuniões mensais, na segunda terça-feira de cada mês na parte da manhã⁴⁵. (ACERVO PESSOAL DE HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA, s.d.)

Mediante dados sistematizados na análise documental, percebemos que o fórum fora criado por iniciativa de sujeitos da sociedade civil que tinham inquietações em relação às violações sofridas pela população adulta em situação de rua do Estado. Em 2000, recordamos, o município do Rio de Janeiro passava pela gestão de Luiz Paulo Conde. Conde era o gestor do executivo municipal durante a remoção da população em situação de áreas do Centro e Zona Sul da cidade para a Cimeira da América Latina e União Europeia em 1999. Episódio este sobre o qual mencionamos, iluminados por Escorel (2003).

Segundo Hilda, o fórum também agrega entidades religiosas ou não e pessoas que trabalham com população em situação de rua. O movimento tem atuado como interlocutor junto aos poderes judiciário, legislativo e executivo no sentido de defender a construção e efetivação de direitos e políticas públicas para a população em situação de rua. O Fórum tem organizado seminários, cursos e participado de audiências públicas. Em 2008, participou do processo de construção da Política Nacional para População em Situação de Rua, tendo debatido no Estado as indicações para inclusão com presença de 18 municípios se somados os eventos realizados.

Ferro (2011) comenta sobre a participação de representantes dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Já em 2008 deu-se o seminário organizado pelo Fórum para debater as propostas do Rio de Janeiro para construção da PNPR. Em 2010 integrantes do Rio de Janeiro passaram a compor a

População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. É uma figura importante na militância pelos direitos da população em situação de rua no Estado. O documento nos foi gentilmente enviado por ela.

⁴⁴ CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

⁴⁵ As reuniões do referido fórum ocorrem hoje na segunda terça-feira de cada mês, como naquela época. E ainda costumam ocorrer no auditório do CRESS, muito embora algumas estejam sendo descentralizadas.

coordenação nacional do MNPR, após a formação organizada pelo MDS em parceria com Instituto Polis e a UNESCO.

Destaca-se na fala pública de Hilda, a avaliação de que gestores públicos não têm a população em situação de rua em suas pautas. Isto precisa ser provocado. Analisa que “a imprensa só quer saber quando há matança” e a sociedade em geral observa como um “problema” e quer que este problema desapareça do alcance de seus olhos.

O Fórum instituído na capital fluminense tampouco teve incentivo governamental, diferente de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, em que os espaços de debates e articulações políticas iniciaram seus caminhos com este incentivo e, portanto, com certo nível de diálogo com o Estado.

Integrantes da Igreja Católica e também de outras denominações, bem como de outras entidades da sociedade civil participam do fórum na capital, mas sem a centralidade que tiveram em outras regiões. A atuação mais próxima do Partido dos Trabalhadores junto à população em situação de rua no âmbito regional ocorreu com a eleição do vereador Reimont à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Reimont é hoje vereador filiado ao Partido dos Trabalhadores em seu terceiro mandato. Ele é natural de Minas Gerais, iniciou a vida política em Belo Horizonte, foi padre franciscano alinhado à Teologia da Libertação, tendo deixado de exercer o sacerdócio em 2002. Durante entrevista realizada em seu gabinete, ele destaca que a política deve ser feita preferencialmente para as pessoas mais pobres, não deixando de ser para todos. Este olhar é influenciado por seu histórico vinculado à religião e talvez propriamente à Teologia da Libertação. Ele conta que, quando foi pároco no Rio de Janeiro, tinha uma atuação junto à população em situação de rua, mas que sua aproximação maior com a temática foi durante a primeira campanha eleitoral, em que pessoas em situação de rua de um projeto requereram compromisso com a “causa”.

A criação da Comissão se deu por iniciativa de Reimont, ante seu compromisso com as pessoas em situação de rua.

E aí nesse decorrer de 2009 o pessoal começou a cobrar que a gente tivesse alguma ação efetiva. E em 23 de dezembro de 2009 o Presidente Lula publica um Decreto, que é o Decreto 7053, que fala sobre a Política Nacional

da População em Situação de Rua. E ali quando ele publica a gente toma conhecimento da publicação e diz “Opa, é aí que a gente entra!”. Aí desde dois mil... início de dois mil e dez, a gente criou uma Comissão Especial pra cuidar da Política Pública pra População em Situação de Rua e vimos caminhando com o projeto, conhecendo os abrigos, conhecendo as abordagens, interferindo na questão do recolhimento compulsório. Discutindo, comprando brigas com secretário, com a Ordem Pública, com Rodrigo Bethlem. Aquela confusão toda com a abordagem e recolhimento de crianças que estavam nas ruas também. A gente fez várias intercorrências. E aí fomos fazendo o caminho por aí. Até a gente preparar uma lei nos moldes do Decreto [...] (ENTREVISTA COM REIMONT, 2017)

Mais adiante trataremos sobre a influência da PNPR para a organização da e pela população em situação de rua.

Destaca-se em documentos e na entrevista que a comissão especial, para que exista, deve ter adesão de pelo menos cinco parlamentares. Neste caso, ela vem sendo “renovada” a cada ano. Contudo, com pífia participação de outros vereadores. Por este motivo Reimont menciona que a sobrevivência deste espaço se deu pela abertura realizada à sociedade civil, que trouxe suas pautas e preocupações: o Fórum, o movimento, profissionais que atuam junto ao segmento populacional/tema, pesquisadores de universidades e representantes de instituições que atendem pessoas em situação de rua. Sem esta participação, segundo ele, não seria possível que os trabalhos prosseguissem. Assessores do vereador Reimont também são presentes e participam do Fórum. Importante observar que neste caso, o diálogo maior com o legislativo de dá por este canal, via comissão.

Sobre o sistema para garantia de direitos, hoje no Rio de Janeiro, importantes têm sido as atuações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública da União nas figuras de dois defensores específicos. Realizam atendimentos a pessoas em situação de rua, têm contribuído para articulação da rede de serviços e realizam a chamada “ronda” de direitos humanos, a partir da qual verificam casos de violações de direitos, principalmente por parte do Estado. Esta estratégia se consolidou no processo de “ordenamento” da cidade para receber grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as olimpíadas de 2015. Destaca-se o vínculo de pessoas em situação de rua com estes defensores.

Durante fala pública em um seminário organizado pelo CDDH, um dos integrantes da mesa convida as pessoas a passarem nos dias úteis à noite na sede da Defensoria Pública do Estado para observar que ali dormem diversas pessoas em situação de rua. Já no prédio do

Ministério Público do Estado, que é ao lado, numa marquise continuada, não há ninguém, segundo o narrador. Eles se aglomeram em frente à Defensoria. Ele avalia que isto demonstra o papel importante que ela tem exercido na atual gestão em sua preocupação e ações no que tange à defesa de direitos da população em situação de rua e o papel muitas vezes violador ou não tão garantidor de direitos do Ministério Público. Ele comenta que parece haver um muro invisível entre os prédios.

Já o CDDH (Centro de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis) cujo objetivo é percebido observando seu nome e que foi uma idealização constante também no Decreto 7053/09 funcionara no Rio de Janeiro no início da década de 2010 e por meio de um edital (não entendemos se governamental ou não), voltara a funcionar no estado até o final de 2017. Ele é composto por técnicos sociais e uma pessoa que teve trajetória de rua como agente social. No caso da configuração de 2017, a técnica social era uma socióloga e o agente social um dos componentes do MNPR RJ.

A atuação do CDDH⁴⁶ foi fundamental no sentido de colher denúncias de violações de direitos humanos da população em situação de rua e de ocupar os mais diversos espaços pautando a temática. Além da organização de um dos seminários em que realizamos trabalho de observação.

O CNDDH, que é o Centro Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis continua existindo com sede em Belo Horizonte.

É possível observar que a Política Nacional Para População em Situação de Rua, assinada e publicada pelo e na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido um importante fator a mover a militância da e pela população em situação de rua desde a sua construção à sua publicação.

O Decreto 7053/09 se tornou um instrumento de lutas pela e da população em situação de rua no Rio de Janeiro. Como um parâmetro para construção de políticas e ações governamentais e de legislações. Mas uma lei não necessariamente é a concretização de um

⁴⁶ É importante diferenciar este CDDH do CDDH Petrópolis, que é o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, sem contudo, o complemento “da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis”. No caso do CDDH Petrópolis, criado em 1979 por religiosos vinculados à Teologia da Libertação, a atuação ocorre na defesa dos direitos humanos. Hoje a expressão da questão social “população em situação de rua” está entre suas pautas. Para conhecer o CDDH Petrópolis, visite a página <http://www.cddh.org.br/> - Último acesso em 01/10/2018.

direito. Um decreto não foi necessariamente a concretização deste direito nos âmbitos regionais, até mesmo porque a adesão a ele não era compulsória, mas facultativa.

Na esfera federal, a partir da publicação do decreto, normativas foram criadas, assim como a prerrogativa de serviços para a população em situação de rua, com destaque para os Centros de Referência Especializados Para População em Situação de Rua (Centros POP), no âmbito da política de assistência social, e os Consultórios na rua, da saúde. Ambos são serviços com diretrizes nacionais, a serem executadas por municípios.

Destacamos que as diretrizes foram relevantes, uma vez que antes, conforme vemos em Valladares e Impelizeri (1991), serviços voltados para as pessoas mais pobres eram executados com prevalência de organizações e entidades não governamentais, de maneira que elas classificam como “atomizada”, sem um estudo territorial prévio para compreensão da real demanda em cada local por determinada oferta. Diretrizes nacionais acompanhadas de orçamento para construção de serviços provocam uma maior organização a partir de parâmetros únicos. Isto certamente implicou em impactos na relação entre a população em situação de rua e os governos e na visibilidade desta expressão da questão social. A destinação de orçamentos específicos impacta na escolha de gestores em aderir e levar um serviço para seu município (quando isto lhe é facultado) ou não.

Ainda assim, no trabalho de campo, observamos que permanências e heranças históricas têm influência sobre as escolhas de muitos gestores e sobre uma provável pressão sofrida por eles por parte dos moradores domiciliados dos municípios ou pelas características que imprimem à gestão das cidades. Percebemos que alguns deles se recusavam a implementar os Centros POP, ainda que fossem elegíveis para tal. E também, durante um evento na Secretaria de Estado e Assistência Social (que assessorava os municípios), a profissional mencionou que algumas cidades estavam “devolvendo” os Centros POP, ou seja, dizendo que não mais desejavam ter o serviço, abrindo mão do valor destinado para sua cobertura. A influência da população local, criticando serviços a este grupo populacional não foi pouco relevante neste sentido.

Ao passo que o Decreto 7053 direcionou o foco da atuação junto à população em situação de rua, o caráter “facultativo” do decreto e da adesão a alguns serviços por parte de

municípios e regiões provocou o aumento de pressões e incidências do fórum e outras organizações sobre estas questões.

A Política Nacional se tornou um importante instrumento para direcionamento das lutas, que veio das articulações em nível federal, mas as práticas regionais influenciaram no modo como este decreto fora apropriado por governos. O acúmulo de lutas, de sujeitos e da relação entre o Estado e este segmento populacional em cada região parece ter sido demasiadamente relevante.

A luta pela adesão de municípios do Estado do Rio de Janeiro ao Decreto e construção de políticas específicas para este público nos âmbitos municipais passou a ser uma constante na pauta do fórum, do movimento, do CDDH, dos defensores públicos do Estado e da União e no caso específico do Rio de Janeiro de alguns sujeitos no legislativo vinculados ao Partido dos Trabalhadores.

A criação da Comissão Especial na Câmara Municipal do Rio de Janeiro se deu tendo uma de suas pautas principais a criação de uma lei municipal para atenção do executivo à população em situação de rua e antes a adesão do Decreto 7053 pela prefeitura. Nos vídeos que nos serviram de fontes documentais podemos ver que audiências públicas e atos vinham sendo organizados em parceria com o fórum para pressionar a gestão municipal para esta adesão. Segundo fala pública de Hilda Corrêa de Oliveira,

Então, o que o nosso fórum tem feito é mobilizar o governo do Estado, Prefeitura do Rio de Janeiro e dos demais municípios para que façam adesão à política nacional. Recentemente foi realizada uma audiência pública na Câmara de Vereadores, em que o prefeito do Rio foi chamado, estando presente a Secretaria Nacional de Direitos Humanos na intenção de ser firmado o acordo de Adesão à política nacional. O prefeito deixou de comparecer à audiência. Para concluir, quero dizer que estamos em uma situação bastante difícil na cidade do Rio de Janeiro, porque o prefeito não se comprometeu com a adesão à política nacional, e portanto com a implantação de uma rede adequada de serviços vinculados às diferentes políticas setoriais. Persistem as operações de recolhimento a abrigos, inadequados e em número insuficiente, como única alternativa. (ACERVO PESSOAL DE HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA,s.d.)

Outras tentativas de mobilizações, atos públicos, reuniões, eventos, busca de sujeitos vinculados ao judiciário foram realizadas para que esta adesão ocorresse.

Em 2015, o vereador Reimont propôs por meio do Projeto de Lei 1543 uma Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua. Esta fora aprovada pelos vereadores e publicada em maio de 2018 como Lei 6350 de 04 de maio de 2018⁴⁷.

O atual prefeito Marcelo Crivella vetara⁴⁸ o projeto alegando vício de iniciativa, mas por fim ele foi sancionado.

Outros municípios do estado do Rio de Janeiro realizaram adesão e criaram comitês intersetoriais para acompanhamento das ações. Não sabemos precisar ao certo quantos, o que não fora mencionado ao longo da pesquisa por nenhum dos sujeitos com quem tivemos contato.

No bojo a da centralidade da PNPR nas pautas organizativas e a demanda por ampliar e capilarizar estas pautas, fóruns descentralizados foram instituídos ou gestados. Destacamos, a partir dos dados coletados, o Fórum sobre População em Situação de Rua da Baixada Fluminense e o Fórum Sobre População em Situação de rua da Zona Oeste da capital. O primeiro teve sua primeira reunião em 2014 e a organização concentrada neste mesmo ano, não tendo sido reconstituído posteriormente. Fora organizado inicialmente por sujeitos atuantes na gestão municipal da prefeitura do município de Mesquita.

Destes espaços descentralizados de organização, participaram e participam (no caso do fórum da zona oeste) mais sujeitos vinculados às religiões e instituições religiosas do que no caso da capital.

Aquela composição do Fórum da Baixada se dissolveu. Em 2017, contudo, acompanhamos o lançamento do Fórum Popular do Povo da Rua da Baixada Fluminense, organizado pela Arquidiocese de Nova Iguaçu e especificamente da Pastoral do Povo da Rua. O evento ocorreu em Nova Iguaçu e a maior participação foi de pessoas vinculadas a Igrejas, sobretudo Católica. Havia também profissionais técnicos de unidades da Assistência Social e da Saúde, mas não eram maioria. E havia um número relativamente relevante de pessoas em situação de rua e algumas delas eram atendidas por serviços ofertados vinculados à Igreja.

⁴⁷ Para conhecimento da lei, acesse <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/98be3aae95e4480983258283006e66e7?OpenDocument> – Último acesso em 01/10/2018.

⁴⁸ Vide em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/e63c86d709249b73032577590051acc2/5295fbc12c9c9d408325825d0057f7c7?OpenDocument> – Último acesso em 01/10/2018

Segundo consta no Jornal Caminhando, os objetivos do Fórum são

Além de debater e construir políticas públicas voltadas para superação da violência e garantia dos direitos da população em situação de rua, o Fórum pretende dar maior visibilidade às ações e fortalecer a articulação das entidades que atuam com pessoas em situação de rua na Baixada Fluminense (JORNAL CAMINHANDO, 2017)

Os objetivos mantêm a centralidade na estratégia da articulação e na busca por garantia de direitos e políticas públicas.

Em reunião posterior para organização das atividades para 2018, também notamos a predominância de sujeitos vinculados à Igreja Católica. Sobre o planejamento, um dos principais objetivos elencados era o de difundir a informação sobre o Decreto 7053/09.

Em relação às conquistas sobre os direitos da população em situação de rua, ouvimos que um dos abrigos vinculados à Igreja havia conseguido levar para a Conferência Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu cinco sujeitos atendidos pelo serviço como delegados e que conseguiram aprovar naquele município a adesão à PNPR. Atribui-se esta articulação, assim como a aprovação de uma casa de passagem ao incentivo à mobilização da partir da atuação da Pastoral do Povo da Rua. Destacamos a aprovação desta adesão via conselho municipal da política de assistência social.

Importante dizer que alguns dos documentos analisados foram as edições do Jornal Caminhando⁴⁹, que possuem versão digital (de maio de 2012 até agosto de 2018). A publicação demonstra uma inclinação para a defesa dos direitos humanos e anuncia cursos sobre esta temática e sobre formação política. Posiciona-se em relação à reforma política, contra a privatização da CEDAE, contra a redução da maioria penal. Anuncia a promoção de debates sobre gênero e igualdade, sobre o mundo do trabalho e sobre os conselhos de direito da Baixada Fluminense. Também noticia as atividades do Fórum Grita Baixada⁵⁰, do qual representantes de pastorais diocesanas são membros. Há alguma recorrência de notícias sobre a Pastoral do Povo da Rua e algumas sobre a organização e objetivos do Fórum Popular

⁴⁹O Jornal Caminhando é uma publicação da Diocese de Nova Iguaçu e pode ser acessada em <http://www.mitrani.org.br/caminhando.html> - Acesso em 24/07/2018 - Último acesso em 24/08/2018.

⁵⁰ Em visita ao site do Fórum Grita Baixada, entendemos que se trata de “uma coalização de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos e a segurança pública, tendo na Baixada Fluminense seu olhar e seu território de ação.” – Vide em <http://www.forumgritabaixada.org.br/sobrenos> - Último acesso em 01/10/2018.

sobre População em Situação de Rua da Baixada Fluminense. Após 2017 até agosto de 2018 não vimos mais menções ao último fórum citado.

É possível analisar que nas regiões mais periféricas do Estado do Rio de Janeiro, a Igreja assume um papel mais relevante na tentativa de organização pela e da população em situação de rua, mas não apareceu nos dados da pesquisa nenhuma iniciativa sistemática que tenha perdurado a longo prazo neste sentido.

O Fórum Permanente tem sido a iniciativa mais consistente neste formato. A avaliação de alguns de seus componentes, é de que ao longo de seus anos de existência, as conquistas da organização foram importantes:

Ao olharmos para a caminhada histórica do Fórum descobrimos que nossos esforços foram coroados por conquistas importantes. Entre elas, é possível destacar o termo levado ao debate público, em todo o estado, a presença de pessoas morando nas ruas, suas reivindicações e direitos. Lembremos os seminários estaduais, as audiências públicas, os estudos, nossas publicações, etc. E em tudo isso a fundamental participação das próprias pessoas moradoras de rua. (ACERVO PESSOAL DE HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA, 2011)

A análise dos próprios sujeitos e de outros que são parceiros de mobilizações, é de que de fato este espaço têm sido potente em levar à esfera pública as violações de direitos da população em situação de rua, debater estratégias de enfrentamento a estas violações e debater políticas públicas para este segmento populacional. E conforme observamos, tem como destaque a maneira sistematizada com que se reúne para construção coletiva de pautas, as articulações realizadas e o caráter de referência para o assunto e agregador de diversos sujeitos em prol de bandeiras que envolvem o grupo populacional sobre o qual aqui tratamos.

Em 2011, conforme observamos no documento, o desafio apontado era a formação política da população em situação de rua para que atuasse de maneira autônoma na defesa de seus direitos. Um desafio que urgia em um momento em que o MNPR-RJ começava a dar passos como parte da coordenação do Movimento Nacional. E no próximo tópico caberá a breve exposição específica sobre o que colhemos durante a pesquisa sobre a organização deste movimento no Estado do Rio de Janeiro.

4.3. Notas sobre o MNPR/RJ

Assim como no âmbito nacional, no Estado do Rio de Janeiro tem sido constante a participação de integrantes do MNPR-RJ em espaços de discussão e denúncias sobre as questões que afetam a população em situação de rua. Pelo que observamos, integrantes do movimento sempre estão acompanhados de parceiros: defensoria pública, integrantes de fóruns, CDDH, vereadores, profissionais da rede socioassistencial.

Durante o trabalho de observação, apreendemos que a organização do MNPR-RJ teve influência do Fórum Permanente Sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

No conjunto de relações apreendidas por meio de dados coletados pelas técnicas utilizadas, algumas questões nos chamam a atenção: o MNPR-RJ é um importante instrumento de lutas para e pela população em situação de rua; o MNPR do Rio de Janeiro, agrega mais pessoas vivem nas ruas das regiões centrais e pessoas que tem a situação de rua como elemento em sua trajetória; o movimento social é também um espaço de construção de vínculos, afetos e sociabilidade para pessoas em situação de rua e este pode ser um fator agregador; existem conflitos e uma hipótese que sugere cooptação de algumas lideranças por alguns sujeitos; ainda existe uma retórica da ajuda que se amalgama à retórica dos direitos e traz implicações importantes; Existe uma relação pouco conflituosa com os representantes do executivo municipal, sem que se deixe de empreender críticas; O MNPR-RJ ainda não possui autonomia e esta parece ser uma questão a ser trabalhada pelas lideranças nacionais.

O MNPR do Rio de Janeiro é um movimento que agrega pessoas que estiveram em situação de rua em algum momento e pessoas que estão em situação de rua. A maior parte pessoas que estão nas ruas do Centro da capital ou adjacências. Outros sujeitos também participam, mas não são maioria. E também possui como característica certa rotatividade em sua composição, não sendo diferente do que pesquisas que atentaram para este fato apontaram em outros Estados. Algumas lideranças permanecem ao longo do tempo, outras por pouco tempo e algumas realizam um movimento de “idas e vindas”. Neste caso alguns dos fatores são as próprias condições em que vivem: já ouvi notícias de uma liderança estar afastada porque retornou para a situação de rua, porque havia tido uma “recaída” em relação ao uso de álcool ou outras drogas ou por conflitos no interior do próprio movimento.

Parte dos dados empíricos coletados no processo de observação virtual⁵¹ sugere que em sua fase mais embrionária, este movimento contou com pessoas que tinham trajetória de rua, mas integravam outros grupos organizativos, como representante de um movimento denominado “Mosaico das Ruas”, sobre o qual encontramos poucos dados, mas que sugestivamente é vinculado à Igreja Católica; representantes de associação de pessoas em situação de rua que também praticavam catação de materiais recicláveis e aquelas que estariam incorporadas a movimentos de luta pela moradia. Este perfil de militantes parece ter sido modificado ao longo do tempo. Contudo, destaca-se a insuficiência de dados encontrados nesta pesquisa que nos remetam com maiores detalhes ao processo de criação do MNPR-RJ.

O que se pode dizer sobre sua atualidade, é que ele é um espaço organizativo importante que canaliza denúncias de violações contra a população em situação de rua e traz para seu interior muitas fagulhas de resistências. Apesar de observarmos dificuldade de manutenção de autonomia, o MNPR-RJ traz para si pessoas em situação de rua que em algum momento tiveram contato com o movimento em outros estados, pessoas atendidas nas redes de saúde, assistência social e na defensoria pública que, dada a atuação de algum profissional passaram a conhecer o movimento. E estas pessoas, ao vestirem (digo literalmente) a camisa com o símbolo e o nome do MNPR e frequentarem espaços com muitas autoridades, utilizam estes momentos, a legitimidade do lugar de fala para levar denúncias das mais diversas. Geralmente isto ocorre de maneira espontânea e dispersa, sem uma sistematização previamente acordada com o coletivo. Mas estes momentos são instantes de fala das pessoas em situação de rua e ocorrem em situações de inevitável escuta por parte do poder público ou de outros grupos. Ali se pode falar sem que a repressão venha de modo imediato. Em outros momentos deste texto trouxemos à tona algumas denúncias e falas públicas destes sujeitos.

Nas falas públicas evocam para si um “saber das ruas” nos termos de Lemões (2015). Um saber de quem está ou já passou pela situação de rua sobre a qual outras pessoas presentes não podem falar com a mesma propriedade.

Por ser este “canal” que reúne focos de resistência nos mesmos espaços e momentos para tratar de questões relativas à população em situação de rua, consideramos o MNPR-RJ

⁵¹ Como um exemplo de locais onde há dados a este respeito temos <http://militantedemovimentosocial.blogspot.com/>. Último acesso em 10/10/2018. Ali é possível observar uma notícia sobre a composição do MNPR-RJ no I Encontro Nacional da População em Situação de Rua.

como um importante instrumento na construção de rupturas com as relações imediatas que assolam as pessoas que vivem nas ruas. Utilizamos o termo “imediatas” porque percebemos que a maior parte das falas traz à tona urgências: um homem em situação de rua com a perna machucada, definhando em alguma calçada sem que haja qualquer tipo de cuidado; o rapaz que apanhou ou passou por abordagem truculenta da guarda municipal. A situação dos abrigos por onde diariamente passam diversas pessoas que estão em situação de rua. E muitas das vezes a denúncia é acompanhada de uma fala de reprovação de uma negligência atribuída a sujeitos que porventura estejam nos espaços e segundo a narrativa, poderiam tomar alguma atitude: “Ninguém faz nada!”; “Ninguém faz nada por nós!”; “Vocês não fazem nada!”.

Importante dizer que detectamos denúncias e resistências em nosso trabalho de observação, advindos também de sujeitos em situação de rua que não faziam parte do MNPR-RJ. No cotidiano da vida nas ruas, na formação de grupos de solidariedade, na participação em espaços de encaminhamentos como seminários, audiências públicas, reuniões da comissão da Câmara. As resistências em espaços de debates políticos ainda que por fora do movimento são possíveis para além da hora da estrela em que a personagem principal adquire visibilidade dados os suspiros finais em espaço público, mas porque um caminho de fortalecimento da visibilidade pública foi percorrido.

Com isto não estamos propagando que a visibilidade pública ou participação social ou manutenção de resistências se tornou algo simplesmente “aceito” por parte de governos e de agentes legítimos da repressão. Não é isto. Exemplo disto foi o que apareceu nos documentos audiovisuais em relação ao III Encontro Nacional da População em Situação de Rua ocorrido em 2016. Apesar de haver cessão de um equipamento público para a realização do evento, agentes relacionados à política de segurança espreitavam o local e em alguns momentos tentaram ou conseguiram praticar a repressão. Há relatos nos dados coletados sobre momentos em que pessoas em situação de rua sofreram olhares ou abordagens nada amigáveis em espaços onde ocorreriam eventos ou audiências públicas para debates sobre seus direitos no caso do Rio de Janeiro.

Outro dado que apareceu na ao longo da pesquisa foi o de que alguns sujeitos que não são parte do movimento não participam devido as críticas à sua organização. Não há um consenso em relação à maneira com que vem sendo conduzido. Durante um dia de observação encontramos um senhor que participava de uma das atividades e de debates que nos contou

que não havia permanecido no movimento porque se trata de um espaço de muita “politicagem”. Também observamos críticas em relação ao movimento de sujeitos que consideram o uso de espaços de participação social para auto promoção. E na Baixada escutamos de um homem que a última tentativa de organização da população em situação de rua naquela região não foi bem sucedida por uma condução inadequada da liderança que lá esteve. Ele questiona dizendo ser difícil encontrar lideranças para este movimento no Rio de Janeiro. E aponta para uma centralização das atividades no âmbito da capital fluminense.

Observamos que há conflitos e sugestão de que tenha havido ou haja um movimento de cooptação por parte de lideranças ou de uma ou outra liderança do movimento. Há denúncias por parte de algumas pessoas em situação de rua de ocorrência de cooptação, em que acusam uma das lideranças de obtenção de benefícios dada sua posição de articuladora de interesses. A palavra “politicagem” aponta para um conjunto de relações que reproduzem o clientelismo típico da pequena política brasileira, algo que pode de fato ocorrer nas relações entre movimentos sociais e o Estado, a depender da construção de tais relações. Mas não coletamos dados que nos permitissem confirmar a afirmativa acerca do elemento “cooptação”. Trazemos para reflexão apenas o conflito existente, este sim compondo o rol de dados advindos da empiria.

As relações clientelistas, conforme ilumina Iamamoto (2001), podem ser reproduzidas em instâncias de mobilização e controle social. Há que se observar as relações. No caso do MNPR-RJ, ficou marcada uma frequência grande de momentos de pronunciamento do que estamos chamando de “retórica da ajuda” ou de uma “retórica da gratidão”. Estas retóricas não ficam claras durante as performances em um primeiro momento. A participação em espaços organizativos traz o aprendizado de um repertório e de jargões que são importantes para constituição de identificação do grupo e dos anseios partilhados por ele ou que são esperados dele em determinados contextos. Neste caso a expectativa é de que um ou uma integrante do MNPR profira discursos que coadunem com a luta por direitos e políticas públicas, que possa opinar ou dizer o que o grupo anseia em relação a tais temáticas. A retórica do direito é proferida. Muitas das vezes com um esvaziamento de conteúdos concretos. Muitas das vezes trata-se claramente de uma retórica que visa corresponder a expectativas “nós temos direitos!”. Direitos a que? E logo em seguida em muitos casos, temos o que destoia do que se espera “vocês não nos ajudam!”. A cobrança para que os sujeitos ou o

poder público “ajude” não foi pouco frequente em falas públicas de pessoas em situação de rua, algumas das quais, integrantes do MNPR-RJ.

E sobre a retórica da gratidão, tampouco foram pouco frequentes os momentos de menções de agradecimento a sujeitos que atendem pessoas em situação de rua ou possuem uma atuação mais incisiva na defesa de seus direitos. Isso é bastante frequente em relação aos “doutores” da defensoria pública. “Doutores” que em muitos momentos pediram para que o título ou o tratamento formal fosse dispensado, mas não foi. A personalização do direito, a existência da figura que encarna o direito garantido não deixa de ser uma marca de um passado selado pelo populismo e pela antecipação de demandas da classe trabalhadora. Há a figura que encarna o direito garantido. E isto também tem relação, conforme apreendemos, com o número reduzido de sujeitos em espaços do sistema de garantia de direitos que atua de maneira mais sistemática na defesa dos direitos deste grupo populacional. Da mesma maneira essa “retórica da gratidão” se reproduz em relação ao ex presidente Lula. Os direitos ainda lhes parecem concessões. Pedem que os direitos sejam garantidos, mas criam uma relação de gratidão ou lealdade a quem os concede em sua interpretação.

Este tipo de discurso é marca das revoluções passivas vivenciadas no Brasil, em que o protagonismo dos sujeitos é arrefecido pela aparência de concessão de direitos e não de luta por eles. Não estamos criticando os “doutores”, mas tentando compreender algumas das determinações que podem estar envolvidas na construção de tais relações.

A personificação dos direitos e políticas não contribui para o aperfeiçoamento da lógica dos direitos conquistados ou para exercício da atuação em ambientes de maior conflituosidade e contribui para uma relação de cordialidade com sujeitos que estão negligenciando ou mesmo violando os direitos que se está requerendo. Santos (2012) explicita que as relações que trazem à tona a lealdade a quem realiza “concessões” ou a quem se atribui isto, configura um “paternalismo tutelar”. Aqui entendemos que tutelar é uma forma de reduzir o potencial de protagonismo do grupo. O paternalismo, neste caso, pode ocorrer mediante esforço dos sujeitos que o realizam ou devido a uma espécie de subordinação internalizada pelas pessoas que “recebem” o direito, a prestação do serviço ou qualquer outra coisa ou pode ser pelos dois fatores. Neste tipo de relação, a intenção de integração é fundamental até mesmo para o elogio ao pacifismo daqueles com quem se dialoga e que reivindicam algo. Santos (2012) questiona o impacto desta cultura política no potencial de

organização da classe trabalhadora. Porque a cordialidade pode levar a ao controle da correlação de forças e a conquistas mais graduais, até o limite do possível para quem está “concedendo”.

Em nossa pesquisa de observação, sobretudo virtual, constatamos que parte do movimento mantém uma relação de cordialidade em relação aos sujeitos que ocupam o executivo municipal mediante negociações, que muitas das vezes ocultam a continuidade do caráter repressor de outras ações. A mesma gestão municipal que tem um secretário que se reúne com a população em situação de rua e tira foto ao seu lado inaugurando espaços de acolhimento institucional tem outro secretário que delibera pelo “recolhimento”, violência patrimonial e retirada deste grupo de determinados locais nas cidades. É como se as gestões, como diz o ditado, “dessem com uma mão para tirar com a outra”. E como já vimos anteriormente, muitas das vezes no âmbito da própria política de assistência social há orientações para recolhimentos compulsórios ou ações repressoras conjuntas com outros sujeitos.

Contudo, esta “cordialidade” não é uma prática consensual. Há registros de que um dos integrantes do MNPR-RJ, que já não é mais, tinha uma prática distinta, em geral questionando o poder público, ainda quando este trazia na retórica qualquer concessão. Há registros em um rascunho de reportagem enviada por Hilda. Mas esta não constitui a tônica hegemônica. A denúncia individual é uma prática recorrente, como vimos, mas a organização para denúncias a partir de demandas coletivas e direcionadas não.

A característica cordialidade e relações de acordos também comprometem o nível de avanço das lutas empreendidas. Já sabemos que o MNPR não busca a subversão da ordem capitalista, mas diálogo não necessariamente requer relação de proximidade aos moldes clientelistas.

Um dos integrantes do MNPR-RJ certa vez comentara publicamente que em muitos lugares a luta avança, mas que no Rio de Janeiro ela não avança muito. E este foi um dos motivos para que a coordenação nacional do MNPR, em 2017, a partir de um incentivo da Fundação Ford, conforme seu relato, viesse ao Rio de Janeiro para o fortalecimento da organização das pessoas em situação de rua neste estado. Segundo os integrantes da coordenação, este seria o primeiro estado visitado por causa do histórico de repressão à

população em situação de rua devido à cidade ser turística e receber grandes eventos. Sem que tenha sido dito de maneira literal, ficou claro que o objetivo era a construção da autonomia do movimento.

Durante este evento, que também contou com a presença de parceiros, as lideranças nacionais realizaram uma dinâmica de grupo e depois separaram os presentes em militantes e parceiros. Ficamos no grupo dos “parceiros”, claro. Retornando ao grande grupo, a líder nacional enfatiza a necessidade da autonomia e realiza críticas a parceiros que tentam tutelar as pessoas em situação de rua. No grupo dos militantes ficou acordado então que os integrantes do movimento fariam reuniões com periodicidade quinzenal. E nestas reuniões, conforme pactuaram, não haveria a presença de “parceiros”.

O outro líder nacional esclareceu que se tratava de um momento de organização e fortalecimento. Construir o que é o movimento e os motivos pelos quais estão ocupando espaços. E dialogar sobre a formação (primeiro enquanto movimento e depois política). “Eles sabem o que é a fome, mas preciso que eles entendam o Decreto 7053 para ocupar espaços”. O “Movimento precisa estar mais presente pautando o Fórum”. A crítica foi no sentido de que o movimento deveria ter suas pautas e levar ao fórum, além de incorporar-se às pautas construídas no fórum, ainda que eles em certa medida também compoñham este fórum.

O que ficou entendido no trecho entre aspas da fala do líder nacional, foi a percepção de que muitos dos integrantes regionais têm a vivência das ruas “sabem o que é fome”, mas talvez ainda lhes falta uma formação política e organizativa mais sistemática.

A menção a uma necessidade de fortalecimento enquanto movimento demonstra que esta “identidade” ou consciência de coletivo ainda não parece alcançada, segundo avaliação das lideranças nacionais. Era preciso construí-la. E para isto seria necessária reunião de pessoas em situação de rua. Ele também lança para reflexão que os integrantes do Rio de Janeiro precisariam dialogar sobre formas de subsidiar materialmente a representação.

As reuniões, conforme decisão do grupo, ocorreriam após os ensaios do coral “Uma Só Voz”⁵², do qual a maioria deles fazia parte. O coral é um espaço de trocas e convívio das

⁵² O coral é parte de iniciativa de ONGs que atuaram também durante as olimpíadas de Londres junto à população em situação de rua. “Seguindo o fio condutor olímpico, a iniciativa passou três anos pesquisando e fomentando o setor ao lado dos parceiros brasileiros em São Paulo e Rio de Janeiro,

peessoas que frequentam os ensaios. E as apresentações parecem ser momentos de grande importância para as pessoas que dele participam. Ali é preciso também exercitar o senso de coletividade. Mas o principal que trazemos para a reflexão são as construções de vínculos afetivos, algo na maioria das vezes rompido em relação às famílias quando se está em situação de rua. A construção de relações ou reconstrução delas é um fator determinante para agregar estas pessoas. A escolha do coral foi interessante para esta ponderação. Porque os integrantes do MNPR sabem que algumas pessoas em situação de rua frequentam os ensaios e a oportunidade de estarem de reunidos seria ali.

O movimento pode constituir um espaço de reconstrução de relações. Em um dos nossos documentos audiovisuais, temos o relato de um dos líderes do MNPR em outro estado, em que ele diz:

Eu estava com a minha auto estima muito baixa. Eu tava mentalmente destruído. E após entrar nesse movimento, após ter uma luz, ter por quem lutar minha história mudou. Hoje eu tô casado, hoje eu tô com uma vida aparentemente estável. Mas eu poderia não estar. Eu poderia estar nas ruas ainda. Mas esse movimento me proporcionou ao entrar nele adquirir um conhecimento. E conhecimento este que vem me capacitando até agora. Todo dia uma capacitação, todo dia eu me capacito para lutar por essa população. Conhecimento é poder, né? E quando nós conhecemos, nós podemos lutar melhor. (FONTE AUDIOVISUAL, 2015)

O homem relata que o movimento mudou sua trajetória porque lhe trouxe conhecimentos. Mas seu relato traz também sobre o fato de ter tido algo porque lutar, algo pelo que se agregar. A constituição de relações de sociabilidade pode ser um fator que incentiva a organização política, assim como ocorreu nas estratégias travadas pela OAF. A situação de rua traz uma multiplicidade de fatores e é composta por pessoas de perfis tão heterogêneos, que a construção de relações para criação de uma identidade do movimento é de suma importância. O coral foi um fator agregador que pode tornar o próprio movimento outro fator agregador.

O MNPR é distinto do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis) porque estes últimos se reúnem em torno de uma pauta que é trabalhista também, que é por direitos relacionados ao trabalho e às condições de realização deste trabalho.

liderados no Brasil pela ONG People's Palace Projects. O resultado foi a criação dos Corais Uma só Voz [...]British Council, Calouste Gulbenkian Foundation e Macquarie Group Foundation”. Para conhecer mais sobre o coral é possível acessar <https://www.catarse.me/amigosdoscoraisumasovoz> - Último acesso em 01/10/2018.

Apontamos aqui que o movimento de população em situação de rua pode ser um potencializador de construção de relações baseadas na luta e organização coletivas, o que interfere na sociabilidade dos sujeitos. No caso do Rio de Janeiro, o pontapé de “reinício” ou exemplo desta construção foi o coral.

As análises empreendidas fazem-nos atentar para a relação que o movimento tem tido com governos, representando o Estado em suas diversas faces. Reforçamos que, apesar das negociações a repressão não deixou de acontecer.

A detecção da pouca autonomia do MNPR-RJ não faz com que suas conquistas e a importância de sua existência seja desconsiderada. Os sujeitos que dele participam trazem à cena pública discursos e denúncias desafiadoras. Desafiam o poder público e desafiam à ação. Demonstram o quão violador de direitos é o Estado. Põem o dedo em feridas. E com a contribuição de parceiros, têm ocupado espaços na imprensa. Têm levado a emergência deste grupo populacional à cena pública de maneira contínua. E participado de espaços importantes de debates e tomadas de decisões: participam do Fórum, com menor participação nos espaços organizativos na Baixada Fluminense. Participam vez por outra das reuniões da comissão da câmara. Segundo Reimont, esta participação é “sazonal”.

O MNPR-RJ também ocupa ou em algum momento ocupou espaços como: Conselho Estadual de Saúde Popular, Conselho Municipal de Assistência Social, Fórum Estadual dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social, de Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Social e Saúde. Constituem espaços de controle e participação social nos moldes da constituição. E esta ocupação não difere do que outros pesquisadores detectam sobre a atuação de outros movimentos sociais.

Este tipo de participação, no entanto, embora seja percebida por muitos autores como uma forma de possibilitar a concretização de direitos, também pode esconder a reprodução de relações clientelistas. Não é algo necessariamente frutífero para as causas que se defende. Há potencialidades, mas também limites. E é importante que se tenha isto em mente:

[...] ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios, mas também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública. (IAMAMOTO,2001, p.23)

Embora a participação social seja uma importante via de atuação de movimentos sociais e outros sujeitos coletivos na atualidade, precisa ser pensada como um elemento preñado de contradições, assim como problematiza Yamamoto na citação acima.

A potencialidade de influência em processos decisórios não elimina a avaliação de que constituem espaços de representação dentro de uma ordem e que possibilitam um controle maior de correlação de forças, uma vez que seguem fluxos e rituais pré-estabelecidos por uma burocracia que também vige em seu interior.

Outra questão observada é a luta por direitos. Uma preocupação que nos assola é de que esta luta toma uma centralidade e nos discursos e ações parece-nos que as estratégias se dão sempre tendo este como um fim. A ampliação de direitos e construção de políticas são conquistas que estão na esfera e caminham na direção da emancipação política, que é restrita. Além do mais, o direito surge como algo que trará as mudanças substanciais e em alguns casos a impressão que temos é a de que os integrantes de movimentos sociais, e isto também dizemos sobre o MNPR e parceiros, valorizam a conquista de direitos como se isso não fosse algo mais fluido.

Diante da perspectiva que adotamos, estes direitos são conquistas importantes da economia política do trabalho, ainda quando são consequências mais de concessões do que de ações da classe trabalhadora organizada. Contudo, observamos que existe um fetiche da igualdade jurídica que oculta o âmbito das relações de exploração e de desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. O direito compõe um conjunto de relações, este todo em movimento. Ele é fluido, não estanca. A depender da intensidade da luta de classes e dos anseios do capital, estes direitos podem ser retirados. No caso da população em situação de rua, estes direitos ainda sofrem influência da maneira com que ao mercado e ao Estado convém a gestão das cidades. As disputas pelo usufruto do espaço urbano perpassam esta questão. No caso de uma cidade como o Rio de Janeiro isto se torna bastante relevante.

Os direitos não são um ente em si fora dessas relações sobre as quais falamos. Eles também sofrem com múltiplas determinações, algumas das quais estruturais e conjunturais. Em tempos de crise do capital, da apropriação do espaço urbano, eles podem ser retirados ou diminuídos. A atenção a tais fatores faz com que qualquer organização se fortaleça em estratégias de enfrentamento. Segundo Gohn (2013b):

Resulta deste cenário, neste novo milênio, que as muitas ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram que alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da história, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas – em casos raros, partiram para ações de resistência, via desobediência civil. Mas, infelizmente, em muitos outros casos, retrocederam em sua forma de atuar, para as antigas formas clientelistas, confundindo sua esfera de atuação com a esfera pública governamental, pelo fato de apoiarem este ou aquele político, partido ou dirigentes de plantão no poder. Com isso, o clientelismo e as trocas de apoio voltam à cena, assim como manifestações públicas arquitetadas para defender uma pseudo vontade geral, quando na verdade estão se defendendo interesses de segmentos particulares. (GOHN, 2013, pp. 24-25)

As relações pautadas no âmbito da institucionalidade são limitadas. E consideramos legítima a preocupação de Gohn. Contudo, partilhamos das observações de Montañó e Duriguetto (2011), segundo os quais as lutas sociais são momentos ou derivações da luta de classes em uma esfera mais imediata, que contribuem para a publicização de sequelas específicas da questão social. Não se pode desconsiderar as ações a curto prazo e os objetivos alcançáveis e palpáveis. Isto tudo quer dizer que as lutas sociais e a luta de classes são “níveis” distintos de um mesmo processo.

Entendemos com Gohn (2013) e principalmente com os dados coletados por meio da pesquisa e de conflitos no interior do próprio MNPR/RJ, que além de uma representação dentro da ordem, a cordialidade nas relações expressa publicamente em redes sociais e algumas falas públicas pode ser pernicioso para o avanço de conquistas. Lutas que desembocam em apoios que muitas das vezes são cegos a determinadas figuras na cena político-partidária. Reconhecer a diferença de perspectiva destas figuras é relevante, mas contribuir para a perpetuação de nuances clientelistas no interior do movimento social não contribui para que ele se fortaleça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de uma jornada que não constitui o esgotamento das possibilidades de uma temática. Intitulamos “considerações finais” seguindo convenções e porque demarcam o fim do texto, mas desde já manifestamos o desejo de que este seja um provocador para mais produções sobre a temática “população em situação de rua”.

Começamos expressando nosso entendimento de que a população em situação de rua é o grupo populacional que faz dos espaços públicos e recantos das cidades seus espaços de moradia e sustento, onde reproduzem suas vidas cotidianamente e podem ser vistos por transeuntes ou qualquer observador. São uma vitrine do que a “selva capitalista” pode produzir em termos de degradação da vida. Vitrine de possibilidades neste mundo onde o trabalho é livre, inclusive para a desproteção social. Mas também vitrine de resistências cotidianas e diárias de ocupação de cidades que são produzidas para o mercado, a mercadoria ou aos interesses mercantis, mas que não foi sempre assim. Eles demonstram que a cidade pode ser ocupada de outras formas.

Grande parte da bibliografia consultada dá conta de sua invisibilidade, versão esta que compreendemos, uma vez que o acesso à proteção social via concretização de direitos e políticas públicas não lhes chega com facilidade e que a naturalização do fenômeno é um dado que não pode ser desconsiderado. Mas estamos observando por uma ótica distinta. A pesquisa nos mostrou que é possível uma análise pelos caminhos e descaminhos da sua “visibilidade”. É um viés possível, não o único. Não necessariamente visibilidade no plano das agendas governamentais, mas sob outra ótica.

Invisíveis? Perguntemos aos guardas do Serviço de Repressão à Mendicância, que exterminaram um grupo de “mendigos” jogando seus corpos no Rio Guandu e da Guarda; aos policiais que assassinaram os oito meninos em frente à Igreja da Candelária no Centro do Rio de Janeiro; aos sujeitos que atearam fogo nos “mendigos” na década de 1950 e os que fizeram algo similar no ano passado. Façamos esta questão aos homens que assassinaram Fernanda com tiro no peito enquanto ela dormia, ou aos empresários da Região Serrana que em seu grupo de aplicativo dialogavam sobre como “acabar” com a população em situação de rua em seu município. Questionemos sobre isto aos profissionais que ao longo do tempo receberam solicitações ou ordens para remover das cidades aqueles cuja presença no espaço público não

era desejável na ocasião de um evento esportivo, político ou qualquer outro. Perguntemos aos agentes do choque de ordem ou às equipes de abordagem social das prefeituras. Ou àqueles que silenciosamente constroem em cada recanto da cidade uma estratégia “antimendigo”, que põem pedras sob viadutos, molham calçadas à noite para que ninguém ali pernoite ou ainda aos que realizam mobilizações via redes sociais para reprimir quem porventura contribua, em sua visão, para a permanência das pessoas nas ruas ofertando-lhes o necessário para sua sobrevivência. Perguntemos aos prefeitos cujos municípios eram elegíveis para ter Centros POP e não aceitaram mesmo com verba destinada para tal. Perguntemos aos prefeitos e gestores de metrópoles e cidades de médio porte.

As relações baseadas na repressão às classes tidas como perigosas não deixaram de existir e foram transversais às mais diversas respostas ao fenômeno população em situação de rua no Rio de Janeiro desde o início do século XX. Sob este prisma o Estado sempre esteve presente na vida das pessoas que fazem das ruas espaço de moradia e sustento. O Estado tem sido o principal sujeito da repressão, cumprindo sua tarefa de manter a ordem social e o controle sobre a população mais pauperizada.

Quando clamamos a presença de um Estado ou o acusamos de “ausente”, desconsideramos seu “braço” repressivo, ou as diversas facetas da repressão, algumas das vezes travestidas em direitos de “assistência social”. Todas as estratégias compõem um conjunto de relações cujo objetivo final é a manutenção da ordem. Conforme explicitamos, para nós o Estado não é aquele que porta a razão universal como apontou Hegel ou como acreditam muitas pessoas. Não é o elemento que busca os interesses coletivos para dar conta deles. É um elemento contraditório que serve à manutenção do sistema de acumulação capitalista, mas que vez por outra incorpora demandas das classes trabalhadoras. Atua por meio do consenso, mas também por meio de violência. Uma forma não exclui a outra. A dinâmica entre elas depende da conjuntura, incluindo aí a intensificação ou não da luta de classes em relação à agudização dos efeitos das crises do capital.

Os atos e processos prenes de rebeldia trazem à tona as sequelas das desigualdades geradas pelo sistema, sem as quais ele não consegue manter seu metabolismo. A questão social é um conceito que abarca este processo, inclusive de incorporação de demandas pelo Estado. No Brasil ela possui duas características específicas: a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais, geralmente por meio de estratégias de antecipação de

demandas por parte do Estado e das classes dominantes, a cujos interesses este Estado serve, ainda que em alguns contextos vista uma roupagem prenhe de uma feição social, que de fato intervém na concretude da vida dos sujeitos, mas não contribui para subversão das condições de dominação. Portanto, não contribui para subversão das relações constituídas e que em sua raiz geram as desigualdades.

A população em situação de rua é um fenômeno que expressa uma das mais graves e bárbaras sequelas destas desigualdades. No Brasil, de acordo com pesquisas, esta população é composta majoritariamente por homens, pessoas negras e sujeitos em idade produtiva que desempenham atividades fora do circuito da chamada formalidade ou das garantias de proteção social pelo trabalho. Trata-se de uma expressão da questão social atravessada por outras questões como: desemprego, subemprego, pela desigualdade racial, por questões de gênero, pelo parco acesso aos direitos e políticas sociais. São múltiplas as determinações que caracterizam, provocam, contribuem para a produção e reprodução deste fenômeno.

No que tange ao acesso a direitos e ampliação de políticas sociais via lutas sociais no Brasil, a bibliografia destaca que dois “marcos” foram demasiadamente importantes e contribuíram para que uma série de sequelas da questão social entrassem nas agendas dos governos: a construção e promulgação da Constituição Federal de 1988 e a ascensão ao executivo federal do presidente Lula. No primeiro caso, a ampliação e instituição normativa de direitos sociais foram uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital, e influenciaram a continuidade das lutas de diversos grupos com as mais distintas pautas para incorporação pelo Estado. No caso do segundo fato, observamos uma incorporação de bandeiras históricas de movimentos sociais, sem, contudo, provocar grandes mudanças que a princípio incomodassem aos capitais.

A feição social adquirida pelo Estado sob os governos petistas certamente trouxe mudanças concretas para a vida de muitas pessoas, sem alterar ou se preocupar com a alteração nas raízes das desigualdades. As conquistas e mobilizações ocorreram dentro de limites estipulados pela institucionalidade e da normatização que a envolve. Como alerta Naves (2012)

A legalização da luta de classes significa que as formas de luta do proletariado só são legalmente reconhecidas se observam os limites que o direito e a ideologia jurídica estabelecem. Assim, a greve só se transforma

em direito de greve se os trabalhadores aceitam os termos que a ela emprestam licitude: a greve não pode desorganizar a produção colocando em risco o processo do capital, questionando, portanto, a dominação burguesa dos meios de produção. (p.14)

A construção, desde a Constituição e que foi bastante reforçada sob o lulismo, de legalidades sobre as mobilizações e organizações que seriam permitidas ou não ou as que seriam privilegiadas e incentivadas retiraram o potencial criativo de muitas lutas e impuseram licitude e legitimidade para a participação social mais institucionalizada, como o são os espaços de conselhos, conferências e afins, muito mencionados pelos movimentos da e pela população em situação de rua. As reivindicações transcorrem dentro de um roteiro ou de possibilidades limitadas pelo que é lícito ou dialogável, sem desestabilizar demasiadamente as relações de acumulação.

Advertimos, contudo, que com isto não estamos “prescrevendo” condutas aos movimentos sociais, dizendo como deve ser sua atuação. Apenas realizando análises mediante a observação do movimento que se apresenta em relação à realidade estudada.

O processo não é tão simples porque envolve práticas instituintes e que não se enquadram no que se espera no âmbito das licitudes e muitas das vezes estas que provocam o alargamento de limites. Mas este não tem sido o caso das lutas da e pela população em situação de rua no Brasil. A expressão organizada destas lutas e que tem sido um importante elemento a levar pautas deste grupo populacional à cena pública em âmbito nacional é o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o MNPR. Ele já nasce com a disposição e o objetivo articulador e de diálogo com o Estado, buscando a acomodação institucional como estratégia em um contexto de abertura do executivo federal para este diálogo e para o acolhimento de suas bandeiras. Temos em poucos anos a construção de uma Política Nacional Para População em Situação de Rua, lançada via Decreto Presidencial, e a normatização de serviços a serem executados pelos municípios, mas com incentivo deste governo federal.

Destacamos que no processo de constituição do movimento o Partido dos Trabalhadores e sujeitos que posteriormente iriam compor o governo federal tiveram influências. A organização da e pela população em situação de rua foi uma importante “novidade” que teve também outras determinações e características regionais. Esta

organização não aconteceu também “do dia para a noite”, mas foi fruto de um acúmulo para o qual contribuíram diversos fatores.

No caso de cidades como São Paulo e Belo Horizonte, desde a década de 1980 vem sendo desenhada esta organização por incentivo da Igreja Católica, por meio da Organização do Auxílio Fraternal sob influência da Teologia da Libertação. Outro fator importante foram os governos do Partido dos Trabalhadores na gestão destas prefeituras na década de 1990, o que também ocorreu em Porto Alegre. Nestes casos, houve incentivo à organização deste grupo populacional, criação de fóruns de discussão e movimentos sociais em alguns casos. A participação social foi uma conquista constitucional celebrada por alguns autores. Analisamos que se trata de uma conquista que pode ter sua importância, mas não se pode deixar de reforçar que se trata de uma participação dentro da ordem, dentro de limites estabelecidos pelo sistema jurídico-legal que traz uma igualdade formal, mas não real, entre os sujeitos. Neste caso, uma das consequências é a mobilização dentro dos limites institucionais e com a existência de um controle sobre correlações de forças.

Esta organização empreendida principalmente em São Paulo e Belo Horizonte provocou um acúmulo e, dadas as condições também “favoráveis” ao diálogo por parte do executivo federal e uma situação-limite que foi um massacre com morte de pessoas em situação de rua na Praça da Sé, foi “criado” o Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua. Seu objetivo desde o início era a realização de articulações dialogadas com os governos, não havendo em seu repertório o intuito da manutenção de ambientes de grande conflituosidade.

O arrefecimento de lutas com caráter mais conflituoso foi um aspecto alcançado pela política de conciliação de interesses muitas das vezes divergentes das gestões do Partido dos Trabalhadores no executivo federal. Esta conciliação foi aliada à já mencionada feição social dada ao Estado e construção de políticas de “alívio” da pobreza que trouxeram à tona a expansão da assistência social, em detrimento de políticas que garantem uma maior proteção social como as políticas de trabalho e previdência social.

Cabe-nos a análise de que, via decreto, este governo instituiu uma Política Nacional Para População em Situação de Rua, com destacado caráter intersetorial em sua letra fria. A questão trazida nos debates era que a política pública, que ao longo da história abarcou

demandas deste grupo populacional fora a assistência social. Contudo, estas demandas eram multifacetadas e deveriam ser pensadas pelas mais diversas políticas públicas. Contudo, problematizamos a contradição em publicar este texto em um contexto de expansão considerável da política de assistência em âmbito nacional, em detrimento de outras. Expansão esta reforçada pela mesma gestão do executivo federal que assinou o Decreto 7053/09. Foi articulado um instrumento legal no mesmo contexto em que perversamente as condições estruturais estavam sendo tecidas de modo a reduzir a atuação ou alcance de direitos como os trabalhistas e previdenciários. A importância das lutas seria grande, mas é sempre preciso realizar análises da realidade.

Voltando às condições de acúmulo organizativo na constituição dos movimentos da população em situação de rua, no caso do Rio de Janeiro não foi possível identificar mediante as técnicas e fontes utilizadas na pesquisa, uma atuação da Igreja Católica no sentido de contribuir mais incisivamente nesta. Notamos sua influência na construção de serviços alternativos de assistência e atendimento como abrigos e albergues, ou atuação diretamente nas ruas, assim como outras entidades, grupos e organizações não governamentais. Tampouco houve uma gestão do Partido dos Trabalhadores, ou de qualquer sujeito no executivo municipal desde a década de 1990 pós “reabertura política”, que demonstrasse disposição para o diálogo com ou por este grupo populacional no sentido da construção de direitos ou com histórico de participação ou diálogo mais amplo com movimentos sociais.

Importante ressaltar também as características de conservação típicas de uma cidade que, antes mesmo do processo de industrialização, já tinha uma importância para o país devido ao litoral, propício para escoamento de mercadorias em uma economia agrário-exportadora. A produção desde ali tinha o objetivo de atender mercados externos e o Rio de Janeiro precisou adequar-se aos interesses advindos destas relações mercantis. A constituição desta cidade para o mercado, em constante conflito com a cidade de encontros e ocupações, é fator de permanência e conservação no caso do Rio de Janeiro.

A conservação tem a total chancela do Estado, “personificado” neste caso pelo executivo municipal. O Estado vem agindo por dentro das cidades e constituindo-as mediante interesses dos capitais, mas não sem conflitos e resistências.

Nos termos de Mike Davis, nesta “guerra social” que provoca a segregação urbana, o Estado sempre está presente atuando em nome do que ele chama de “progresso e embelezamento” e do favorecimento aos investidores estrangeiros, elites e classes médias. Progresso para uns, miséria para outros a fim de alimentar o metabolismo do capital. Sem desigualdade ele não consegue se reproduzir.

Para esta reprodução, é necessário que nas cidades exista um exército de trabalhadores livres, desprotegidos e sem trabalho ou trabalhando em situações de extrema precariedade, para que aqueles que têm trabalho não pestanejem em aceitar as condições de exploração cada vez mais acirradas e sob técnicas mais sofisticadas impostas pelos que compram sua força de trabalho. São gerados consensos neste processo, mas também rebeldia.

A população em situação de rua, composta também por parte desta “massa sobrando” vital aos processos de acumulação por ser fator de redução dos custos da força de trabalho, é levada a esta condição por fatores estruturais e outros que são biográficos. Mas quando estão no espaço público fazendo sua vida acontecer, são vitrines a céu aberto das possibilidades mais perversas e degradantes que a “selva capitalista” pode ofertar ao humano. Demonstram uma das facetas mais bárbaras de um modo de produção que se alimenta de desigualdades.

Por serem parte do metabolismo que faz o sistema acontecer e se reproduzir, estão incluídos. Sob o ponto de vista defendido por nós, as pessoas que se encontram em situação de rua não estão excluídas, mas incluídas de maneira perversa neste sistema que as avilta dia a dia, mas que precisa da miséria que elas expõem cotidianamente para manter o controle sobre as outras pessoas.

As respostas do Estado são atravessadas pela repressão e por outras estratégias ou técnicas sociais, nos termos de Ianni (1989). As relações entre Estado, sociedade e população em situação de rua também são atravessadas pela construção de uma “beatificação do trabalho” e criminalização ou discriminação do que se interpreta como “ócio”. Embora seja constituída em sua maioria por trabalhadores, este grupo populacional é estigmatizado por ser o “oposto” das classes laboriosas.

Quando se lança mão de outras técnicas sociais, geralmente têm relação com aspectos caritativos e ações “atomizadas” e não sistemáticas ou a atenção acontece no âmbito da assistência social.

Importante ressaltar, para além dos consensos, as estratégias de resistência e luta da e pela população em situação de rua, e a forma como tem emergido à cena pública e entrado nas agendas governamentais.

Ao longo do século XX nota-se que em geral, esta emergência à cena pública ocorre a partir de resistências não formalmente organizadas e que teve como consequências respostas mais atomizadas e menos sistemáticas no plano das políticas sociais de proteção. Importante ressaltar a detecção de projetos em disputa sobre a maneira como o Estado deveria agir em relação ao fenômeno. A perspectiva da garantia de direitos não surgiu como “passe de mágica”, ela foi uma construção, um processo. Práticas, saberes e requisições instituintes faziam parte do conjunto de relações que envolviam o estado e o grupo populacional do qual tratamos. Mas a repressão sempre esteve presente. Importante também considerar que mesmo quando outras técnicas sociais e o diálogo com os governos ocorriam, o “braço” repressivo não deixou de agir. A intensidade desta ação variou ao longo do tempo e de acordo com os territórios. O controle sobre a pobreza e as expressões das desigualdades para manutenção da ordem vigente não prescindem deste “braço”.

O que nos parece ser característica do Rio de Janeiro, é uma disposição maior para o uso da repressão e da caridade e pouca disposição por parte dos governos para diálogo com e sobre este grupo populacional. Alterações neste quadro apareceram, conforme vimos na pesquisa, quando situações trágicas ganharam notoriedade, exigindo rapidez nas respostas. Os usos políticos disto não são descartados e também influenciaram as pressões por respostas nestes casos. Sendo um importante exemplo disto o massacre do Rio da Guarda. Com esta consideração, contudo, não estamos negando a agência de sujeitos em situação de rua e as resistências cotidianas que fazem alguns deles conseguirem denunciar as violências e violações sofridas.

No Rio de Janeiro um importante sujeito na luta pelos direitos da população em situação de rua tem sido o Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado. Este espaço tem sido frutífero em articulações e na divulgação das pautas pertinentes desde 2000. Por meio de representantes participou do processo de construção da Política Nacional Para População em Situação de Rua, que tem sido um instrumento utilizado pelos mais diversos sujeitos na atualidade. Ali se tem pautado as questões relativas ao contingente

populacional sobre o qual tratamos e mesmo com a pouca disposição do executivo municipal para o diálogo, tem-se empreendido estratégias e obtido conquistas.

A luta da e pela população em situação de rua no Rio de Janeiro vem agregando sujeitos: a Defensoria Pública do Estado, a Defensoria Pública da União, novos fóruns constituídos, a Pastoral do Povo da Rua, sujeitos que atuam junto à população em situação de rua e o próprio Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. Além destes, contamos como parte da luta dois vereadores do Partido dos Trabalhadores, com destaque para o vereador Reimont, que constituiu uma Comissão Especial para debater assuntos referentes à população em situação de rua, estimulando a participação dos demais sujeitos e da população em situação de rua não necessariamente organizada por meio do movimento.

Via comissão e com participação de diversos sujeitos, desde 2010 vem se tentando adesão, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, à Política Nacional da População em Situação de Rua, e desde 2015 a aprovação de um Projeto de Lei que institui a Política Municipal para este público. Somente em 2018 a política municipal fora aprovada, tendo, contudo, recebido veto do prefeito. Ainda assim fora promulgada em maio de 2018 e vem sendo celebrada como uma conquista da organização política em prol das pessoas em situação de rua.

Sobre o MNPR/RJ, este pode ser considerado um importante divisor de águas nas lutas da população em situação de rua, por trazer aos espaços a fala pública de denúncias contra violações de direitos, mas que ainda não possui uma retórica mais afinada e organizada enquanto coletivo. Ele agrega um grupo específico de pessoas em situação de rua ou que têm trajetória de rua em suas vidas. Ao passo que vem se esforçando no sentido de trazer à tona a retórica dos direitos, em muitas falas públicas ainda pode ser percebida uma retórica da ajuda e da gratidão ou lealdade por aqueles ou aquelas que lutam consigo ou por eles. Durante o trabalho de campo, apreendemos também que há ainda uma necessidade de construir uma identidade e vinculação coletivas, assim como autonomia do grupo. Também notamos que o movimento tem sido e pode ser potencializado como espaço para reconstrução de vínculos e relações de afeto por parte das pessoas que o compõem ou podem compor.

Observa-se, além do já mencionado, uma relação de pouca conflituosidade com as gestões do executivo municipal. E até mesmo uma cordialidade que pode ser um fator que

dificulte conquistas para a população em situação de rua dada a pouca disponibilidade para o diálogo e continuidade de ações repressivas ao mesmo tempo em que trazem respostas baseadas no escopo da assistência focalizada ou mesmo de outras políticas públicas.

A publicização de questões trazidas a partir das lutas sociais traz à tona, em muitos casos, conquistas para os grupos que escancaram as expressões da questão social, as sequelas e consequências da perversa inserção no metabolismo do capital. Mas não podemos deixar de considerar que os movimentos sociais como expressões organizadas de lutas sociais importantes, assim como suas reivindicações atuais por direitos, atuam no interior da sociedade sob o crivo do modo de produção capitalista e também tem limitações referentes a este fator. Além também das características específicas de cada formação social e de expressões e heranças regionais.

O MNPR/RJ guarda heranças históricas da maneira com que tem ocorrido a relação entre Estado e população em situação de rua no Rio de Janeiro, aparecendo na cena pública como um provocador de reflexões, mas também de pressões, compondo um movimento maior de sujeitos atuantes no Estado.

Contudo, ainda não se pode deixar de lembrar que, nas palavras de Chico de Oliveira, as pessoas têm vivido nos termos da hegemonia. A hegemonia do capital e a ideologia que a alimenta são parte do conjunto de determinações que tece nosso cotidiano. E está aí. Os integrantes do MNPR e de outros espaços organizativos são parte desta sociedade e desta sociabilidade forjada pelo capital, com traços específicos dada nossa formação social e política.

As heranças históricas estão dadas nesta parte do percurso, mas o caminho permanece em aberto. Não é no plano das ideias que o caminhar prosseguirá. O que se pode realizar são análises que embasem a construção de novas estratégias. Mas a realidade é tecida na concretude da vida material dos sujeitos. E é esta concretude que traz os limites, mas também as possibilidades e potencialidades para os próximos passos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS,R. et.al. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. In: **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.57, n.2, pp. 325-357, 2014
- ALVES.G. Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 337-345, maio/ago. 2017.
- BOSCHETTI,I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. In: **Argumentum**(Vitória). v.8, n.2, pp.16-29. Maio/Agosto: 2016.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília (DF), 2006.
- BRASIL, Presidência da República. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**.- Versão para consulta pública. Brasília (DF), 2008. In: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/versao_da_pnpr_para_consulta_publica.pdf. Acessado em 04/02/2014.
- BRASIL. MDS. I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua. – Síntese dos resultados. In: **Rua**: aprendendo a contar. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2011.
- BRASIL,Ministério da Saúde. **Síntese de evidências para políticas de saúde**: adesão ao tratamento de tuberculose pela população em situação de rua. Brasília: MS, 2016.
- BURSZTYN,M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN,M. (org). **No meio da Rua**-nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond,2003.
- CANO,I. Nas trincheiras do método. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012
- CARVALHO,J.M.**Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTEL,R.**As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 11-143
- CASTELVECCHI,G. (coord.) **Somos um povo que quer viver**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- CHAULHOU,S. Introdução: Zadig e a História e Notas à Introdução. In: **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Campinas: UNICAMP, 1989. (Tese de Doutorado).

COIMBRA,C.**Operação Rio:** o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto,2001. pp 65-134.

COUTINHO, C.N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela,2004.

DAVIS,M.**Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo,2006.

DE LUCCA,D.**A rua em movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. São Paulo: USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

DUARTE,L..BARROS,J. Entrevista Francisco de Oliveira. In: OLIVEIRA,F; RIZEK,C. **Caderno de Debates 2 – Cidade e Conflito: o urbano no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: FASE, 2013.

ESCOREL,S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN,M. (org). **No meio da Rua-nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond,2003.

FERRO,M.C.T.**Desafíos de La participación social:** alcances y limites de La construcción de La Política Nacional Para La Población em Situación de Calle em Brasil. Buenos Aires, FLACSO, 2011.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2015–** Resultados. São Paulo: Fipe, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **Teoria e Educação no labirinto do capital.**2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GIL,A.C.**Métodos é técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas,2008.

GOHN, M.G. Lutas e movimentos sociais: mapeando a construção da cidadania das classes sociais no Brasil. In: **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GOHN,M.G.**Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.**7 ed. RJ: Vozes, 2013b. pp. 15-44.

GOULART, D.C. Movimento dos trabalhadores sem teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil.**VII Colóquio Marx/Engels.**UNICAMP:2012.

http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7134_Goulart_Debora.pdf . Acessado em 05/07/2016.

GRANEMANN,S. Para uma crítica marxista das políticas sociais. In: **Anais do Seminário Marx e o marxismo 2011: teoria e prática**. Niterói: NIEP/MARX, 2011.

GRANEMANN,S. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. In: **Serv.Soc. Rev. Londrina**,v.19,n.1, pp.171-184. jul/dez,2016 a.

GRANEMANN,S. PEC 287/16: falácias para a desconstrução dos direitos do trabalho. In: **Ser Social**, Brasília, v.18, n.39, pp. 672-688, jul/dez, 2016 b.

IAMAMOTO,M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

IANNI,O.A **questão social**. Revista USP. Set/out/Nov. USP, 1989.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**.2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro. A maldição e a emancipação do trabalho (Ou como a humanidade dançou e como ela pode dançar). In: SILVA, J.F.S. et al. **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CERQUEIRA,D. (et.al.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2018.

KRIPKA,R.M.L. (et.al.) Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**. Volumen 14. Número 2. Bogotá. Julio-Diciembre 2015.

LARA,S.H. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008

LEITE, Pedro Ferreira. **Na Luta com os Peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de porto alegre 2016**. 92 f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Graduação em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEMÕES,T. População em Situação de Rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. In:**29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal, 2014.

LEMÕES,T. O sangue das ruas. Sobre agência e normatividade na mobilização política de pessoas em situação de rua. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24, p. 315-336, 2015

- LOWY, Michael. “As paisagens da verdade e a alegoria do mirante”. In: **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1982, p. 187-210.
- MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Anais do II Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Bauru: USC, 2004.
- LUCA, T.R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (org) **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARICATO, E. A questão é urbana, estúpido! In: MARICATO, E. (et.al.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomara, as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARQUES, R.M.; MENDES, A. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política** 26 (1), 2006
- MARQUES, R.M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, Jun/ 2007.
- MARTINS, J.S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**. V.1, n 2. Jul/Dez, 2013.
- MARX, K. Glosas críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. In: MARX, K. ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. A Mercadoria. In: **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MASCARO, A.L. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, J.P. (org.). **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELO, T. “Da rua pra rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). In: RUI, T. (et.al. - orgs) **Novas faces da vida nas ruas**. Volume 1. São Carlos: UFSCAR, 2016.
- MENEGON, E.N. **Imagens e narrativas midiáticas: análise dos vídeos o youtube**. Marília: UNESP, 2013. Dissertação de Mestrado.
- MNPR – Movimento Nacional da População de Rua. **Cartilha de formação política do Movimento Nacional da População em Situação de Rua**. Brasília: Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua – MDS/UNESCO/Instituto Polis, 2010.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2011. pp. 330 -352.

MOTA,A.E. Seguridade social brasileira: o sentido político da expansão da assistência social no governo Lula. In: SILVA,J.F.S. (et.al. orgs) **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO,C.S.; SILVA, M.M. Tuberculose: uma doença ligada à questão social, esquecida pela sociedade e que ressurge na atualidade. **Revista EDUC**-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 04- Nº 1/Jan-Jun 2017

NATALINO, M.A. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

NAVES,M.B. Prefácio. In: ENGELS,F.; KAUTSKY,K. **Socialismo jurídico**.2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

NEVES,D.P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Revista Antropolítica**, n. 29, p. 99-130, 2010.

OLIVEIRA,F. Hegemonia às avessas; O avesso do avesso. In: OLIVEIRA,F. (et.al. – orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo.2010.

OLIVEIRA,F.**Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. In: OLIVEIRA,F.; RIZEK,C.S. In: OLIVEIRA,F; RIZEK,C. **Caderno de Debates 2** – Cidade e Conflito: o urbano no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FASE, 2013a.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e a exceção ou o Estado de Exceção? In: OLIVEIRA,F.; RIZEK,C.S. In: OLIVEIRA,F; RIZEK,C. **Caderno de Debates 2** – Cidade e Conflito: o urbano no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FASE, 2013b.

PADILHA,F. Pesquisa em rede: notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa de campo com e nas mídias digitais. **41 Encontro Anual da ANPOCS**. ANPOCS: Caxambu,2017.

PASTORINI,A.**A categoria “questão social” em debate**.3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P.A.P. **Política Social: temas e questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRUSO,M.A. As jornadas de(sde) junho de 2013. In: **38 Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2014.

PINASSI,M.O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

PIZZATO,RM.S. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES,A.E.; OBST,J.; SILVA,M.B. (orgs). **A rua em**

movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte, 2012

RACHELIS,R.A **questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas:** entrevista especial com Rodrigo Castelo. Serv583 . Soc. Soc., São Paulo, n. 119, p. 583-591, jul./set. 2014.

REIS, M.S. dos. **Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro POP de Londrina (PR).** Uma análise a partir da perspectiva dos usuários. (dissertação de mestrado). Londrina: UEL, 2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Cad. CRH**, Salvador , v. 25, n. 66, p. 601-622, dez. 2012.

SAMPAIO JR, P.A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS,J.S.“**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS,J.S. dos. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. N. 111. Pp.430-449, julho/setembro: 2012b.

SANTOS, M. C. L. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In: BRASIL. MDS. **Rua: aprendendo a contar-Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua**. Brasília (DF),2009.

SANTOS,W.G. dos. Do LaissezFaire repressivo a cidadania em recesso. In: **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCHERER-WARREN,I.**Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. pp. 15-138. 1 ed. Curitiba: Appris, 2012.

SCHERER-WARREN,I.; LÜCHMANN,L.H.H. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e a participação no Brasil. In: SCHERER-WARREN,I.; LÜCHMANN,L.H.H. (orgs)**Movimentos Sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Ed. da UFSC,2015.

SCHUCH,P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA,C. MACHADO,H. (orgs). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV,2015.

SEVCENKO,N.**A revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, C.N. da. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, 2006.

SILVA, M.L.S. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, P. Trabalho Informal: Origens e Evolução. In: JAKOBSEN, K. (et.al.) (Orgs.). **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: CUT/Perseu Abramo, 2000.

SMDS -Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **População de rua 2013 – um direito à cidade**. SMDS, 2013. In: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf>. Acessado em 01/10/2016.

SOARES, L.T. O ajuste na América Latina: o contexto. In: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TOLOI, G.G. MANZINI, E.J. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta de dados. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina: Novembro, 2013.

TONET, I. **Cidadania ou emancipação humana?** In: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acessado em 02/10/2016. S.D. a

TONET, I. **Desafios atuais ára a classe operária**. In: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acessado em 02/10/2016. S.D. b

TONET, I. **Qual política social para qual emancipação?** In: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acessado em 02/10/2016. S.D. c

TONET, I. **Do conceito de sociedade civil**. In: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acessado em 02/10/2016. S.D. d

TONET, I. **A propósito das Glosas Críticas** In: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acessado em 02/10/2016. S.D. e

VALLADARES, L.P.; IMPELIZIERI, F. **Ação invisível: o atendimento a crianças carentes e a meninos de rua no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

FONTES

Documentos

- ACERVO PESSOAL DE HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA. Transcrição de fala pública de Hilda Corrêa de Oliveira. S.D. Fornecida por Hilda Corrêa de Oliveira.
- ACERVO PESSOAL DE HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA. Rascunho elaborado por Jorge Muñoz para debates no âmbito do Fórum. 2011. Fornecido por Hilda Corrêa de Oliveira.
- ARQUIDIOCESE DE NOVA IGUAÇU Jornal Caminhando. Em <http://www.mitrani.org.br/caminhando.html> - Acesso em 24/07/2018 - Último acesso em 24/08/2018. Pesquisadas publicações de maio de 2012 a agosto de 2018.
- CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Lei número 6350 de 04 de maio de 2018. Obtida em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/98be3aae95e4480983258283006e66e7?OpenDocument>
- CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Relatório Final da Comissão Especial Instituída pela Resolução 1346/2016, com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a situação da população em situação de rua. Enviado pelo Gabinete do Vereador Reimont. Mimeo, 2017
- CDDH. Nota de Repúdio ao convênio entre prefeitura, secretaria municipal de assistência social do Rio de Janeiro e igrejas evangélicas. - Assinada pelo CDDH/RJ; MNPR/RJ e Fórum Permanente Sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. – 05/05/2017.
- CNDDH – Relatório sobre Violações de Direitos da População em Situação de Rua nos meses eu antecedem a realização da copa do mundo. 2014. Obtido em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>
- CNDDH. Encaminhamentos do I Seminário Estadual de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. – Enviado por e-mail pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e Catadores de Materiais Recicláveis. 2017
- CRESS/RJ. “Só a mobilização pode trazer melhoria para nossas vidas”. Revista Práxis, 2013
- FÓRUM PERMANENTE SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Bases Para uma Política de Inclusão

Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro”. 2009. Obtido em http://www.nepp-dh.ufrj.br/forum_situacaoderua.pdf

- FÓRUM PERMANENTE SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Breve histórico e outras considerações. Documento distribuído em reunião do Fórum no ano de 2013.
- FÓRUM PERMANENTE SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Minuta da Carta de Princípios. Março de 2016. Fornecida por Hilda Corrêa de Oliveira.
- FÓRUM PERMANENTE SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA BAIXADA FLUMINENSE. Atas das reuniões de abril e dezembro do Fórum Sobre População e, Situação de Rua da Baixada Fluminense, ano de 2014
- MNPR – Carta Aberta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua pelo Dia Nacional da População em Situação de Rua. – 2012. Fornecida por Hilda Correa de Oliveira.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Ofício GP N° 32/CMRJ de 26/03/2018. Obtido em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/e63c86d709249b73032577590051acc2/5295fbe12c9c9d408325825d0057f7c7?OpenDocument>
- SEAS (Secretaria de Estado e Assistência Social) – Memória da Reunião sobre População Migrante em Situação de Rua Costa Verde e Médio Paraíba em Volta Redonda em 18/06/2015.
- SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social). Resolução 20 de 27/05/2011. Obtida em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/37082Res%20SMAS%2020_2011.pdf

Fontes históricas

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Acervo Carlos Lacerda. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/acervo-carlos-lacerda>

A NOITE. Recado ao governador. 27/02/1961

BENZECRY, Y.N.R. **A aplicação insuficiente dos critérios de liberação dos clientes do C.R.S. vista como causa de reincidência 1974/1975**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. (Dissertação de Mestrado).

BRAGA, M.C. **Caracterização de um grupo de alcoólicos na área da mendicância**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. (Dissertação de Mestrado).

DIÁRIO CARIOCA. “Operação mendigo” parou, mas vai voltar. 1960.

DIÁRIO CARIOCA. Beleza carioca veste miséria: mendicância. 1961.

DIÁRIO CARIOCA. Comissão Parlamentar de Inquérito pede afastamento de Cecil Borer. 1963.

DIÁRIO CARIOCA. Mendigos. 29/10/1963.

DIÁRIO DA NOITE. Inspetor da polícia o responsável pela chacina semanal de mendigos. 0/02/1963.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Mendigos recuperados perdem vícios e passam a servir à sociedade. 1960.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Acabou a Operação “Deus lhe pague” e os pedintes voltam a rua. 1960.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Repressão à mendicância é inoperante no Estado. 1962.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Começou em 56 a deportação de mendigos. 1963.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Alcino guardava no sítio quase cem armas furtadas. 10/02/1963.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Polícia ia jogar João Goulart no Guandu. 11/02/1963.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Polícia acusa polícia: há 14 anos deportam mendigos. 29/08/1963.

JORNAL DO BRASIL. Polícia matava mendigos para roubar dinheiro, diz testemunha que foi vítima. 31/01/1963.

JORNAL DO BRASIL. Rio tem 17 mil pedintes, mas recorde está em Minas e Bahia. 10/02/1963.

JORNAL DO BRASIL. “Assim se mata um mendigo”. 13/02/1963

JORNAL DO BRASIL. Sérgio desafia Lacerda a deixar o governo até que CPI apure o caso dos mendigos. 14/02/1963.

JORNAL DO BRASIL. Testemunhas confirmaram que policiais roubavam mendigos antes de matar. 13/03/1963.

JORNAL DO BRASIL. O problema da mendicância. 27/03/1963.

NOVOS RUMOS. Mata Mendigos. 1963.

O JORNAL. Mendicância. 1960.

O JORNAL. Lacerda demite matadores de mendigos e quer abertura de outros inquéritos criminais. 1963.

O JORNAL. Com novo albergue, intensifica-se em fevereiro a coleta de mendigos. 15/01/1965.

O JORNAL. Jurados dormirão no Fórum para julgar matadores de mendigos do Rio da Guarda. 1967.

O JORNAL. Matador de Mendigo é condenado a mais de um século de reclusão. 1967.

O JORNAL. Mais um mata mendigos no banco dos réus. 1968

O MUNDO ILUSTRADO. Lembrando as atrocidades nazistas, a polícia carioca entrou também na história dos crimes contra a humanidade. 1963.

O SEMANÁRIO. A miséria no Rio é caso de polícia. 12 a 19/07/1956

STF (Supremo Tribunal Federal). Recebimento de queixa crime para prosseguimento de ação penal contra deputado federal pela prática de crime de calúnia. 1982. Obtido em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/43743/42453>

ÚLTIMA HORA. Tubarões da mendicância. 1951.

ÚLTIMA HORA. Voltarão para a rua os mendigos quando a visita deixar a casa. 17/06/1957.

ÚLTIMA HORA. Não tem limites a crueldade. Quatro mendigos queimados vivos. 10/10/1958.

ÚLTIMA HORA. Gerais. 30/01/1963

ÚLTIMA HORA. Revolta no presídio: presos não querem os mata mendigos. 1963

ÚLTIMA HORA. Revolta no presídio contra “mata mendigos”. 31/01/1963

ÚLTIMA HORA. UH levanta identidades de mais cinco vítimas dos mata mendigos: cortina de silêncio encobre o massacre!. 1963

ÚLTIMA HORA. Dominó: nova trama de Lacerda. 06/02/1963

ÚLTIMA HORA. Comissão Parlamentar disposta a ir até o último mata mendigos. 06/02/1963.

ÚLTIMA HORA. Mais confissões dos mata mendigos em “mesa redonda” no QG da polícia.

ÚLTIMA HORA. Lacerda impede a CPI de apurar a verdade. 1963

ÚLTIMA HORA. Lacerda é réu na CPI dos mata mendigos. 14/02/1963

ÚLTIMA HORA. Mais provas contra os carrascos mata mendigos da cúpula policial. 06/03/1963

ÚLTIMA HORA. Sobreviventes denunciaram solução final do governador mata mendigos. 1963

ÚLTIMA HORA. Ébrios, loucos e mendigos formam a grande legião dos miseráveis. 26/09/2018.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Matadores dos mendigos já expulsos da polícia. 30/01/1963.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Pedido de prisão para mais chacinadores. 1963

TRIBUNA DA IMPRENSA. Cel. Borges fala hoje à CPI sobre mendigos. 1963

TRIBUNA DA IMPRENSA. Mata mendigos queriam enganar os deputados. 1963

TRIBUNA DA IMPRENSA. Mendigos: CPI agora investiga deportações. 05/03/1963

TRIBUNA DA IMPRENSA. Mendigo terá centro para recuperação. 09/10/1965.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Onde a miséria é paisagem. 05/09/1966

Fontes audiovisuais

BRENA THAÍSA .Vanilson Torres-MNPR. 2015. Em <https://www.youtube.com/watch?v=0QhWifZFc1o&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=3>

REDERUACOMUNICAÇÃO. Rede Rua – Documentário – Nós da Rua. 2011 Em: <https://www.youtube.com/watch?v=8YT35mABNWo&index=2&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc>

REDERUACOMUNICAÇÃO. Aprendizado da formação de lideranças do MNPR. 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=6uYfNsBLmq8&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=5>

REDERUACOMUNICAÇÃO. Terceiro Congresso do Movimento Nacional da POP RUA – primeira mesa. 2016. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=FLuYkIOWEMU&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=21>

REDERUACOMUNICAÇÃO. Terceiro Congresso do Movimento Nacional da POP RUA – Terceira mesa. 2016. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=1oHKgR4AkF4&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=22>

REIMONT. Audiência Pública População em Situação de Rua. 2011. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=SUX8ymAeCf0>

TV NBR. NBR entrevista – Projeto População em Situação de Rua, 2010. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=ggHU6w90A60&list=PLRmyH9eTWCeOPzOL57HVA8MPDxNvjcfIc&index=17>

ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Local, data, e outros dados sobre o contexto da entrevista (como se deu aproximação com o/a interlocutor/a, o agendamento da entrevista, possíveis dificuldades para sua realização) -

- Pequena síntese verbal e explicativa sobre os objetivos da pesquisa e das entrevistas, implicações possíveis e solicitação de autorização para sua gravação.

I – Identificação

Nome e/ou nome social:

Idade:

Sexo/gênero:

Profissão:

Escolaridade:

II – Relação com a temática “população em situação de rua”

1 – Gostaria que você me contasse como, quando e porque começou sua relação com a temática “população em situação de rua”.

2- Como se dá sua relação/ relação do grupo que você representa com a e/ou junto à temática? De quais espaços você participa? E como?

3- Quais os sujeitos que participam dos mesmos espaços que você/ o grupo que você representa e como se dá essa interação de sujeitos em torno da temática população em situação de rua? Há conflitos? Como?

4- Quais as pautas que mais te movem na atuação junto/pela população em situação de rua?

5- Como se dá a organização política da e pela população em situação de rua nos espaços que você participa? Quem são os sujeitos que participam desta organização?

6- Quais as respostas que você observa por parte do Estado em relação a este público desde que começou a lidar com a temática? Algo mudou ao longo do tempo?

III – Em relação ao MNPR-RJ

1- Você conhece o MNPR? O que você sabe sobre sua “fundação”? O contexto, o processo, os sujeitos que foram importantes para que isto ocorresse?

2- O que você sabe sobre o Festival em que houve o lançamento do MNPR?

3- Você sabe como se dá a atuação do MNPR em nível nacional: estratégias, formas de organização, os espaços em que participa?

4- Você sabe dizer como se dá a relação do MNPR com o Estado em nível nacional?

5- Você conhece o MNPR-RJ O que você sabe sobre sua organização no Rio de Janeiro?

6- Você sabe como o MNPR-RJ mobiliza a população em situação de rua?

7- Você poderia me dizer quais os espaços em que os integrantes do MNPR-RJ compõem? Como se dá essa participação?

8- Como se dá a relação do MNPR-RJ nos espaços que vocês participam em comum?

9- Você saberia dizer se algo mudou (e se sim o que mudou) na relação do Estado com a população em situação de rua após a organização do MNPR-RJ?

9 – Teria mais alguma coisa que você gostaria de dizer/complementar?

10 – Você possui documentos relacionados ao MNPR ou às pautas da/junto a/relativas a população em situação de rua? Quais? Poderia fornecê-los para complementação de dados para nossa pesquisa?